

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG

ENVELOPE Nº 1

GARANTIA DAS PROPOSTAS**1ª VIA**

**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA / MINAS GERAIS**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

PROPONENTE: CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA**Constituído pelas empresas:**

Empresa Líder: SIGMA Engenharia Indústria e Comércio Ltda

CNPJ: 25.898.180/0001-00

Endereço: Av. Tito Fulgêncio, 1.176, 1º Andar, Salas: 104/106, Jardim Industrial, CEP: 32215-000, Contagem/MG

Segunda Consorciada: SITRAN Sinalização de Trânsito Industrial Ltda

CNPJ: 16.502.551/0001-00

Endereço: R. Nair Camillo dos Reis, 850, CDI Jatobá, CEP: 30664-002, Belo Horizonte/MG

Terceira Consorciada: SELT Engenharia Ltda

CNPJ: 19.187.475/0001-87

Endereço: Av. Raja Gabaglia, 2.640, 3º Andar, Estoril, CEP: 30494-170, Belo Horizonte/MG

Quarta Consorciada: MOBIL - Mobilidade, Iluminação e Tecnologia Ltda

CNPJ: 16.383.848/0001-87

Endereço: R. Doutor Eduardo de Souza Aranha, 387, Conj: 101, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-121, São Paulo/SP

REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S):Nome: Cleyson Alexandre Alves – Telefone: (31) 3336-3403 – E-mail: sigmatda@terra.com.brNome: Alton Luis de Faria – Telefone: (31) 3389-3900 – E-mail: sitran@sitran.com.brNome: Afonso Vieira Leonel – Telefone: (31) 3389-3900 – E-mail: afonso@sitran.com.brNome: Matheus Henrique Correa Ferreira – Telefone: (31) 3389-3900 – E-mail: sitran@sitran.com.brNome: André Mazzei de Campos – Telefone: (11) 2371-4651 – E-mail: andremazzei@mobitbrasil.com.brNome: Ronaldo da Silva Lima – Telefone: (11) 96640-7016 – E-mail: ronaldolima@mobitbrasil.com.brNome: Luiz Antônio Penna Franca – Telefone: (11) 2371-4651 – E-mail: luiz.franca@thehunters.com.br**PARTICIPANTE(S) CREDENCIADA(S):**

Corretora: RJI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Nome: Marcelo Augusto Barbosa Rodrigues – Telefone: (71) 3022-4547 – E-mail: rji@rjcv.com.brNome: Mauro Cesar Medeiros de Mello – Telefone: (21) 3500-4500 – E-mail: rji@rjcv.com.brNome: Edson Takeshi Konda Nakamura – Telefone: (21) 3500-4500 – E-mail: edson.nakamura@rjcv.com.br

ENTREGA dos ENVELOPES será no dia 28/06/2021, das 09:00 horas às 13:00 horas, e a SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO será realizada no dia 02/07/2021, às 14:00 horas, ambas na SEDE DA B3, no endereço Rua XV de Novembro, nº 275, São Paulo, SP.



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021


OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

ÍNDICE DA GARANTIA DA PROPOSTAContagem/MG, 28 de **JUNHO** de 2021

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia / Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência Pública Nº 46/2021 - Índice da Garantia da Proposta

GARANTIA DA PROPOSTA:	003
• Garantia da proposta	004 – 024
DECLARAÇÃO FORMAL ACERCA DO ATENDIMENTO ÀS PRERROGATIVAS REFERENTES AOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE ESTABELECIDOS NO ART. 3º, § 2º, DA LEI DE LICITAÇÕES:	025
• Declaração formal acerca do atendimento às prerrogativas referentes aos critérios de desempate estabelecidos no art. 3º, § 2º, da lei de licitações	026 – 030
OUTROS DOCUMENTOS	031
• Contrato de Intermediação entre a participante credenciada e a licitante	032 – 049
• Termo de compromisso de constituição de SPE	050 – 056
• Procurações de representação dos representantes credenciados	057 – 061
• Documentação de constituição jurídica das empresas	062 – 177
DOCUMENTAÇÃO EM VERSÃO DIGITALIZADA:	178
• Documentação em versão digitalizada	179
TERMO DE ENCERRAMENTO:	180
• Termo de encerramento	181


CLEYSON ALEXANDRE ALVES
 Representante Legal do Consórcio
 RG: MG-4.392.381 SSP/MG
 CPF: 801.362.066-20
CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

GARANTIA DA PROPOSTA



APÓLICE
DE SEGURO GARANTIA

APÓLICE Nº: 0306920219907750531205000
RAMO: 0775 - SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO
PROPOSTA: 1.165.931

DADOS DO SEGUADO

NOME: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA CPF OU CNPJ: 18.715.409/0001-50
ENDEREÇO: AV VIII 50 - CARREIRA COMFIDA
CEP: 33.045-090 CIDADE: SANTA LUZIA UF: MG

DADOS DO TOMADOR

NOME: SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CPF OU CNPJ: 25.898.180/0001-00
ENDEREÇO: Avenida Tito Fulgêncio, nº 1176, 1º Andar, Sala 104 e 106 - Jardim Industrial
CEP: 32.215-000 CIDADE: CONTAGEM UF: MG

DADOS DO CORRETOR

NOME: PÁTRIMUS CORRETORA DE SEGUROS LTDA CPF OU CNPJ: 13.185.293/0001-48 SUSEP:100686172

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA / MODALIDADE

LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA (LMG): R\$ 3.005.337,94 - Três Milhões e Cinco Mil e Trezentos e Trinta e Sete Reais e Noventa e Quatro Centavos

MODALIDADE: Garantia Licitante

O Limite Máximo de Garantia é o valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em favor do pagamento de indenização.

OBJETO DA GARANTIA

Esta seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos causados pelos Tomador ao Segurado, em razão de inadimplemento das obrigações previstas no Edital de Concorrência Pública nº 46/2021, Processo Administrativo nº 45/2021, que tem como objeto a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, efficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública do Município de Santa Luzia - MG.

Esta apólice garante a participação do CONSÓRCIO CONCEP SANTA LUZIA, constituído pelas empresas SIGMA Engenharia Indústria e Comércio Ltda (Empresa Líder), CNPJ: 25.898.180/0001-00 com participação de 25%; SITRAN Sinalização de Trânsito Industrial Ltda, CNPJ: 16.502.551/0001-93 com participação de 25%; MOBIL - Mobilidade, Iluminação e Tecnologia Ltda, CNPJ: 16.363.848/0001-67 com participação de 25% e SEIT Engenharia Ltda, CNPJ: 18.167.475/0001-67 com participação de 25%.

COBERTURAS CONTRATADAS

COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGUADA	PRÊMIO LÍQUIDO	INÍCIO DE VIGÊNCIA	FIM DE VIGÊNCIA
Garantia Licitante	R\$ 3.005.337,94	R\$ 7.281,97	25/06/2021	01/06/2022

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta Apólice.

DADOS DO PRÊMIO DE SEGURO

CUSTO DO SEGURO	Valor
Prêmio Líquido	R\$ 7.281,97
Adicional de Fracionamento	R\$ 0,00
Custo de Apólice	R\$ 0,00
IOF	R\$ 0,00
Prêmio Total	R\$ 7.281,97

FORMA DE PAGAMENTO - BOLETO

Parcela	Valor	Vencimento
1	R\$ 1.820,59	13/07/2021
2	R\$ 1.820,49	13/08/2021
3	R\$ 1.820,49	13/09/2021
4	R\$ 1.820,49	13/10/2021

Susep - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguros, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros. Plano de Seguro aprovado em conformidade com a Circular Susep 477/13 e Processo Susep 15414.900138/2014-20. O Registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. O Processo deste plano e a situação cadastral do(s) Corretor(es) deste Seguro poderão ser consultados no site www.susep.gov.br, por meio dos números de registros informados nesta apólice, ou pelo telefone SUSEP de atendimento ao público 0800 021 8484 (ligação gratuita).

Belo Horizonte, 23/06/2021 12:23:00

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, em vigor conforme E.C. nº 32 de 11/09/2001 - Art.2º, Art.1º. - Fica instituída a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas.

João de Lima Géo Neto
Diretor

Certificado Digital emitido pela Susep - Certificadora Digital

Ricardo Nassif Gregório
Diretor

Certificado Digital emitido pela Susep - Certificadora Digital

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica deve ser verificada no endereço <https://www.pottencial.com.br/consultar-apolice>. No site, informe o Nº da Apólice: 0306920219907750531205000 e o Controle Interno: 00AD520818050C17. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP: www.susep.gov.br sob o nº de documento 030692021009900750531205000000.



As coberturas desta apólice foram contratadas em conformidade com as Condições Gerais do Seguro Garantia, de acordo com a Circular SUSEP nº 477/2013. As Condições Gerais deste produto encontram-se disponíveis no endereço: www.pottencial.com.br, ou através do QR Code.





APÓLICE
DE SEGURO GARANTIA

APÓLICE Nº: 0306920219907750531205000
RAMO: 0775 - SEGURO GARANTIA - SETOR PÚBLICO
PROPOSTA: 1.165.931

CONDIÇÕES ESPECIAIS

SEGURO GARANTIA DO LICITANTE

1. OBJETO:

Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas no edital de licitação, dentro do prazo estabelecido.

2. DEFINIÇÕES:

Para efeito desta modalidade, aplicam-se, também, as definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93.

3. VIGÊNCIA:

A vigência da apólice coincidirá com o prazo previsto no edital para a assinatura do contrato principal.

4. RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

4.1. Reclamação: o segurado comunicará a seguradora da recusa do tomador adjudicatário em assinar o contrato principal nas condições propostas, dentro do prazo estabelecido no edital de licitação, data em que restara oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.1.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

Cópia do edital de licitação;

Cópia do termo de adjudicação;

Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos, acompanhada dos documentos comprobatórios;

4.2. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.1.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

5. RATIFICAÇÃO:

Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente Condição Especial.





APÓLICE
DE SEGURO GARANTIA

APÓLICE Nº: 0306920219907750531205000
RAMO: 0775 - SEGURO GARANTIA - SETOR PUBLICO
PROPOSTA: 1.165.931

CLÁUSULAS PARTICULARES

CLÁUSULA PARTICULAR - GARANTIA LICITAÇÃO

1. TOMADOR

1.1 SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 25.898.180/0001-00

2. SEGURADO

2.1 MUNICIPIO DE SANTA LUZIA
CNPJ: 18.715.409/0001-50

3. OBJETO

3.1. Garantir a indenização no caso de a PROPONENTE descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do Edital de Concessão nº 46/2021, incluindo a retirada de sua PROPOSTA COMERCIAL durante seu período de validade, a recusa da PROPONENTE em assinar o CONTRATO caso a PROPONENTE seja declarada vencedora ou o não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no referido EDITAL.

4. INSTRUMENTO:

4.1. Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia, sobretudo o modelo da Circular nº 477/2013 da SUSEP, Condições Especiais do Ramo 0775, Modalidade I - Seguro Garantia do Licitante.

5. VALOR DA GARANTIA:

5.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá prever o montante mínimo de R\$ 3.005.337,94 (três milhões cinco mil trezentos e trinta e sete reais e noventa e quatro centavos), data base de maio de 2021.

6. PRAZO

6.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 1 (um) ano, contados da data designada para a entrega dos volumes, podendo ser renovada sucessivamente por igual período de acordo com as regras do EDITAL, até a assinatura do CONTRATO.

Início em 25/06/2021

Término em 01/08/2022

7. DISPOSIÇÕES ADICIONAIS

7.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

- (i) Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do EDITAL;
- (ii) Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes previstos na apólice, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela Seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro; e
- (iii) Confirmado o descumprimento pela PROPONENTE das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, o Segurado terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida,





APÓLICE
DE SEGURO GARANTIA

APÓLICE Nº:	0306820219907750531205000
RAMO:	0775 - SEGURO GARANTIA - SETOR PUBLICO
PROPOSTA:	1.165.931

quando resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador.

7.2. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Especiais e Gerais que não tenham sido alteradas pelas presentes Condições Particulares.



CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO
CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775
SEGURO GARANTIA - SEGURADO SETOR PÚBLICO

1. OBJETO

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s) em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

- I. processos administrativos;
- II. processos judiciais, inclusive execuções fiscais;
- III. parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;
- IV. regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

2. DEFINIÇÕES:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.

2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.

2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.

2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.

2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.

2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.

2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.

2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.

2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.

2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.

2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.

2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.

2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.



2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.

2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.

2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

3. ACEITAÇÃO:

3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.

3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.

3.3. A seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a aceitação ou não da proposta, contados da data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxaço do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

4. VALOR DA GARANTIA:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

5. PRÊMIO DO SEGURO:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das



parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

6. VIGÊNCIA:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

7. EXPECTATIVA, RECLAMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SINISTRO:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

8. INDENIZAÇÃO:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I - realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II - indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente daquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de



créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver a seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

9. ATUALIZAÇÃO DE VALORES:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior a data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

10. SUB-ROGAÇÃO:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

11. PERDA DE DIREITOS:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I - Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II - Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III - Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV - Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V - O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI - Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII - Se o Segurado agravar intencionalmente o risco.

12. CONCORRÊNCIA DE GARANTIAS:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.



13. CONCORRÊNCIA DE APÓLICES:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

14. EXTINÇÃO DA GARANTIA:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I - quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II - quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III - quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV - quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V - quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei N° 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei n° 8.666/93.

15. RESCISÃO CONTRATUAL:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção do prazo em dias	% do prêmio
15/365	13	195/365	73
30/365	20	210/365	75
45/365	27	225/365	78
60/365	30	240/365	80
75/365	37	255/365	83
90/365	40	270/365	85
105/365	46	285/365	88
120/365	50	300/365	90
135/365	56	315/365	93
150/365	60	330/365	95
165/365	66	345/365	98



15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

16. CONTROVÉRSIAS:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

- I - por arbitragem; ou
- II - por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser facultativamente aderida pelo segurado por meio de anuência expressa.

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº9307, de 23 de setembro de 1996.

17. PRESCRIÇÃO:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. FORO:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da SUSEP - www.susep.gov.br <<http://www.susep.gov.br>>.

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site www.susep.gov.br <<http://www.susep.gov.br>>, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que POTENCIAL SEGURADORA S.A., CNPJ 11699534000174, está autorizada a operar, conforme PORTARIA 3556, publicado(a) no D.O.U. de 25/02/2010, nos termos da legislação vigente.

Certificamos ainda que a entidade não se encontra, nesta data, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e não está cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

Dados complementares e esta certidão atualizada podem ser obtidos em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.

Código da Certidão: **CR03069_14062021_122030_618**

Esta Certidão é válida por 30 dias, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 14 de Junho de 2021.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTROS E AUTORIZAÇÕES

CERTIDÃO DE ADMINISTRADORES

Certificamos que a POTENCIAL SEGURADORA S.A., com sede na cidade BELO HORIZONTE, CNPJ 11699534000174, possui os seguintes diretores:

Nome	Cargo
CARLOS FERREIRA QUICK	Diretor
DANIEL AMORIM DE OLIVEIRA	Diretor
EDMAR VIDIGAL PATVA	Diretor
JOAO DE LIMA GEO NETO	Presidente
RICARDO NASSIF GREGORIO	Diretor

Código da Certidão: **CA03069_23062021_165142_364**
Esta certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão.

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2021.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados





MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

Av. Presidente Vargas, 730, 9º andar - Bairro Centro

Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-900 - www.susep.gov.br**CERTIDÃO DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DE ATIVOS**

Considerando o inciso IV, art. 64, do Anexo à Resolução CNSP Nº 346/17 e, no que couber, o art. 104 da Circular SUSEP Nº 517/15:

Certificamos que a supervisionada POTENCIAL SEGURADORA S.A., CNPJ 11699534000174, está autorizada a movimentar livremente sua carteira de títulos e valores mobiliários, vinculados à garantia de suas provisões técnicas.

A situação atualizada desta certidão poderá ser obtida em www.susep.gov.br ou por meio de petição à Autarquia.


Código da Certidão: **CLMA03069_23062021_165200_517**

Esta Certidão é válida por 12 (doze) meses, não prevalecendo sobre certidões geradas posteriormente.

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2021.

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados



 Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República Secretaria de Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF):		Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
31300094081		2054			


1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nome: **POTENCIAL SEGURADORA S.A.**
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J163114857517

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		2211	1	ALTERACAO DE ENDEREÇO DENTRO DO MESMO MUNICIPIO

BELO HORIZONTE
Local

19 Agosto 2016
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
 ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO / / _____
Data Responsável

☐ SIM

☐ NÃO / / _____
Data Responsável

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

_____/_____/_____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

_____/_____/_____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/504.057-2	J163114857517	08/08/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.874.546-39	João de Lima Géo Neto

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte. Sexta-feira, 19 de Agosto de 2016

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5822610 em 25/08/2016 da Empresa POTENCIAL SEGURADORA S.A, Nire 31300094081 e protocolo 165040572 - 09/08/2016. Autenticação: 46D985EE4E15E6B4AA1C86874868D9EA7ABC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 16/504.057-2 e o código de segurança PxNY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Assinatura de Marinely de Paula Bomfim

pág. 2/15

POTENCIAL SEGURADORA S.A.
 CNPJ/MF nº. 11.699.534/0001-74
 NIRE nº. 3130009408-1

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
 REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de 2016, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada à Avenida Afonso Pena, nº. 4100, 9º andar, Cruzeiro, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30130-009.

PRESENCIA E CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação dos anúncios de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, na forma do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, conforme atestam as assinaturas do Livro de Presença de Acionistas.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Argeu de Lima Géio; Secretário: João de Lima Géio Neto.

DELIBERAÇÕES: Por ocasião do início dos trabalhos, os acionistas deliberaram, por unanimidade, aprovar a lavratura da presente ata na forma sumária e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 130 da Lei nº 6.404/76, respectivamente. Passando às deliberações, os acionistas deliberaram, por unanimidade:

I – Alterar o endereço da Sede Social da Companhia, passando o mesmo a partir do dia 09/05/2016 a ser Avenida Raja Gabaglia, nº 1.143, 18º, 19º e 20º andares, Bairro Luxemburgo, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30380-403. Em decorrência desta alteração, os acionistas aprovaram a alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 3º A Companhia tem sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, nº 1.143, 18º, 19º e 20º andares, Bairro Luxemburgo, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30380-403, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão do Conselho de Administração, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do país.”

II – Consolidar a alteração objeto do item I acima do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigor conforme o Anexo I.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que, após lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes, o Presidente da Mesa o sr. Argeu de Lima Géio e o Secretário da Mesa o sr. João de Lima Géio Neto, o acionista Ourivio Participações S.A representada pelos srs. Argeu de Lima Géio e Carlos Géio Quick, o acionista Mattar Participações Ltda, representada pelos srs. José Salim Mattar Júnior e Eugenio Pacelli Mattar e os acionistas os srs. Lauro Baptista Machado Júnior e Cassio Dolabella França que assinaram o livro de lavratura de ata. A presente ata foi assinada em 29/04/2016, certificando que a mesma é cópia autêntica da original lavrada em livro próprio. Assina o documento de forma digital o diretor João de Lima Géio Neto.

Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Potencial Seguradora S.A.
 Realizada em 29 de abril de 2016.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5822610 em 25/08/2016 da Empresa POTENCIAL SEGURADORA S.A, Nire 31300094081 e protocolo 165040572 - 09/08/2016. Autenticação: 46D985EE4E15E684AA1C8687486BD9EA7ABC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 16/504.057-2 e o código de segurança PxNY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Assinatura digital

pág. 3/15

**ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DA POTTENCIAL SEGURADORA S.A.
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2016**

POTTENCIAL SEGURADORA S.A.
CNPJ/MF nº. 11.699.534/0001-74
NIRE nº. 3130009408-1

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

ARTIGO 1º – A POTTENCIAL SEGURADORA S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade seguradora, de capital fechado, constituída na forma de companhia por ações, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”).

ARTIGO 2º – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos, podendo, ainda, participar em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista, observadas as disposições legais pertinentes.

ARTIGO 3º – A Companhia tem sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, nº 1.143, 18º, 19º e 20º andares, Bairro Luxemburgo, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30380-403, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão do Conselho de Administração, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do país.

ARTIGO 4º – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º – O capital social é de R\$ 98.250.000,00 (noventa e oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 35.085.816 (trinta e cinco milhões, oitenta e cinco mil, oitocentas e dezesseis) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

ARTIGO 6º – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado.

CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 7º – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

ARTIGO 8º – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Pottencial Seguradora S.A.
Realizada em 29 de abril de 2016.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5822610 em 25/08/2016 da Empresa POTTENCIAL SEGURADORA S.A, Nire 31300094081 e protocolo 165040572 - 09/08/2016. Autenticação: 46D985EE4E15E6B4AA1C85874868D9EA7ABC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 16/504.057-2 e o código de segurança PxNY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Assinatura digital de Marinely de Paula Bomfim

pág. 4/15

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista ou seu representante, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

Parágrafo Terceiro – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 72 (setenta e duas) horas antes da reunião acontecer.

Parágrafo Quarto – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Parágrafo Quinto – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

Parágrafo Sexto – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

ARTIGO 9º – A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia deverão assegurar que a Companhia cumpra com as legislações e regulamentos aplicáveis, adequando-se às políticas de governança corporativa da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os membros da administração da Companhia serão investidos em seus cargos somente após a aprovação da sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, mediante assinatura do termo de posse no Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria e/ou no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – O prazo de gestão dos membros da administração da Companhia estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Terceiro – As atas das reuniões da Diretoria e do Conselho de Administração serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Diretores e/ou Conselheiros presentes.

Parágrafo Quarto – Os membros da administração da Companhia ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

Parágrafo Quinto – Caberá ao Conselho de Administração fixar, distribuir e destinar o montante global da remuneração dos Administradores da Companhia.

ARTIGO 10º – O Conselho de Administração será composto por **5 (cinco) membros**, Acionistas, residentes no País ou não, os quais terão suas competências fixadas no Estatuto Social e serão eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 11º – O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que o interesse social assim exigir para

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Potencial Seguradora S.A.
Realizada em 29 de abril de 2016.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5822610 em 25/08/2016 da Empresa POTENCIAL SEGURADORA S.A, Nire 31300094081 e protocolo 165040572 - 09/08/2016. Autenticação: 46D985EE4E15E6B4AA1C88874868D9EA7ABC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 16/504.057-2 e o código de segurança PxNY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 5/15

estabelecer a condução dos negócios da Companhia. A reunião do Conselho será realizada na sede da Companhia ou em outro local previamente informado, em data, horário e pauta previamente definidos com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis.

ARTIGO 12º – Para a realização das reuniões do Conselho de Administração, as informações gerenciais, financeiras e contábeis da Companhia a serem definidas pelos Conselheiros deverão também ser disponibilizadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis.

ARTIGO 13º – Compete ao Conselho de Administração a prática dos atos elencados no artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvados os atos de competência da Assembleia Geral e da Diretoria, conforme previsto em lei ou no Estatuto Social da Companhia.

ARTIGO 14º – As seguintes matérias somente serão consideradas aprovadas e poderão ser praticadas pelos Diretores da Companhia se contarem com o voto afirmativo de 4/5 (quatro quintos) dos membros do Conselho de Administração:

- (i) fixar o montante individual da remuneração dos administradores, observado o limite global fixado em Assembleia Geral;
- (ii) aprovar o plano estratégico, orçamento anual da Companhia, cronogramas de aplicação de recursos, realização de investimentos, aporte de capital e cronogramas físico-financeiros;
- (iii) dissolução, liquidação ou extinção da Companhia;
- (iv) pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;
- (v) aprovar a abertura de escritórios e filiais;
- (vi) aprovar a política de distribuição de dividendos, aumento ou redução do dividendo obrigatório, o pagamento de juros sobre o capital próprio e declarar dividendos intermediários e/ou intercalares;
- (vii) aprovar qualquer decisão cujo resultado seria a criação de dívida financeira que, quando agregadas ao longo de um período de 12 (doze) meses, seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (viii) celebração de quaisquer contratos ou atos de qualquer natureza e objeto que possam implicar obrigações para a Companhia, em valores superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), isoladamente, ou, conjuntamente, quando houver mais de uma operação de igual natureza, em um período de 12 (doze) meses, excluídos aqueles relacionados à atividade operacional da Companhia;
- (ix) realizar qualquer investimento por meio de transferência de capital, bens e/ou direitos com valores, individuais ou em conjunto, superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), por exercício, ou, de qualquer forma, participar em outra pessoa jurídica, consórcio ou fundo;
- (x) autorizar a constituição de usufruto, penhor, alienação fiduciária, oneração, gravame, caução, nomeação ou indicação à penhora, caso o acionista possua outros bens e direitos, ou qualquer outra forma de garantia, ou promessa de realização de quaisquer dos referidos atos, sobre parte ou a totalidade das ações de emissão da Companhia;
- (xi) alienação, cessão ou transferência de qualquer ativo não circulante da Companhia;
- (xii) constituição de ônus ou gravames sobre bens e direitos da Companhia e a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, em favor de terceiro;

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Pottencial Seguradora S.A.
Realizada em 29 de abril de 2016.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5822610 em 25/08/2016 da Empresa POTTENCIAL SEGURADORA S.A, Nire 31300094081 e protocolo 165040572 - 09/08/2016. Autenticação: 46D985EE4E15E6B4AA1C86874868D9EA7ABC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 16/504.057-2 e o código de segurança PxNY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


Secretária-Geral

pág. 6/15

- (xiii) redução ou aumento do capital social, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários pela Companhia, conversíveis ou não em ações, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações;
- (xiv) qualquer associação, joint venture, cisão, incorporação ou fusão envolvendo a Companhia; e
- (xv) aprovar a celebração de qualquer contrato, ato ou negócio entre a Companhia e, individualmente ou em conjunto com:
 - (a) seus acionistas;
 - (b) cônjuge, companheiro ou parentes até terceiro grau de acionista ou pessoa jurídica, fundo ou consórcio nos quais o cônjuge, companheiro ou parentes até terceiro grau de acionista detenham participação, direta ou indireta;
 - (c) pessoa jurídica, fundo ou consórcio nos quais o acionista detenha participação, direta ou indireta;
 - (d) pessoa ou fundo que detenha participação, direta ou indireta, no acionista;
 - (e) administrador de quaisquer das pessoas jurídicas, fundos ou consórcios supramencionados, bem como seu cônjuge, companheiro ou parentes até quarto grau; e
 - (f) pessoa jurídica, fundo ou consórcio no qual a Companhia detenha participação, direta ou indireta, pessoa ou fundo que detenha participação na Companhia, direta ou indireta.

ARTIGO 15º – A Diretoria será composta por, no mínimo 3 (três), e no máximo 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor Presidente e outros 4 (quatro) Diretores sem Designação Específica, com as responsabilidades previstas na regulamentação em vigor.

Parágrafo Único - Os Diretores serão acionistas ou não, residentes no País, os quais terão suas competências fixadas no Estatuto Social, e serão eleitos e destituíveis pela Reunião do Conselho de Administração, a qualquer tempo, com mandato de até 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

ARTIGO 16º – Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (ii) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração;
- (iii) manter os acionistas e o Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;
- (iv) propor um Código de Ética para a Companhia, a ser aprovado pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração;
- (v) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração;
- (vi) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da POTTENCIAL SEGURADORA S.A.
Realizada em 29 de abril de 2016.



- (vii) exercer outras funções que lhe forem concedidas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 17º – Cabe aos Diretores sem Designação Específica, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pela Assembleia Geral, competindo-lhes ainda:

- (i) administrar os bens e serviços da Companhia;
- (ii) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pela Assembleia Geral e o Conselho de Administração;
- (iii) zelar pelo fiel cumprimento do presente Estatuto Social;
- (iv) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- (v) elaborar e apresentar anualmente, à Assembleia Geral, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- (vi) preparar e submeter à Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- (vii) supervisionar a elaboração e escrituração do balanço e dos livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; e
- (viii) admitir e dispensar o pessoal administrativo.

ARTIGO 18º – A Companhia será sempre representada, em todos os atos, pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) Diretores, ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador constituído por quaisquer 2 (dois) Diretores, por meio de mandato com poderes específicos e prazo determinado não superior a 1 (um) ano, exceto nos casos de procurações ad judícia, caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular.

ARTIGO 19º – A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observadas as disposições legais e estatutárias pertinentes, bem como as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, competindo-lhe ainda administrar e gerir os negócios da Companhia.

Parágrafo Único – As demonstrações financeiras da Companhia serão anualmente auditadas na forma da legislação vigente, por auditores independentes de reconhecida idoneidade e competência.

ARTIGO 20º – As matérias que forem submetidas à deliberação do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia serão consideradas aprovadas pelo voto favorável da maioria dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, com exceção das matérias elencadas no **Artigo 14º** acima, que dependerá do voto afirmativo de 4/5 (quatro quintos) dos membros do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL

ARTIGO 21º – O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, com igual número de

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Potencial Seguradora S.A.
Realizada em 29 de abril de 2016.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5822610 em 25/08/2016 da Empresa POTENCIAL SEGURADORA S.A, Nire 31300094081 e protocolo 165040572 - 09/08/2016. Autenticação: 46D985EE4E15E6B4AA1C86874868D9EA7A8C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 16/504.057-2 e o código de segurança PxdNY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Assinatura digital de Marinely de Paula Bomfim

pág. 8/15

suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado, remunerado e terá os deveres, competências e responsabilidades em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Único – Quando instalado, o Conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente, ou, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO VI – TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES

ARTIGO 22º – A transferência de ações da Companhia operar-se-á mediante transcrição nos livros próprios, observado o direito de preferência dos demais acionistas.

CAPÍTULO VII – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

ARTIGO 23º – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

ARTIGO 24º – A Companhia poderá levantar balanços em períodos inferiores com propósitos fiscais ou para distribuição de dividendos intermediários, intercalares, ou pagamento de juros sobre o capital próprio, observado o disposto neste Estatuto Social.

ARTIGO 25º – Do lucro líquido apurado da demonstração de resultado do exercício e definido pelo art. 191 da Lei 6.404/76, aplicar-se-ão compulsoriamente: (i) 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social, e; (ii) 85% (oitenta e cinco por cento) serão obrigatoriamente distribuídos aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, na proporção das ações por eles detidas. O saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII - LIQUIDAÇÃO

ARTIGO 26º – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 27º – É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

ARTIGO 28º – A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma da Lei de Sociedades por Ações, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

ARTIGO 29º – A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pelo Conselho de Administração a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

ARTIGO 30º – A validade, interpretação e cumprimento deste Estatuto e quaisquer pretensões dele decorrentes ou a ele relacionados, serão regidas e interpretadas de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, desconsiderando conflitos de normas e princípios legais que exigiriam a aplicação de leis de qualquer outra jurisdição. No caso de surgimento de conflito, controvérsia ou reclamação (“Conflitos”) decorrentes ou relacionados a este Estatuto, incluindo questões referentes à sua validade ou existência, cada Parte deverá notificar a outra acerca do referido conflito e as Partes deverão despender todos os esforços para resolver a questão amigavelmente em um período de 3 (três) semanas após o envio da notificação. Se as Partes não conseguirem encontrar uma solução amigável no referido período, tal Conflito

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Potencial Seguradora S.A.
Realizada em 29 de abril de 2016.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5822610 em 25/08/2016 da Empresa POTENCIAL SEGURADORA S.A, Nire 31300094081 e protocolo 165040572 - 09/08/2016. Autenticação: 46D985EE4E15E6B4AA1C86874868D9EA7ABC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 16/504.057-2 e o código de segurança PxNY. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 9/15

deverá ser submetido e solucionado por arbitragem.

Parágrafo Primeiro - A disputa será conduzida pela Câmara de Arbitragem Empresarial Brasil - CAMARB ("Câmara de Arbitragem"), de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem em vigor à época da arbitragem ("Regulamento de Arbitragem"), levando em consideração quaisquer alterações ao Regulamento de Arbitragem feitas por mútuo entendimento das Partes. Na omissão do Regulamento de Arbitragem aplicar-se-á o disposto na Lei n. 9.307/96 e, subsidiariamente, a Lei n. 5.869/73 (Código de Processo Civil).

Parágrafo Segundo - A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de diligências em outras localidades.

Parágrafo Terceiro - O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) árbitros ("Tribunal Arbitral"), sendo um nomeado por uma parte e outro pela outra parte e o terceiro árbitro nomeado de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem.

Parágrafo Quarto - A arbitragem será concluída no prazo de 6 (seis) meses, contados da assinatura do termo de arbitragem previsto no Regulamento de Arbitragem, prazo este que poderá ser prorrogado motivadamente pelo Tribunal Arbitral.

Parágrafo Quinto - O Tribunal Arbitral decidirá sobre a repartição de despesas e a fixação de honorários sucumbenciais, observado o Regulamento da Câmara de Arbitragem e, no caso de silêncio ou incompletude desta, com observância dos princípios da sucumbência (total ou parcial), razoabilidade e proporcionalidade.

Parágrafo Sexto - As Partes reconhecem que qualquer um deles poderá recorrer ao Poder Judiciário exclusivamente para as seguintes medidas, sendo que tais medidas não devem ser interpretadas como renúncia pelas Partes à submissão dos conflitos a arbitragem: (i) para instituir a arbitragem; (ii) para obter medidas liminares e cautelares previamente à confirmação do Tribunal Arbitral; (iii) para execução de qualquer decisão do Tribunal Arbitral, incluindo a sentença final; (iv) para a execução específica deste Contrato, previamente à confirmação do Tribunal Arbitral; e (v) para outros procedimentos expressamente admitidos pela Lei n. 9.307/96, conforme alterada. Para tal finalidade, Os acionistas e a Companhia elegem o foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Adicionalmente à autoridade da Câmara de Arbitragem estabelecida no Regulamento de Arbitragem, tal Câmara de Arbitragem também deverá ter autoridade para impor medidas provisórias, incluindo medida cautelar ou liminar.

Parágrafo Sétimo - A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes envolvidas de acordo com seus termos, não cabendo quaisquer recursos contra a mesma, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no artigo 30 da Lei nº 9.307/96, conforme alterada. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a Lei aplicável a este Contrato, inclusive a execução específica.

Parágrafo Oitavo - Os acionistas concordam que a arbitragem deverá ser mantida estritamente confidencial, e seus elementos (incluindo, mas não limitado a, as alegações das partes envolvidas, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral), somente serão revelados ao Tribunal Arbitral, às partes, aos seus advogados e a qualquer pessoa necessária ao desenvolvimento da arbitragem, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento de obrigações impostas por Lei ou por qualquer Autoridade Governamental competente.

Assina o documento de forma digital o diretor João de Lima Géo Neto.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Potencial Seguradora S.A.
Realizada em 29 de abril de 2016.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5822610 em 25/08/2016 da Empresa POTENCIAL SEGURADORA S.A, Nire 31300094081 e protocolo 165040572 - 09/08/2016. Autenticação: 46D985EE4E15E684AA1C86874868D9EA7ABC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 16/504.057-2 e o código de segurança PxNY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 10/15



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/504.057-2	J163114857517	08/08/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.874.546-39	João de Lima Géo Neto

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, Sexta-feira, 19 de Agosto de 2016

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5822610 em 25/08/2016 da Empresa POTENCIAL SEGURADORA S.A, Nire 31300094081 e protocolo 165040572 - 09/08/2016, Autenticação: 46D985E1E4E15E6B4AA1C86874868D9EA7ABC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.juceamg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 16/504.057-2 e o código de segurança PxNY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Assinatura digital

pág. 11/15



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Superintendência de Seguros Privados

PORTARIA SUSEP/DIORG N.33, de 02 de agosto de 2016.

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001541/2016-36,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de POTTENCIAL SEGURADORA S.A., CNPJ n. 11.699.534/0001-74, com sede na cidade de Belo Horizonte – BH, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2016:

I – Alteração do endereço da sede para Avenida Raja Gabaglia, 1.143, 18º, 19º e 20º andares, Luxemburgo, Belo Horizonte – MG; e

II – Alteração do artigo 3º e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA
Diretoria de Organização do Sistema de Seguros Privados – DIORG
Diretor



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5822610 em 25/08/2016 da Empresa POTTENCIAL SEGURADORA S.A, Nire 31300094081 e protocolo 165040572 - 09/08/2016. Autenticação: 46D985EE4E15E6B4AA1C8687466BD9EA7ABC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 16/504.057-2 e o código de segurança PxNY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

 pág. 12/15



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
16/504.057-2	J163114857517	08/08/2016

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
054.874.546-39	João de Lima Géo Neto

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte. Sexta-feira, 19 de Agosto de 2016

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5822610 em 25/08/2016 da Empresa POTENCIAL SEGURADORA S.A, Nire 31300094081 e protocolo 165040572 - 09/08/2016. Autenticação: 46D985EE4E15E6B4AA1C86874868D9EA7ABC. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 16/504.057-2 e o código de segurança PxNY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 13/15



Secretaria de Governo da Presidência da República
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa POTTENCIAL SEGURADORA S.A, de nire 3130009408-1 e protocolado sob o número 16/504.057-2 em 09/08/2016, encontra-se registrado na Jucemg sob o número 5822610, em 25/08/2016. O ato foi deferido digitalmente pela 1ª TURMA DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim, Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
054.874.546-39	João de Lima Géo Neto

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
054.874.546-39	João de Lima Géo Neto

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
054.874.546-39	João de Lima Géo Neto

Belo Horizonte, Quinta-feira, 25 de Agosto de 2016

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5822610 em 25/08/2016 da Empresa POTTENCIAL SEGURADORA S.A, Nire 31300094081 e protocolo 165040572 - 09/08/2016. Autenticação: 48D985EE4E15E6B4AA1C86874868D9EA7A8C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 16/504.057-2 e o código de segurança PxNY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim

pág. 14/15



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM
115.695.496-72	AFONSO GONZAGA
520.410.776-20	ANTONIO DE PADUA UBIRAJARA E SILVA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, Sexta-feira, 14 de Julho de 2017



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 5822610 em 25/08/2016 da Empresa POTTENCIAL SEGURADORA S.A. Nire 31300094081 e protocolo 165040572-09/08/2016. Autenticação: 46D985EE4E15E6B4AA1C86874868D9EA7A9C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 16/504.057-2 e o código de segurança PxNY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 15/15

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021**OBJETO:** CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

**DECLARAÇÃO FORMAL ACERCA DO ATENDIMENTO ÀS
PRERROGATIVAS REFERENTES AOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
ESTABELECIDOS NO ART. 3º, § 2º, DA LEI DE LICITAÇÕES**



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

DECLARAÇÃO FORMAL ACERCA DO ATENDIMENTO ÀS PRERROGATIVAS REFERENTES AOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE ESTABELECIDOS NO ART. 3º, § 2º, DA LEI DE LICITAÇÕES

Contagem/MG, 28 de **JUNHO** de 2021


À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia / Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência Pública Nº 46/2021 - Declaração formal acerca do atendimento às prerrogativas referentes aos critérios de desempate estabelecidos no art. 3º, § 2º, da lei de licitações

Prezados Senhores,

Em atendimento ao Edital de Concorrência Pública Nº 46/2021, o **CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA** ("PROponente"), constituído pelas empresas **SIGMA** engenharia indústria e comércio Ltda (Empresa Líder), inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0001-00, sediada à Av. Tito Fulgêncio, 1.176, 1º Andar, Salas: 104/106, Jardim Industrial, CEP: 32215-000, Contagem/MG; **SITRAN** Sinalização de Trânsito Industrial Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 16.502.551/0001-00, sediada à R. Nair Camillo dos Reis, 850, CDI Jatobá, CEP: 30664-002, Belo Horizonte/MG; **SELT** Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0001-67, sediada à Av. Raja Gabaglia, 2.640, 3º Andar, Estoril, CEP: 30494-170, Belo Horizonte/MG; e **MOBIT** – Mobilidade, Iluminação e Tecnologia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87, sediada à R. Doutor Eduardo de Souza Aranha, 387, Conj: 101, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-121, São Paulo/SP, por seu representante abaixo assinado, declara, para os devidos fins, que atende aos seguintes critérios estabelecidos no art. 3º, §2º da LEI DE LICITAÇÕES:

Atendimento	Inciso, do art. 3º, § 2º	Critério
[X]	III	Serviços prestados por empresas brasileiras.
[X]	IV	Serviços prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
[X]	V	Serviços prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.


CLEYSON ALEXANDRE ALVES
 Representante Legal do Consórcio
 RG: MG-4.392.381-SSP/MG
 CPF: 801.362.066-20
CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA



**SIGMA****SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**

027

DECLARAÇÃO FORMAL ACERCA DO ATENDIMENTO ÀS PRERROGATIVAS REFERENTES AOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE ESTABELECIDOS NO ART. 3º, § 2º, DA LEI DE LICITAÇÕESContagem/MG, 28 de **JUNHO** de 2021**À****COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO****Município de Santa Luzia / Minas Gerais**

Ref.: Edital de Concorrência Pública Nº 46/2021 - Declaração formal acerca do atendimento às prerrogativas referentes aos critérios de desempate estabelecidos no art. 3º, § 2º, da lei de licitações

Prezados Senhores,

Em atendimento ao Edital de Concorrência Pública Nº 46/2021, a **SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** ("PROponente"), inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0001-00, sediada à Avenida Tito Fulgêncio, nº 1.176, 1º Andar, Salas: 104/106, CEP: 32.215-000, no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, por seu representante legal o Sr. **Cleyson Alexandre Alves**, diretor comercial, portador do documento de identidade nº MG-4.392.381 SSP/MG e do CPF nº 801.362.066-20, declara, para os devidos fins, que atende aos seguintes critérios estabelecidos no art. 3º, §2º da LEI DE LICITAÇÕES:

Atendimento	Inciso, do art. 3º, § 2º	Critério
[X]	III	Serviços prestados por empresas brasileiras.
[X]	IV	Serviços prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
[X]	V	Serviços prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.


CLEYSON ALEXANDRE ALVES

Diretor Comercial / Procurador

RG: MG-4.392.381 SSP/MG

CPF: 801.362.066-20

SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ: 25.898.180/0001-00

Endereço: Av. Tito Fulgêncio, 1.176, 1º Andar, Salas: 104/106, Jardim Industrial, CEP: 32215-000, Contagem/MG

**SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**

Av. Tito Fulgêncio, 1.176 - 1º Andar - Salas 104/106 - Bairro Jardim Industrial - CEP: 32.215-000 - Fone/Fax: (31) 3336-3403

CONTAGEM - MINAS GERAIS

DECLARAÇÃO FORMAL ACERCA DO ATENDIMENTO ÀS PRERROGATIVAS REFERENTES AOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE ESTABELECIDOS NO ART. 3º, § 2º, DA LEI DE LICITAÇÕES

Belo Horizonte/MG, 28 de **JUNHO** de 2021

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia / Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência Pública Nº 46/2021 - Declaração formal acerca do atendimento às prerrogativas referentes aos critérios de desempate estabelecidos no art. 3º, § 2º, da lei de licitações

Prezados Senhores,

Em atendimento ao Edital de Concorrência Pública Nº 46/2021, a **SITRAN SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA** ("PROPONENTE"), inscrita no CNPJ sob o nº 16.502.551/0001-93, sediada à Rua Nair Camillo dos Reis, nº 850, CDI Jatobá, CEP: 30.664-002, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, por seu representante legal o Sr. **Afonso Vieira Leonel**, diretor comercial, portador do documento de identidade nº M-8.001.198 SSP/MG e do CPF nº 038.893.916-80, declara, para os devidos fins, que atende aos seguintes critérios estabelecidos no art. 3º, §2º da LEI DE LICITAÇÕES:

Atendimento	Inciso, do art. 3º, § 2º	Critério
[X]	III	Serviços prestados por empresas brasileiras.
[X]	IV	Serviços prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
[X]	V	Serviços prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.


AFONSO VIEIRA LEONEL
Diretor Comercial / Procurador
RG: M-8.001.198 SSP/MG
CPF: 038.893.916-80

SITRAN SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA
CNPJ: 16.502.551/0001-93
Endereço: R. Nair Camillo dos Reis, 850, CDI Jatobá, CEP: 30664-002, Belo Horizonte/MG



Empresa Certificada

DECLARAÇÃO FORMAL ACERCA DO ATENDIMENTO ÀS PRERROGATIVAS REFERENTES AOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE ESTABELECIDOS NO ART. 3º, § 2º, DA LEI DE LICITAÇÕES

Belo Horizonte/MG, 28 de junho de 2021

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia/Minas Gerais

Ref.: Edital de **Concorrência nº 46/2021** - Solicitação de Esclarecimentos

Prezados Senhores,

Em atendimento ao Edital de Concorrência nº 46/2021, a **SELT ENGENHARIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0001-67, com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 2640, 3º andar, Bairro Estoril, CEP 30380-403, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, por seu representante abaixo assinado, declara, para os devidos fins, que atende aos seguintes critérios estabelecidos no art. 3º, §2º da LEI DE LICITAÇÕES:

Atendimento	Inciso, do art. 3º, § 2º	Critério
[X]	III	Serviços prestados por empresas brasileiras.
[X]	IV	Serviços prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
[X]	V	Serviços prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.


SELT ENGENHARIA LTDA
Rogério Mohallem
CPF nº 398.694.666-72
Cédula de Identidade CREA/MG 37.908/D
Representante Legal



DECLARAÇÃO FORMAL ACERCA DO ATENDIMENTO ÀS PRERROGATIVAS REFERENTES AOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE ESTABELECIDOS NO ART. 3º, § 2º, DA LEI DE LICITAÇÕES

São Paulo/SP, 28 de junho de 2021

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia/Minas Gerais

Ref.: Edital de **Concorrência nº 46/2021** - Solicitação de Esclarecimentos

Prezados Senhores,

Em atendimento ao Edital de Concorrência nº 46/2021, a **MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87**, com sede na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 10º Andar, conjunto 101, Bairro Vila Nova Conceição, CEP: 04543-121, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, por seu representante abaixo assinado, declara, para os devidos fins, que atende aos seguintes critérios estabelecidos no art. 3º, §2º da LEI DE LICITAÇÕES:

Atendimento	Inciso, do art. 3º, § 2º	Critério
[X]	III	Serviços prestados por empresas brasileiras.
[X]	IV	Serviços prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
[X]	V	Serviços prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

MOBIT – Mobilidade, Iluminação e Tecnologia Ltda
André Mazzei de Campos
CPF nº 256.005.538-46
RG nº 23.854.733-4-SSP/SP
Representante Legal/Procurador



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

OUTROS DOCUMENTOS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

Contrato de Intermediação entre a participante credenciada e a licitante



CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO PROPONENTE E PARTICIPANTE CREDENCIADA

Contagem, 22 de junho de 2021

À B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

EDITAL DE CONCESSÃO Nº 46/2021

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA – MG.

Na melhor forma de direito, as partes:

RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade corretora/distribuidora com sede na Rua da Bélgica, n.º 10, Ed. Dom João VI, sala 605, Bairro Comércio, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.010-030, inscrita no CNPJ/MF 42.066.258/0001-30, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada PARTICIPANTE CREDENCIADA; e

SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Tito Fulgêncio, nº 1.176, 1º andar, salas: 104/106, Bairro Cidade Industrial, CEP 32.215-000, Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.898.180/0001-00, neste ato representada por seu procurador Sr. Cleyson Alexandre Alves, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade nº MG-4.392.381 SSP/MG e inscrito no CPF/MF nº 801.362.066-20, doravante denominada PROPONENTE;

nos termos do EDITAL, dos ANEXOS e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 da LICITAÇÃO em referência;

RESOLVEM celebrar o presente contrato para intermediação por PARTICIPANTE CREDENCIADA na participação da PROPONENTE na LICITAÇÃO, nos atos praticados sob assessoria da B3 ao PODER CONCEDENTE.

1. A PROPONENTE e PARTICIPANTE CREDENCIADA declaram conhecer, acatar e adimplir, sem ressalvas, todos os termos, normas, obrigações, condições, formas e prazos dos documentos relativos à LICITAÇÃO, os quais, para todos os fins, são parte integrante deste Contrato, e, portanto, permitem a adoção dos mesmos significados das expressões:

- Edital, Anexos e Manual de Procedimentos da B3;
- Cronograma;



- Documentos e alterações expedidas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO;
 - Toda e qualquer documentação que vier a ocorrer comunicada, divulgada ou publicada no âmbito da LICITAÇÃO; e
 - Subsidiariamente, as normas e procedimentos da B3 relativas a Leilões em geral.
2. Se comprometem a entregar, a PROPONENTE à PARTICIPANTE CREDENCIADA, e a PARTICIPANTE CREDENCIADA à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, na ou à B3, conforme documentos e Cronograma da LICITAÇÃO:
- GARANTIA DA PROPOSTA;
 - VOLUMES 1, 2 e 3; e
 - Remuneração da B3, que deverá ser efetuada em até 15 (quinze) dias contados da publicação que se refere o item 17.1 do Edital, na forma prevista no ANEXO 5 - MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, no valor de R\$ 589.666,91 (quinhentos e oitenta e nove mil seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e um centavos), com data-base de maio/ 2021, sujeito a atualização pelo IPCA/IBGE, após 01 ano da data base de publicação do EDITAL.
3. A PARTICIPANTE CREDENCIADA indica, neste ato, os seguintes operadores para atuarem na SESSÃO PÚBLICA da LICITAÇÃO:
- Operador principal: MARCELO AUGUSTO BARBOSA RODRIGUES, brasileiro, casado, corretor de valores, portador da CNH nº 00006242007, inscrito no CPF sob o nº 001.191.297-95; e
 - Operador contingência: MAURO CESAR MEDEIROS DE MELLO, brasileiro, casado, economista, portador do CRE/RJ nº 7037-8, inscrito no CPF sob o nº 097.687.857-72.
- 3.1. A credencial do operador da PARTICIPANTE CREDENCIADA deverá ser retirada, 30 (trinta) minutos antes do início da SESSÃO PÚBLICA da LICITAÇÃO, junto ao DIRETOR DA SESSÃO. Ao término da SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO, a credencial deve ser devolvida no mesmo local em que foi retirada.
4. A PARTICIPANTE CREDENCIADA fica, desde já, obrigada como responsável e principal pagadora da remuneração da B3, nos termos do EDITAL e MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
5. A taxa de corretagem devida pela PROPONENTE à PARTICIPANTE CREDENCIADA, para a realização da intermediação, objeto deste Contrato, conforme escopo presente em proposta comercial de representação e licitação, é composta por (i) valor fixo de R\$20.000,00 (vinte mil reais), a ser pago em 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do presente instrumento e, (ii)



- parcela adicional de R\$15.000,00 (quinze mil reais), no caso de ser declarada vencedora, com pagamento no 3º (terceiro) dia útil após a publicação da homologação do resultado do LEILÃO.
6. A PARTICIPANTE CREDENCIADA não se responsabiliza pela não inclusão da PROPONENTE na lista de aptos e/ou habilitados para a LICITAÇÃO, a ser comunicada diretamente pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.
7. A PROPONENTE reconhece e autoriza o bloqueio compulsório e/ou a execução, pelo PODER CONCEDENTE, COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e/ou B3, de ativos aceitos como GARANTIA DA PROPOSTA, de acordo com o EDITAL e no MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
8. A execução de GARANTIA DA PROPOSTA será feita mediante alienação, prática, ato, forma, modo, inclusive extrajudicial, que for mais eficaz para obtenção dos recursos necessários ao bom adimplemento das obrigações contraídas pela PROPONENTE em virtude de sua participação na LICITAÇÃO.
9. A PROPONENTE, por este instrumento, outorga em caráter irrevogável e irretratável à PARTICIPANTE CREDENCIADA, poderes especiais para representá-la perante a B3, as demais PROPONENTES, instituições bancárias ou não, Banco Central do Brasil, entre outras entidades públicas ou sistemas centralizados ou de custódia, a fim de exercer todos os direitos e assumir todas as obrigações decorrentes da LICITAÇÃO que por sua conta e ordem deverão ser adimplidas na forma deste Contrato, do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, podendo, para tanto, instruir documentos pertinentes à operação e ao procedimento de sua liquidação financeira de todo e qualquer ativo utilizado como meio de pagamento ou garantia, acordar, transferir, receber e dar quitação, firmar compromissos, emitir, sacar e assinar títulos e documentos em nome da PROPONENTE, bem como transigir e praticar todos os demais atos necessários à utilização de GARANTIA DA PROPOSTA, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3, ficando, por fim, outorgado e sem reservas à B3 idênticos poderes conferidos à PARTICIPANTE CREDENCIADA, independentemente da ordem de nomeação supra, para, por conta e ordem da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e do PODER CONCEDENTE, praticar os atos necessários e relativos à promoção, administração, compensação e liquidação dos meios de pagamento e garantias que a qualquer título lhe forem entregues, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.
10. O presente Contrato vigorará até a ocorrência de ambos os eventos:
- retirada de GARANTIA DA PROPOSTA pela PARTICIPANTE CREDENCIADA da B3 e devolução à PROPONENTE; e



- até que a B3 confirme o recebimento de sua remuneração.

10.1. A rescisão deste Contrato pelas partes resguarda-o como válido e produz todos os seus efeitos sobre as obrigações pendentes até que sejam devidamente quitadas.

11. Toda e qualquer omissão ou tolerância das partes em relação aos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, não importará, salvo disposição expressa em contrário, em renúncia a tais direitos, nem se constituirá em alteração ou novação ao presente Contrato.
12. O presente Contrato obriga, também, a todos os herdeiros e sucessores das partes.
13. A PARTICIPANTE CREDENCIADA se compromete a manter sigilo quanto à identificação e informações relativas à PROPONENTE, apenas revelando-as à B3, à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE, na forma e para os fins deste Contrato.
14. A PROPONENTE se compromete a comunicar expressamente à PARTICIPANTE CREDENCIADA qualquer alteração de suas condições ou informações, para a atuação desta e considerado o devido enquadramento e observância das condições de participação na LICITAÇÃO, junto à B3, à COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE.
15. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo como o competente para dirimir as dúvidas supervenientes, ressalvado a opção da PARTICIPANTE CREDENCIADA, quando autora da ação, de ajuizá-la no domicílio da PROPONENTE, se este for diverso do dela.
16. As dúvidas e controvérsias advindas deste Contrato serão dirimidas pela B3, ouvida a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, previamente a eventual interpelação judicial, feita por qualquer das partes.

E por estarem as partes contratantes no mais absoluto acordo e entendimento, assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que se produzam todos os seus efeitos e fins.

15º OFÍCIO

[Assinatura]
RJI Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Luiz Antonio Pereira Lamboglia
 RG n.º 05.932.980-5 (SSP/RJ)
 CPF sob o n.º 706.774.177-72

Fernando Sansão Ramos
 RG n.º 265.837 (Aeronáutica/RJ)
 CPF nº 393.328.107-53





SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Gleyson Alexandre Alves
Diretor Comercial (Procurador)
RG nº MG-4.392.381 - SSP/MG
CPF/MF nº 801.362.066-20

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE CONGONHAS - MG

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de CLEYSON ALEXANDRE ALVES em testemunho de verdade.

Lobo Leite-Congonhas/MG, 24/06/2021.

SELO CONSULTA: EPR03629

CÓDIGO SEGURANÇA: 975379157201892

Quantidade de atos praticados: 1

Atos(s) praticado(s) por: Omar Nascimento dos Reis - Oficial de Registro Civil

Emol.: R\$ 5,82 - T.F.J.: R\$ 1,81 - Valor final: R\$ 7,74 - ISS: R\$ 0,11

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.trmg.sil.br>

Nº DA ETIQUETA: AAU491622

Testemunhas:


Nome: KELCIO DE OLIVEIRA SILVA
R.G.: MG 059361


Nome: Vanildo Cardeiro Cunha
R.G.: M.G. 399.703 - SSP/MG







15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELA
Rua do Ouvidor, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2600 AB373993

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado.
Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2021.

Felipe Jerônimo de Lima
Escritor - Mat.
Emolumentos: R\$ 6,25 - T.J. Fundos: R\$ 2,58 - Total: R\$ 8,83
Selo: EDOW82559-AED - Consulte em <https://www3.tj.rj.jus.br/sitepublico>



Livro SBP-466
Folhas 004
Ató nº 002

PROCURAÇÃO PÚBLICA, em
forma abaixo:

Aos 05 (cinco) dias do mês de dezembro do ano de 2019 (dois mil e dezanove), neste 15º Serviço Notarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 11, loja 106, Barra da Tijuca, perante mim, Luiz Fábio Neder, Escrevente, matrícula nº 94/011314, da Corregedoria Geral da Justiça, *Tabellã - Fernanda de Freitas Leitão*, compareceu como **OUTORGANTE: RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Bélgica nº 10, sala 605, Comércio, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40010-030 e filial na Rua do Ouvidor nº 97, 7º andar, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20040-030, inscrita no CNPJ sob o nº 42.066.258/0001-30, neste ato representada por seus sócios: **MAURO CESAR MEDEIROS DE MELLO**, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens, economista, portador da cédula de identidade nº 7037 CRE/RJ e inscrito no CPF sob o nº 097.687.857-72, residente e domiciliado na Avenida Lúcio Costa nº 3.626, apto 502, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.630-11, endereço eletrônico: mauromello@rjicv.com.br, e **ENIO CARVALHO RODRIGUES**, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens, empresário, portador da cédula de identidade nº 01.486.301-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 027.265.487-68, residente e domiciliado na Rua Marechal Ramon Castilla nº 237, apto 607, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22290-175, endereço eletrônico: eniorodrigues@rjicv.com.br. Identificada através dos documentos apresentados, cujas xerocópias ficam arquivadas nesta Serventia, devendo da presente ser enviado nota ao 5º Ofício de Distribuição. Então, pela **OUTORGANTE** foi dito o seguinte: que, por este público instrumento de procuração, nomeia e constitui como seus bastantes procuradores: **DO GRUPO "A": MARLENE TARDIVO SOARES**, brasileira, separada judicialmente, contadora, residente e domiciliada na Rua Barão do Bom Retiro, 901, apto 301 - Rio de Janeiro - RJ, Cep: 20.715-002, portadora da cédula da CHN nº 00326789569, expedido pelo Detran-RJ e inscrito no CPF sob o nº 787.689.267-15, **MARCELO AUGUSTO BARBOSA RODRIGUES**, brasileiro, casado, corretor de valores, residente e domiciliado na Rua Dr Hermogenio Silva, 999, casa 30, Retiro, Petrópolis - RJ, Cep: 25.715-059, portador da cédula da CHN nº 00006242007, expedido pelo Detran-RJ e inscrito no CPF nº 001.191.297-95 e **FERNANDO SANSÃO RAMOS**, brasileiro, casado, bacharel em Direito, residente e domiciliado na Rua Goitacazes, 313, casa 02, São Francisco - Niterói - RJ, Cep: 24.360-350, portador do RG nº 265.837, expedido pelo MAERRJ e inscrito no CPF nº 393.328.107-53, aos quais outorga poderes amplos e gerais para, em conjunto com

Rua do Ouvidor, 89 - Centro - CEP 20040-030 - Tel: 55 21 3233-2600 - Av. das Américas, 500 - BL 11 - LJ 106 - Downtown - Barra da Tijuca
Tel: 55 21 3154-7161 - CEP: 22640-100 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - E-mail: faleconosco@cartorio15.com.br - www.cartorio15.com.br

/cartorio15

AAA 014250147





um dos sócios da OUTORGANTE ou sempre em conjunto de dois procuradores do Grupo A: (i) representar ativa e passivamente a Outorgante, em juízo ou fora dele, perante quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, inclusive perante qualquer repartição pública federal, estadual, ou municipal, autarquias, sociedades de economia mista e fundações, requerendo, assinando, coletando provas e documentos, cumprindo exigências, pagando impostos, taxas e emolumentos, efetuando registros, averbações e transferências; (ii) representar a Outorgante em todos e quaisquer atos e eventos relacionados às suas atividades sociais, inclusive, mas não se limitando, a negociação, celebração e assinatura de quaisquer acordos, termos, contratos em geral, atos societários, livros e/ou instrumentos de qualquer natureza, podendo estabelecer cláusulas e condições, com poderes especiais para dar e receber quitação em nome da Outorgante; (iii) aprovar a realização de depósitos judiciais e de prestação de garantias em processos judiciais ou administrativos; (iv) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e/ou aplicações financeiras, bem como realizar transferências e/ou quaisquer outras operações bancárias, inclusive emissão, endosso, aceite e desconto de cheques e títulos de crédito em geral, sempre em negócios relacionados às finalidades sociais da Outorgante; (v) representar a Outorgante, na qualidade de administradora de fundos de investimento e proprietária fiduciária dos bens que integram o patrimônio dos fundos de investimento dos fundos da qual administra; (vi) representar a Outorgante perante quaisquer terceiros, incluindo qualquer instituição financeira e qualquer entidade ou autoridade governamental brasileira, nas esferas federal, estadual ou municipal, o Banco Central do Brasil, a Secretaria da Receita Federal, a Comissão de Valores Mobiliários e a Junta Comercial; enfim, praticar requerer e assinar, todos os atos que se fizerem necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer; e **DO GRUPO "B": LUIZ ANTONIO PEREIRA LAMBOGLIA**, brasileiro, casado, executivo em finanças, residente e domiciliado na Rua Joaquim Pinheiro, nº 45, bloco 01, apto 501, Freguesia - Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ, portador da cédula de identidade nº 05.932.980-5, expedido pelo IFP-RJ e inscrito no CPF nº 706.774.177-72; aos quais outorga os mesmos poderes amplos e gerais dos procuradores do Grupo A, exceto substabelecer, que deverá agir sempre o procurador do Grupo B em conjunto com um procurador do Grupo A ou em conjunto com um dos sócios da OUTORGANTE. SOB MINUTA. Foram dispensadas as testemunhas instrumentárias de acordo com o §5º do art. 215 da Lei 10.406/2002, Código Civil. Os nomes dos Outorgados, dados e elementos relativos ao objeto do presente instrumento, foram fornecidos e confirmados pelos Outorgantes, que por eles se responsabilizam, reservando-se esse Ofício, no direito de não corrigir erros daí advindos. Assim disseram e a seu pedido. Certifico que pelo presente ato são devidas custas da Tabela VII, item II, letra "b" no valor de R\$254,20, comunicação para o CENSEC no valor de



15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELIA
Rua do Oudor, nº 89, Centro, Rio de Janeiro/RJ - Fone: (21) 3233-2800 AB373943

AUTENTICAÇÃO
Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado.
Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2021.

Feliza Jorcedade de Lima
Escrivente - Mat.
Emolumentos: R\$ 6,25 - T.J.-Fundo: R\$ 2,58 - Total: R\$ 8,83
Selo: EDQW82558-AOK - Consulte em <https://www3.tj.rj.us.br/sitepublico>

OFÍCIO DE NOTAS
Jorcedade de Lima
Escrivente
Matr. 94.21576
89-Centro-RJ



242

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

R\$12,46, comunicação para o distribuidor no valor de R\$12,46, comunicação para JUCERJA no valor de R\$12,46, arquivamento no valor de R\$10,74, acrescidas dos 20% para o FETJ (Lei nº 3217/99 de 27.05.99) no valor de R\$60,46, acrescidas de 5% para o FUNDPERJ (Ato 04/2006) no valor de R\$15,11, acrescidas de 5% para o FUNPERJ (Lei 111/2006) no valor de R\$15,11, acrescidas do ISS (Lei 7128/2015) no valor de R\$16,17, acrescidas de 4% para o FUNARPEN (Lei 6281/2012) no valor de R\$11,64, acrescida de 2% para a PMCMV (Ato gratuito - Lei Estadual 6370/12) no valor de R\$5,08, que serão recolhidos ao Banco Bradesco S.A, na forma determinada pela Corregedoria Geral de Justiça, mais a distribuição no valor de R\$31,82, que serão recolhidos nos prazos e formas da Lei. Certifico que a qualificação do(a)s procurador(a)(es) e a descrição do objeto do presente mandato foram declarados pelo(a)s outorgante(s), o(a)s qual(is) se responsabiliza(m) civil e criminalmente por sua veracidade, e ainda o outorgado(a) deverá de acordo com o IN/INSS/SC nº 84 de 17.12.2002, artigo 395, s 8º, inciso X, comunicar ao INSS, sob pena de responsabilidade, pelo prazo de até trinta dias, da ocorrência do óbito do(a) outorgante, ou qualquer outro evento que possa anular a presente procuração, sob pena de incursão nas sanções criminais cabíveis. Eu, Luiz Fábio Neder, Escrevente, matrícula nº 94/011314 da Corregedoria Geral da Justiça, lavrei, e li o presente ato ao(s) Outorgante(s), que dispensa a presença das testemunhas e colho as assinaturas. (n.a.) RJ Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Mauro Cesar Medeiros de Mello e Enio Carvalho Rodrigues). Traslada, através de sistema de computação, conforme Art. 41, da Lei nº 8.935, de 18.11.1994. Eu, RICARDO CHAVES DE CARVALHO, a digitei e conferi. E eu, Tabelião Substituto, subscrevo e assino.

RIO DE JANEIRO

Em testemunho da verdade.



15º OFÍCIO DE NOTAS - T.J.RJ
 RICARDO CHAVES DE CARVALHO
 TABELÃO SUBSTITUTO
 MAT. 94.135
 CTPP - 83.662241

Rua do Ouvidor, 89 - Centro - CEP 20040-030 - Tel: 55 21 3233-2600 - Av. das Américas, 500 - BL 11 - Lj 106 - Downtown - Barra da Tijuca
 Tel: 55 21 3154-7161 - CEP: 22640-100 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil - E-mail: faleconosco@cartorio15.com.br - www.cartorio15.com.br
 @cartorio15

15º OFÍCIO DE NOTAS - FERNANDA DE FREITAS LEITÃO - TABELÃO
 Rua do Ouvidor, 89 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
 Tel: 55 21 3154-7161 - CEP: 22640-100 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
 E-mail: faleconosco@cartorio15.com.br - www.cartorio15.com.br
 Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel reprodução do original que me foi apresentado.
 Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2021.
 Felipe Jordão
 Escrevente
 Matr. 94/21578



AAA 014250148



10/10/2020

RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
NIRE 29.2.0128457-4 CNPJ/ME n.º 42.066.258/0001-30

Alteração e Consolidação do Contrato Social
de 20 de julho de 2020

Pelo presente instrumento particular, os abaixo assinados:

(i) **JOSÉ AIRTON DOS SANTOS**, brasileiro, casado em regime de comunhão total de bens, economista e contador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 00.676.282-49 (SSP/BA), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o n.º 030.363.085-04, residente e domiciliado na Avenida Princesa Isabel, n.º 756, apto. 602, Barra Avenida, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.140-000 ("Airton");

(ii) **MAURO CESAR MEDEIROS DE MELLO**, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens, economista, portador do CRE/RJ n.º 7037-8, inscrito no CPF sob o n.º 097.687.857-72, residente e domiciliado na Avenida Lúcio Costa, n.º 3.626, apto. 502, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.630-011 ("Mauro");

(iii) **ENIO CARVALHO RODRIGUES**, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 01.486.301-3 (Detran/RJ), inscrito no CPF sob o n.º 027.265.487-68, residente e domiciliado na Rua Marechal Ramon Castilla, n.º 237, apto. 607, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.290-175 ("Enio"); e

(iv) **SERGIO CAETANO LEITE**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 2.991.737 (SSP/BA), inscrito no CPF sob o n.º 512.921.655-53, residente na Rua Lauro Muller, n.º 86, apto. 807, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.290-160 ("Sérgio").

únicos sócios da **RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua da Bélgica, n.º 10, Edif. Dom João VI, sala 605, Bairro Comércio, CEP 40.010-030, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.066.258/0001-30, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) sob o NIRE 29.2.0128457-4 ("Sociedade"),

resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, promover a Alteração e Consolidação ao Contrato Social da Sociedade de 20 de julho de 2020, observado o



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020

Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



02/12/2020



disposto no §3º do artigo 1.072 da Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil), de acordo com os seguintes termos e condições:

1. DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

1.1. O sócio Sérgio, acima qualificado, neste ato retira-se da Sociedade, cedendo e transferindo a totalidade das 11.666 (onze mil, seiscentas e sessenta e seis) quotas de sua titularidade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscritas e integralizadas, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus, gravames, com todos os direitos e obrigações a elas inerentes, compreendendo o montante total de R\$ 11.666,00 (onze mil, seiscentos e sessenta e seis reais), aos sócios Enio e Mauro, acima qualificados, conforme indicado abaixo:

(i) **Sérgio**, acima qualificado, cede e transfere a **Enio** 5.833 (cinco mil, oitocentas e trinta e três) quotas de sua titularidade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada; e

(ii) **Sérgio**, acima qualificado, cede e transfere a **Mauro** 5.833 (cinco mil, oitocentas e trinta e três) quotas de sua titularidade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

1.2. Cedente e cessionários outorgam-se, reciprocamente, a mais ampla, rasa, plena, irrevogável e irretratável quitação com relação às cessões e transferências de quotas acima avençadas, para nada mais reclamarem uns dos outros, a qualquer tempo, título ou pretexto, relativamente às cessões de quotas realizadas nos termos do item 1.1 acima.

1.3. O sócio Airton, neste ato, declara expressamente sua concordância com relação às transferências de quotas realizadas nos termos do item 1.1 acima, renunciando a qualquer direito que lhe assista com relação às referidas cessões de quotas, em observação à Cláusula Sexta do Contrato Social da Sociedade.

1.4. Em decorrência das cessões de quotas aprovada nos itens 1.1 a 1.3 acima, os sócios decidem alterar a redação da Cláusula Quarta do Contrato Social da Sociedade, de forma a refletir tal alteração, a qual passa a vigorar, a partir desta data, com a seguinte nova redação:

"CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL

4.1. O capital social é de R\$ 3.786.600,00 (três milhões, setecentos e oitenta e seis mil e seiscentos reais), integralmente subscrito em moeda corrente nacional, dividido em 3.786.600 (três milhões, setecentas e oitenta e seis mil e seiscentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, assim distribuído entre os sócios:



2



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 96021671 em 02/12/2020
Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJ1 CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

02/12/2020



http://assinador.parc.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASA1YQ4K8a8G6uA7BspQKchave2=BT-06aCQpPe1I1ZnKncFng
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 68101715715-RENATO MANFROT



a) O sócio **Enio Carvalho Rodrigues** detém 1.840.229 (um milhão, oitocentas e quarenta mil, duzentas e vinte e nove) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota, perfazendo o total de R\$ 1.840.229,00 (um milhão, oitocentas e quarenta mil, duzentos e vinte e nove reais), totalmente integralizados;

b) O sócio **Mauro César Medeiros de Mello** detém 1.840.228 (um milhão, oitocentas e quarenta mil, duzentas e vinte e oito) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota, perfazendo o total de R\$ 1.840.228,00 (um milhão, oitocentas e quarenta mil, duzentos e vinte e oito reais), totalmente integralizados; e

c) O sócio **José Airton dos Santos** detém 106.143 (cento e seis mil, cento e quarenta e três) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota, perfazendo o total de R\$ 106.143,00 (cento e seis mil, cento e quarenta e três reais), totalmente integralizados."

2. DA CELEBRAÇÃO

2.1. As Partes e as testemunhas abaixo indicadas declaram que a presente Alteração e Consolidação do Contrato Social e seus Anexos poderão ser assinados por meio eletrônico, com o uso da plataforma "DocuSign" (<https://www.docusign.com.br/>), sendo consideradas válidas apenas as assinaturas eletrônicas realizadas por meio de certificado digital, validado conforme a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, nos termos da MP n.º 2.200-2/2001, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretroatável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito.

2.2. Este instrumento produz efeitos para todas as Partes a partir da data nele indicada, ainda que uma ou mais Partes realizem a assinatura eletrônica em data posterior.



3



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020

Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

02/12/2020





3. DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

3.1. Em decorrência da deliberação tomada acima, os sócios decidem aprovar a consolidação do Contrato Social da Sociedade para refletir a deliberação ora tomada, bem como os demais ajustes e alterações aplicáveis, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

(i) **JOSÉ AIRTON DOS SANTOS**, brasileiro, casado em regime de comunhão total de bens, economista e contador, portador da Cédula de Identidade RG n.º 00.676.282-49 (SSP/BA), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") sob o n.º 030.363.085-04, residente e domiciliado na Avenida Princesa Isabel, n.º 756, apto. 602, Barra Avenida, na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, CEP 40.140-000 ("Airton");

(ii) **MAURO CESAR MEDEIROS DE MELLO**, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens, economista, portador do CRE/RJ n.º 7037-8, inscrito no CPF sob o n.º 097.687.857-72, residente e domiciliado na Avenida Lúcio Costa, n.º 3.626, apto. 502, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.630-011 ("Mauro"); e

(iii) **ENIO CARVALHO RODRIGUES**, brasileiro, casado em regime de comunhão de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 01.486.301-3 (Detran/RJ), inscrito no CPF sob o n.º 027.265.487-68, residente e domiciliado na Rua Marechal Ramon Castilla, n.º 237, apto. 607, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.290-175 ("Enio");

Únicos sócios quotistas da **RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede à Rua da Bélgica, n.º 10, Edif. Dom João VI, sala 605, Bairro Comércio, Salvador/BA, CEP 40.010-030, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 42.066.258/0001-30 e registro na JUCEB sob o n.º 29.2.0128457-4 ("Sociedade").

CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO

A sociedade gira sob o nome empresarial **RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 42.066.258/0001-30, e NIRE n.º 29201284574.

CLÁUSULA SEGUNDA - SEDE SOCIAL



Junta Comercial do Estado da Bahia

02/12/2020

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020

Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





A sociedade tem a sua sede à Rua da Bélgica n.º 10, Edif. Dom João VI, sala 605, Bairro Comércio, Salvador/BA, CEP 40.010-030 e com filial na Rua do Ouvidor, n.º 97, 7º andar/parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.040-030, podendo por ato de sua administração ou por deliberação dos sócios abrir filiais em qualquer ponto do território nacional, mediante prévia autorização do Banco Central do Brasil, obedecidas as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETIVO SOCIAL

O objeto social é o seguinte:

- I - operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores;
- II - subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
- III - intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- IV - comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência;
- V - encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários;
- VI - incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- VII - exercer funções de agente fiduciário; VIII - instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;
- IX - constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;
- X - exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais;
- XI - emitir certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures; (Revogado parcialmente pela Resolução n.º 2.099, de 17/8/1994, tão somente no que se refere à emissão de cédulas pignoratícias de debêntures).
- XII - intermediar operações de câmbio;
- XIII - praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes; Resolução n.º 1.655, de 26 de outubro de 1989. 3 XIV - praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;
- XV - realizar operações compromissadas;
- XVI - praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil;
- XVII - operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários e Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência;



Junta Comercial do Estado da Bahia

02/12/2020

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020

Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.psc.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASA-VQ4-KES3GUA-FN3pQOchave2=BT-06acCPMpeIR2nMocf0g
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 68301715715-RENATO MANSUR

XVIII - prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica, em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais;

XIX - emprestar títulos e valores mobiliários integrantes das respectivas carteiras aos seus comitentes, exclusivamente para oferta de garantia, desde que atendidas as seguintes condições:

a) os ativos recebidos em empréstimo devem garantir operações do comitente no âmbito de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação autorizados pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários; e

b) as operações realizadas pelos comitentes, mencionadas na alínea "a", devem ser intermediadas pela sociedade corretora que efetuar o empréstimo; e

XX - exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 1º As operações de empréstimo de que trata o inciso XIX consistem na transferência de ativo ou conjunto de ativos da sociedade corretora:

I - para o comitente, conjuntamente à transferência desse mesmo ativo ou conjunto de ativos do comitente para a câmara ou para o prestador de serviços de compensação e de liquidação, retornando os ativos, ao final do período estipulado no contrato, às posições originalmente detidas; ou

II - para a câmara ou para o prestador de serviços de compensação e de liquidação, em nome do comitente, por meio de poderes estabelecidos em procuração formalizada por escrito, retornando os ativos, ao final do período estipulado no contrato, às posições originalmente detidas.

§ 2º Em caso de execução da garantia, o comitente responderá perante a sociedade corretora na forma do disposto no contrato celebrado entre as partes.

§ 3º As operações de empréstimo de que trata o inciso XIX devem ser computadas para efeito dos limites estabelecidos nas normas que disciplinam operações compromissadas.

§ 4º A sociedade corretora deve indicar diretor responsável pela realização das operações de empréstimo de que trata o inciso XIX.

Parágrafo primeiro - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Parágrafo segundo - É vedado à sociedade:



Junta Comercial do Estado da Bahia

02/12/2020

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020

Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





I - realizar operações que caracterizem, sob qualquer forma, a concessão de financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a seus clientes, inclusive através da cessão de direitos, ressalvadas as hipóteses de operação de conta margem e as demais previstas na regulamentação em vigor;

II - cobrar de seus comitentes corretagem ou qualquer outra comissão referente a negociações com determinado valor mobiliário durante seu período de distribuição primária;

III - adquirir bens não destinados ao uso próprio, salvo os recebidos em liquidação de dívidas de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverá vendê-los dentro do prazo de 1 (um) ano, a contar do recebimento, prorrogável até 2 (duas) vezes, a critério do Banco Central;

IV - obter empréstimos ou financiamentos junto a instituições financeiras, exceto aqueles vinculados a:

- aquisições de bens para uso próprio;
- operações e compromissos envolvendo títulos de renda fixa, conforme regulamentação em vigor;
- operações de conta margem de seus clientes, conforme regulamentação em vigor;
- garantias na subscrição ou aquisição de valores mobiliários objeto de distribuição pública; (Inciso IV revogado pela Resolução n.º 2.951, de 19/4/2002).

V - realizar operações envolvendo comitente final que não tenha identificação cadastral na Bolsa de Valores

CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 3.786.600,00 (três milhões, setecentos e oitenta e seis mil e seiscentos reais), integralmente subscrito em moeda corrente nacional, dividido em 3.786.600 (três milhões, setecentas e oitenta e seis mil e seiscentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, assim distribuído entre os sócios:

- O sócio Enio Carvalho Rodrigues detém 1.840.229 (um milhão, oitocentas e quarenta mil, duzentas e vinte e nove) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota, perfazendo o total de R\$ 1.840.229,00 (um milhão, oitocentas e quarenta mil, duzentos e vinte e nove reais), totalmente integralizados;
- O sócio Mauro César Medeiros de Mello detém 1.840.228 (um milhão, oitocentas e quarenta mil, duzentas e vinte e oito) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota,



7



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020

Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



02/12/2020



http://assinador.psc.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASATQ4KESsG5uA7R6gPQKchavez=AT=05aCQmpeIH2mncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 68301715715-RENATO KONSTUR

perfazendo o total de R\$ 1.840.228,00 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, duzentos e vinte e oito reais), totalmente integralizados; e

c) O sócio José Aírton dos Santos detém 106.143 (cento e seis mil, cento e quarenta e três) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota, perfazendo o total de R\$ 106.143,00 (cento e seis mil, cento e quarenta e três reais), totalmente integralizados.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade vigará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SEXTA - CESSÃO DE QUOTAS

As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições de preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida pelos Diretores MAURO CESAR MEDEIROS DE MELLO, ENIO CARVALHO RODRIGUES, já qualificados, e FERNANDO SANSÃO RAMOS, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n.º 265.837, expedida pela Ministério da Aeronáutica/RJ/, inscrito no CPF/ME sob o n.º 393.328.107-53, domiciliado na Rua Goitacazes, n.º 313, São Francisco, Niterói, RJ, CEP 24360-350, este, com mandato de 31/10/2019 até 30/10/2023, sendo admitida a reeleição. A remuneração e as atribuições dos Diretores serão fixadas em Reunião de Diretoria, bem como os poderes e atribuições de gerência. Autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios. O mandato dos Diretores eleitos será por prazo determinado, de 04 (quatro) anos, até 30.10.2023, admitida a reeleição, estendendo-se até a posse do seu substituto.

8.1. - A administração da sociedade será exercida da seguinte forma:



8

Junta Comercial do Estado da Bahia

02/12/2020

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020

Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJ1 CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





http://assinador.pacs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ASaYQ4KDa6GUAfWgPQKcchave2=BT-06aCQpMpeIH2aInncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 68301715715 - RENATO KANSUR

II - Prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos clientes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;

III - Informar os clientes em prazo, não superior a 10 dias;

IV - Encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos clientes no prazo estabelecido no inciso anterior;

V - Propor aos órgãos da administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas;

VI - Elaborar e encaminhar à auditoria interna e à administração da sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da ouvidoria, contendo as proposições de que trata o inciso anterior.

9.2. - O serviço prestado pela ouvidoria aos clientes e usuários dos serviços da sociedade serão gratuitos e identificados por meio de número de protocolo de atendimento.

9.3. - Os relatórios de que trata a cláusula 9.1. VI devem permanecer à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de cinco anos.

9.4. - Esta sociedade tem a preocupação de manter elevado nível de qualidade e transparência nos serviços prestados, por isso cria e manterá condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção e assegurará o acesso da ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

9.5. - O Ouvidor, quotista ou não, será designado e/ou destituído pela Diretoria.

9.6. - A pessoa responsável pela Ouvidoria é o Diretor de *Compliance*, Risco e Controles Internos, em conjunto com um Ouvidor, este devidamente certificado e aprovado pela ANCORD no curso de Ouvidoria e atividades Institucionais conforme artigo 16º da Resolução n.º 4.433/2015.

9.7. - Critério de designação e destituição do Ouvidor.

I - O critérios para designação serão baseados em conduta ilibada, conhecimento dos produtos e serviços comercializados/distribuídos pela sociedade, aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor, à mediação de conflitos e a devida certificação.



10

Junta Comercial do Estado da Bahia

02/12/2020

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020

Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





II - A Destituição do Ouvidor poderá ocorrer por decisão da Diretoria da Sociedade, por ato incompatível ao descrito no item 9.6, desempenho insatisfatório ou perda de vínculo funcional do Ouvidor com a Sociedade ou de alteração de função dentro da sociedade.

9.8. - Mandato do Ouvidor.

I - O prazo do mandato do Ouvidor será de 3 (anos), sendo permitida a recondução. O mesmo elaborará relatório semestral na forma definida relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições na forma do Banco Central do Brasil com datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro.

CLÁUSULA DÉCIMA - COMITÊ DE AUDITORIA

Fica incluído na administração da sociedade o componente organizacional denominado Comitê de Auditoria, sendo composto, no mínimo, por 03 (três) integrantes, sem mandato fixo.

10.1. - A Instituição designará perante o Banco Central do Brasil os nomes dos integrantes do Comitê de Auditoria, através de deliberação em Reunião de Quotista.

10.2. - A designação, bem como a destituição dos integrantes do Comitê de Auditoria, observará os seguintes fatores:

I) Pelo menos um dos integrantes do comitê de auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que o qualifiquem para a função.

II) O integrante do comitê de auditoria somente pode voltar a integrar tal órgão na mesma instituição após decorridos, no mínimo, três anos do final do seu mandato anterior.

III) É indelegável a função de integrante do comitê de auditoria.

10.3. - São condições básicas para o exercício de integrante do comitê de auditoria:

I) não ser, ou ter sido nos últimos doze meses:

- diretor da instituição ou de suas ligadas;
 - funcionário da instituição ou de suas ligadas;
 - responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na instituição;
- II) não ser cônjuge, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas referidas no inciso anterior;



11



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020
Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

02/12/2020





http://assinador.pca.com.br/assinadordetb/autenticacao?chave1=ASaYQ4K3as06uA7W8g7CQkchavez=8T-05aCQmpeIH2mncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 68301715715-RENATO MANSON

III) não receber qualquer outro tipo de remuneração da instituição ou de suas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do comitê de auditoria;

10.4. - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria:

I - estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo conselho de administração ou, na sua inexistência, pela diretoria da instituição, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas ou cotistas;

II - recomendar, à administração da instituição, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;

III - revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;

IV - avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos;

V - avaliar o cumprimento, pela administração da instituição, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;

VI - estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

VII - recomendar, à diretoria da instituição, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

VIII - reunir-se, no mínimo trimestralmente, com os quotistas da instituição, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;

IX - verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da instituição;



12

Junta Comercial do Estado da Bahia

02/12/2020

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020

Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





X - reunir-se com o conselho fiscal e conselho de administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;

XI- outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

10.5. - O Comitê de Auditoria pode, no âmbito de suas atribuições, utilizar-se do trabalho de especialistas. Parágrafo único. A utilização do trabalho de especialistas não exime o comitê de auditoria de suas responsabilidades.

10.6. - O Comitê de Auditoria deve elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do comitê de auditoria contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período;

II - avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno da instituição, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolução 2.554, de 24 de setembro de 1998, e com evidenciação das deficiências detectadas;

III - descrição das recomendações apresentadas à diretoria, com evidenciação daquelas não acatadas e respectivas justificativas;

IV - avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas;

V - avaliação da qualidade das demonstrações contábeis relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil, com evidenciação das deficiências detectadas.

a) O comitê de auditoria deve manter à disposição do Banco Central do Brasil e do conselho de administração da instituição o relatório do comitê de auditoria, pelo prazo mínimo de cinco anos, contados de sua elaboração.

b) O comitê de auditoria deve publicar, em conjunto com as demonstrações contábeis semestrais, resumo do relatório do comitê de auditoria, evidenciando as principais informações contidas naquele documento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REGÊNCIA SUPLETIVA



13



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020

Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

02/12/2020





http://assinador.pccs.com.br/assinadordweb/autenticacao?chave1=ASaYQ4KES6c6uAFW9gQ0kchavez2=87-06aCQmpeIH2nncfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 66301715715 - RENATO MANIUS

Os casos omissos neste instrumento serão regulados pelos artigos concernentes às sociedades limitadas do Código Civil Brasileiro em vigor e, supletivamente, pelas normas da sociedade anônima.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - BALANÇO E RESULTADOS

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, os Diretores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico. Os lucros eventualmente levantados poderão ser distribuídos de maneira distinta da participação pessoal detida pelos sócios no capital social. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, deliberarão sobre os resultados da apuração efetivada no término do exercício anterior. A sociedade poderá distribuir antecipadamente os lucros apurados em balancete intermediários, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RETIRADA DE PRÓ-LABORE

Os sócios poderão estipular uma retirada, a título de pró-labore, dentro dos limites legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RETIRADA DE SÓCIO

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do (s) sócio (s) remanescente (s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DESIMPEDIMENTO

Os Diretores declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.



Junta Comercial do Estado da Bahia

02/12/2020

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020

Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJ1 CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO JURÍDICO

Fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Bahia para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato”.

E, por estarem acordes quanto aos termos do presente instrumento, o assinam em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas abaixo.

Salvador (BA), 20 de julho de 2020.

Sócios remanescentes:

ENIO CARVALHO RODRIGUES

MAURO CESAR MEDEIROS DE
MELLO

JOSÉ AIRTON DOS SANTOS

Sócio retirante:

SERGIO CAETANO LEITE

Testemunhas:

1. _____

Nome:
RG/Órgão emissor
CPF/ME:

2. _____

Nome:
RG/Órgão emissor
CPF/ME:



15



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020

Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 28201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

02/12/2020





202876535

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

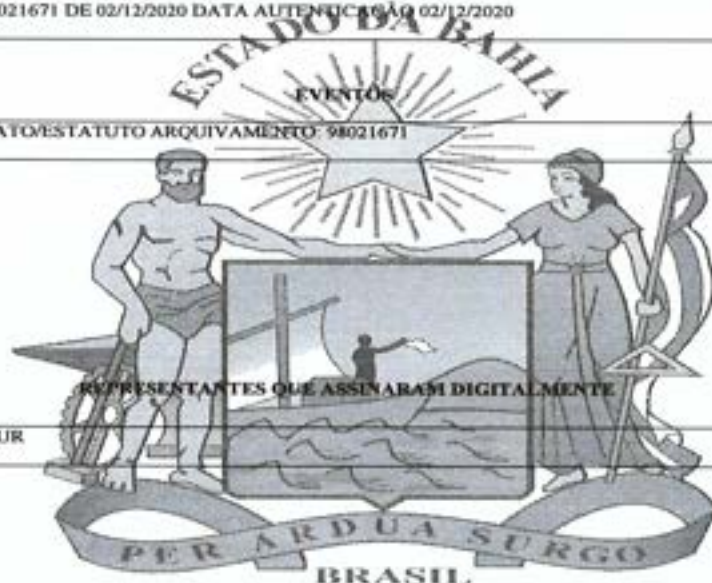
NOME DA EMPRESA	RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
PROTOCOLO	202876535 - 02/12/2020
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 29201284574
CNPJ 42.066.258/0001-30
CERTIFICO O REGISTRO EM 02/12/2020
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98021671 DE 02/12/2020 DATA AUTENTICAÇÃO 02/12/2020

051 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 98021671

Cpf. 68301715715 - RENATO MANSUR



Tiana Regila M G de Araújo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral



Junta Comercial do Estado da Bahia

02/12/2020

Certifico o Registro sob o nº 98021671 em 02/12/2020

Protocolo 202876535 de 02/12/2020

Nome da empresa RJI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA NIRE 29201284574

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 268973137900143

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/12/2020

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	42.066.258/0001-30
NOME EMPRESARIAL:	RJI CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$3.786.600,00 (Tres milhões, setecentos e oitenta e seis mil e seiscentos reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOSE AIRTON DOS SANTOS
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	MAURO CESAR MEDEIROS DE MELLO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	ENIO CARVALHO RODRIGUES
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	FERNANDO SANSÃO RAMOS
Qualificação:	05-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 10/12/2020 às 18:16 (data e hora de Brasília).



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

Termo de compromisso de constituição de SPE



Concorrência nº 046/2021

OBJETO: Delegação, por meio de CONCESSÃO administrativa, da prestação dos SERVIÇOS, incluindo a IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE SANTA LUZIA/MG, sem prejuízo, na forma do CONTRATO, da realização de outros investimentos e SERVIÇOS obrigatórios, ou do desempenho, pela CONCESSIONÁRIA, de atividades inerentes, acessórias ou complementares, na forma das diretrizes e especificações mínimas constantes do CONTRATO e dos ANEXOS.

TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes:

SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Tito Fulgêncio, nº 1.176, 1º andar, salas: 104/106, Bairro Cidade Industrial, CEP 32.215-000, Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.898.180/0001-00, neste ato representada por seu procurador Sr. **Cleyson Alexandre Alves**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador da cédula de identidade nº MG-4.392.381 SSP/MG e inscrito no CPF/MF nº 801.362.066-20, doravante denominada "**SIGMA**"; e

SITRAN - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nair Camillo dos Reis nº 850, CDI Jatobá, CEP: 30664-002, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.502.551/0001-93, neste ato representada por seu procurador Sr. **Afonso Vieira Leonel**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº M-8.001.198 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 038.893.916-80, doravante denominada "**SITRAN**";

SELT ENGENHARIA LTDA., empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.187.475/0001-67, com sede na Avenida Raja Gabaglia, 2640, 3º andar, Bairro Estoril, CEP 30494-170, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada por seu diretor o Sr. **Rogério Mohallem**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 37.908/D, expedida pelo CREA-MG, inscrito no CPF/MF nº 398.694.666-72, doravante denominada **SELT**;

MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA., empresa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.383.848/0001-87, com sede na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 10º Andar, Conjunto 101, Bairro Vila Nova Conceição, CEP 04543-121, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Diretor o Sr. **André Mazzei de Campos**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de identidade RG nº 23.854.733-4– SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 256.005.538-46, doravante denominada **MOBIT**.

Considerando que as Partes, doravante conjuntamente denominadas "**COMPROMITENTES**", têm intenção de participar da licitação por meio de consórcio (doravante "Consórcio") e, caso venham a ser vencedoras do certame, constituirão uma **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO** (doravante "**SPE**"), nos termos do Edital, para a execução da Concessão através da assinatura de contrato com o Poder Concedente (doravante "Contrato").

Tem entre si, justo e acertado, firmar o presente Instrumento Particular de Compromisso Sociedade de Propósito Específico, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETIVO E DESIGNAÇÃO DO CONSÓRCIO

1.1. O objeto deste Instrumento é a atuação conjunta das **COMPROMITENTES**, sob a modalidade de consórcio, para participação na licitação para a delegação por meio de **Delegação, por meio de CONCESSÃO administrativa, da prestação dos SERVIÇOS, incluindo a IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO,**

Concorrência nº 046/2021

OBJETO: Delegação, por meio de CONCESSÃO administrativa, da prestação dos SERVIÇOS, incluindo a IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE SANTA LUZIA/MG, sem prejuízo, na forma do CONTRATO, da realização de outros investimentos e SERVIÇOS obrigatórios, ou do desempenho, pela CONCESSIONÁRIA, de atividades inerentes, acessórias ou complementares, na forma das diretrizes e especificações mínimas constantes do CONTRATO e dos ANEXOS.

EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE SANTA LUZIA/MG, na forma das diretrizes e especificações mínimas constantes do Edital de Concorrência Pública nº 046/2021 e na minuta do CONTRATO e dos ANEXOS.

1.2. O Consórcio constituído pelas **COMPROMITENTES**, passa a ser designado **CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA**.

1.3. As Compromitentes, desde já se comprometem e declaram que a constituição do Consórcio não altera a personalidade jurídica das empresas **COMPROMITENTES** e que, nos termos do Edital, na mesma proporção de participação no Consórcio, constituirão a **SPE** de forma a atender o contido no presente termo de compromisso de constituição de consórcio e a todos os requisitos previstos no Edital.

CLAÚSULA SEGUNDA – RESPONSABILIDADE

2.1. As **CONSORCIADAS** declaram expressamente, que atenderão ao disposto no art. 33 da Lei nº 8.666/93, bem como as condições estabelecidas no Edital de licitação e, caso este consórcio venha a ser vencedor na presente licitação, se comprometem a apresentar, antes da celebração do eventual contrato, a constituição da **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO**, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas e, registrado no órgão competente (Lei 8.934/94, art. 32, II e b).

2.2. O **CONSÓRCIO** não terá a sua composição ou constituição alterada, não sendo admitida a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão de consorciadas até a assinatura do contrato.

2.3. Havendo cisão, cessão, transferência, incorporação ou fusão de empresas **CONSORCIADAS**, a aceitação de qualquer uma destas operações estará condicionada à anuência do **MUNICÍPIO**, ficando vedada a sub-rogação contratual.

2.4. As **CONSORCIADAS** declaram aceitar integral responsabilidade solidária por todos os atos praticados na fase de licitação e na execução do contrato, em razão dos serviços objeto do Contrato, seus termos aditivos autorizados ou firmados a serem assinados com o **MUNICÍPIO**, até seu recebimento definitivo. Fica entendido que esta responsabilidade solidária está limitada ao **MUNICÍPIO** e a Concorrência Pública nº 46/2021.

CLAUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DAS CONSORCIADAS

3.1. Independentemente do disposto na Cláusula Segunda, as **CONSORCIADAS** serão individualmente e solidariamente responsáveis pela execução das tarefas que lhes forem atribuídas.

3.2. As despesas pertinentes à administração e atividades conjuntas específicas do **CONSÓRCIO** serão rateadas entre as **CONSORCIADAS** na mesma proporção de suas participações na execução dos serviços e serão contabilizadas de acordo com o que entre estas for estabelecido.

3.3. As **CONSORCIADAS** estão impedidas de participação em outro consórcio ou isoladamente no presente processo licitatório, ainda que por meio de uma afiliada.

3.4. As **CONSORCIADAS** se comprometem a assinar Manual de Normas e Procedimentos Operacionais e Administrativo – NPOA do **CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA** a ser proposto pelos representantes das **CONSORCIADAS**.



Concorrência nº 046/2021

OBJETO: Delegação, por meio de CONCESSÃO administrativa, da prestação dos SERVIÇOS, incluindo a IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE SANTA LUZIA/MG, sem prejuízo, na forma do CONTRATO, da realização de outros investimentos e SERVIÇOS obrigatórios, ou do desempenho, pela CONCESSIONÁRIA, de atividades inerentes, acessórias ou complementares, na forma das diretrizes e especificações mínimas constantes do CONTRATO e dos ANEXOS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PARTICIPAÇÕES DAS PARTES

4.1. A participação das **CONSORCIADAS**, para todos os fins e efeitos, está definida da seguinte forma:

- **SIGMA**..... 25,00% (vinte e cinco por cento)
- **SITRAN**..... 25,00% (vinte e cinco por cento)
- **SELT**..... 25,00% (vinte e cinco por cento)
- **MOBIT**..... 25,00% (vinte e cinco por cento)

4.2. As **CONSORCIADAS** desde já definem que serão mantidas as mesmas proporções definidas nesta Cláusula na formação do Consórcio para participação na futura constituição da **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO**.

CLÁUSULA QUINTA – LIDERANÇA E PARTICIPAÇÃO DO CONSÓRCIO

5.1. A liderança do **CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA**, objeto deste instrumento, ficará a cargo da consorciada **SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, responsável principal perante o **MUNICÍPIO**, tendo poderes expressos para receber citações, dar quitação e responder administrativa e judicialmente por e em nome de qualquer um e de todos os membros do **CONSÓRCIO**, inclusive perante terceiros, bem como representá-lo nos assuntos referentes ao procedimento licitatório até a assinatura do contrato a ser firmado, podendo inclusive interpor e desistir de recursos, receber notificação, intimação e citação, praticando todos os atos necessários, visando à perfeita execução do objeto durante todo transcurso do procedimento licitatório, podendo ainda tratar diretamente com o **MUNICÍPIO** todos os entendimentos necessários em face do objeto citado na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA SEXTA – REPRESENTAÇÃO

6.1. Na condição de **EMPRESA LÍDER**, a **SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, designa como seus representantes o Sr. **Cleyson Alexandre Alves**, brasileiro, casado, analista de sistemas, portador do R.G. nº MG-4.392.381 - SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob nº 801.362.066-20; Sr. **Rodrigo Cavalcante Duarte**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador do R.G. nº 21.212.706- SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 221.264.898-76; Sr. **Ronaldo da Silva Lima**, brasileiro, solteiro, representante comercial, portador do R.G. nº 20.014.588-5 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 093.173.718-41 e; Sr. **Ailton Luis de Faria**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº M-7.188.728 SSP/MG e CPF nº 992.359.866-72; conferindo poderes com fim único, especial e especial de representar o **CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA** em todas as etapas do processo licitatório, tratando de todo e qualquer assunto que diga respeito aos direitos e interesse do **CONSÓRCIO**, podendo ditos representantes assinar, em conjunto e/ou isoladamente quaisquer documentos, inclusive proposta de preço, cumprindo exigências, firmando compromissos, concordando, impugnando, exigindo, protestando, prestando declarações, informações, apresentando provas, interpondo defesas e recursos enfim, praticar todos os atos necessários ao cumprimento do presente mandato.



Concorrência nº 046/2021

OBJETO: Delegação, por meio de CONCESSÃO administrativa, da prestação dos SERVIÇOS, incluindo a IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE SANTA LUZIA/MG, sem prejuízo, na forma do CONTRATO, da realização de outros investimentos e SERVIÇOS obrigatórios, ou do desempenho, pela CONCESSIONÁRIA, de atividades inerentes, acessórias ou complementares, na forma das diretrizes e especificações mínimas constantes do CONTRATO e dos ANEXOS.

CLÁUSULA SÉTIMA – ENDEREÇO DO CONSÓRCIO

7.1. A sede do **CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA** será na Rua Tito Fulgêncio nº 1.176, 1º andar, sl 104/ 106, bairro Jardim Industrial, Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, CEP: 32215-000.

7.2. Caso o **CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA** seja vencedor do objeto constante da Cláusula Primeira, promoverá a constituição de uma **SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE** cujo endereço será no município de Santa Luzia/MG.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONSÓRCIO

8.1. O prazo de duração do Consórcio aqui constituído obedecerá às disposições do edital quanto a matéria, com a responsabilidade solidária das **CONSORCIADAS** extinguindo-se de pleno direito nos casos de:

- a) O **CONSÓRCIO** ter sido o proponente vencedor, após a integralização total do capital social da **SPE**, ou,
- b) O **CONSÓRCIO** não ter sido o proponente vencedor, em até 20 (vinte) dias contados da data de publicação do contrato que resultou definitivo a licitação no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA NONA – DA CONFIDENCIALIDADE

9.1. Este instrumento, bem como os documentos, dados e informações que deles resultem em conexão com a execução do seu objeto terão caráter estritamente confidencial.

9.2. O presente instrumento não outorga a qualquer das **CONSORCIADAS** o direito sobre qualquer propriedade intelectual das outras Consorciadas, devendo seu uso ocorrer de maneira que esta seja reconhecida sempre como única proprietária ou titular, estabelecendo que, no caso da execução do contrato resultar em invenção, descoberta, aperfeiçoamento ou inovação, os respectivos direitos de propriedade pertencerão à **CONSORCIADA** que couber, devidamente apurados e comprovados.

9.3. As **CONSORCIADAS**, neste ato, se obrigam e se comprometem a manter estritamente confidencial toda e qualquer informação e/ou documentos fornecidos e/ou obtidos mutuamente em virtude do contrato ora firmado, bem como a não reproduzir ou de qualquer modo copiar os mesmos, sem autorização por escrito das outras Consorciadas, não podendo ainda revelá-los a terceiros, salvo com autorização expressa, ficando excetuados de tal obrigação os casos em que a divulgação de tais informações e/ou documentos se fizer necessária à própria consecução dos objetivos do Consórcio ora constituído.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA POLÍTICA ANTISUBORNO

10.1. Por meio do presente instrumento, e para todos os fins de direito, as **CONSORCIADAS** declaram expressamente que conhecem, compreendem e cumprem a legislação brasileira anticorrupção, notadamente a Lei nº 12.846/2013 e o Decreto nº 8.420/2015; ainda, que se comprometem a observar e cumprir rigorosamente todas as leis anticorrupção cabíveis, incluindo a legislação antes citada e a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'dr' and several other marks.]

Concorrência nº 046/2021

OBJETO: Delegação, por meio de CONCESSÃO administrativa, da prestação dos SERVIÇOS, incluindo a IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE SANTA LUZIA/MG, sem prejuízo, na forma do CONTRATO, da realização de outros investimentos e SERVIÇOS obrigatórios, ou do desempenho, pela CONCESSIONÁRIA, de atividades inerentes, acessórias ou complementares, na forma das diretrizes e especificações mínimas constantes do CONTRATO e dos ANEXOS.

10.2. As **CONSORCIADAS** declaram expressamente que não estão envolvidas em nenhuma atividade ou prática que caracterize infração às leis anticorrupção, direta ou indiretamente, seja por meio de sócios quotistas, acionistas, administradores, diretores, conselheiros, consultores, representantes legais e funcionários, e tampouco se envolverá enquanto o contrato ora aditado estiver produzindo efeitos;

10.3. As **CONSORCIADAS** se comprometem a prontamente informar, por meio de notificação escrita enviada por correspondência eletrônica (e-mail) e carta registrada enviada à sede das outras Consorciadas, a respeito de toda e qualquer suspeita ou de efetiva violação à legislação brasileira anticorrupção, por seus sócios quotistas, acionistas, administradores, diretores, conselheiros, consultores, representantes legais e/ou funcionários, apresentando de forma detalhada os fatos verificados e os documentos relacionados.

10.4. Todas as declarações feitas e todas as obrigações assumidas no presente instrumento pelas **CONSORCIADAS** atingem e obrigam também, para todos os fins de direito, eventuais sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, bem como seus respectivos sócios quotistas, acionistas, administradores, diretores, conselheiros, consultores, representantes legais e funcionários.

10.5. O não cumprimento por qualquer das **CONSORCIADAS** das leis anticorrupção e/ou do disposto no presente instrumento será considerado infração grave, conferindo às outras **CONSORCIADAS** o direito de, agindo de boa fé, declarar o infrator excluído imediatamente do **CONSÓRCIO**, sendo ainda o infrator responsável por eventuais perdas e danos à **CONSORCIADAS** prejudicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACEITAÇÃO DO CONSÓRCIO

11.1. As empresas a se consorciarem se declaram de acordo com os termos aqui enunciados e firmam o presente instrumento em **5 (cinco) vias**, que passa a ter validade a partir desta data, em conformidade com o disposto na Cláusula Oitava.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

12.1. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente instrumento fica eleito o Foro da cidade de Contagem(MG), com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Contagem/MG, 17 de **Junho** de 2021.

SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Cleyson Alexandre Alves

RG nº MG-4.392.381 - SSP/MG

CPF/MF nº 801.362.066-20



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - COMPLEXORA GERAL DE JUSTIÇA

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE
CONGONHAS - MG

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de CLEYSON
ALEXANDRE ALVES em testemunho da verdade.

Lobo Leite-Congonhas/MG, 23/06/2023

SELO CONSULTA: EPR03473

CÓDIGO SEGURANÇA: 7809121823936749

Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: Edmundo Fernandes dos Reis - Escrevente
Autorizado

Emol.: R\$ 6,82 - TFC: R\$ 1,81 - Valor final: R\$ 7,74 - ISS: R\$ 0,11

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.us.br>



Nº DA
ETIQUETA
A98881765



Concorrência nº 046/2021

OBJETO: Delegação, por meio de CONCESSÃO administrativa, da prestação dos SERVIÇOS, incluindo a IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE SANTA LUZIA/MG, sem prejuízo, na forma do CONTRATO, da realização de outros investimentos e SERVIÇOS obrigatórios, ou do desempenho, pela CONCESSIONÁRIA, de atividades inerentes, acessórias ou complementares, na forma das diretrizes e especificações mínimas constantes do CONTRATO e dos ANEXOS.

SITRAN - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA.

Afonso Vieira Leonel
RG nº M-8.001.198 - SSP/MG
CPF/MF nº 038.603.916-80

CARTÓRIO LOBO LEITE
CONGONHAS-MG

CARTÓRIO LOBO LEITE
CONGONHAS-MG

SELT ENGENHARIA LTDA.

Rogério Mohallem
RG nº 37.908/D - CREA/MG
CPF/MF nº 398.694.666-72

CARTÓRIO LOBO LEITE
CONGONHAS-MG

MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

André Mazzei de Campos
RG nº 23.854.733-4 - SSP/SP
CPF/MF nº 256.005.538-46

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CONCESSÃO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE CONGONHAS - MG

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de AFONSO VIEIRA LEONEL em testemunho da verdade.

Lobo Leite-Congonhas/MG, 23/06/2021.

SELO CONSULTA: EPR03484

CÓDIGO SEGURANÇA: 2030034164966629

Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: Edmundo Fernandes dos Reis - Escrevente Autorizado

Emol.: R\$ 5,82 - T.F.J.: R\$ 1,81 - Valor final: R\$ 7,74 - ISS: R\$ 0,11

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: A88881755

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CONCESSÃO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE CONGONHAS - MG

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de ANDRÉ MAZZEI DE CAMPOS em testemunho da verdade.

Lobo Leite-Congonhas/MG, 24/06/2021.

SELO CONSULTA: EPR03694

CÓDIGO SEGURANÇA: 6860921821751243

Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: Omar Nascimento dos Reis - Oficial de Registro Civil

Emol.: R\$ 5,82 - T.F.J.: R\$ 1,81 - Valor final: R\$ 7,74 - ISS: R\$ 0,11

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: AAU481832

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CONCESSÃO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE CONGONHAS - MG

Reconheço, por semelhança, a assinatura de ROGÉRIO MOHALLEM em testemunho da verdade.

Esmeraldas, 24/06/2021.

SELO CONSULTA: E0848361

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0124.2546.8549.5621

Quantidade de atos praticados: 1 (1:1501)

Ato(s) praticado(s) por: Salmo Wastel de Resende - Escrevente

Emol.: 5,82 T.F.J.: 1,81 Valor final: 7,63 ISSON: 0,16

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: ADF923154

TESTEMUNHAS:

Assinatura:

Nome: **Vonildo Cordeiro Cunha**
RG nº: **M. G. 399.703**
CPF nº: **930.576.636-20**

Assinatura:

Nome: **Valdo de Oliveira Silva**
RG nº: **M. G. 059361**
CPF nº: **00044952696**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

Procurações de representação dos representantes credenciados





SIGMA

SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, a empresa líder do **CONSORCIO CONCIP SANTA LUZIA, SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0001-00, sediada à Avenida Tito Fulgêncio, nº 1.176, 1º Andar, Salas: 104/106, CEP: 32.215-000, no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, doravante denominada "**Outorgante**", por seu representante legal o Sr. **Cleyson Alexandre Alves**, diretor comercial, portador do documento de identidade nº MG-4.392.381 SSP/MG e do CPF nº 801.362.066-20, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs.: **Cleyson Alexandre Alves**, portador do documento de identidade nº MG-4.392.381 SSP/MG e do CPF nº 801.362.066-20 e/ou **Afonso Vieira Leonel**, portador do documento de identidade nº M-8.001.198 SSP/MG e do CPF nº 038.893.916-80 e/ou **André Mazzei de Campos**, portador do documento de identidade nº 23.854.733-4 SSP/SP e do CPF nº 256.005.538-46 e/ou **Matheus Henrique Correa Ferreira**, portador do documento de identidade nº OAB-MG 157223 e do CPF nº 100.330.406-05 e/ou **Ailton Luis de Faria**, portador do documento de identidade nº M-7.188.728 SSP/MG e do CPF nº 992.359.866-72 e/ou **Ronaldo da Silva Lima**, portador do documento de identidade nº 20014588 SSP/SP e do CPF nº 093.173.718-41 e/ou **Luiz Antônio Penna Franca**, portador do documento de identidade nº 08.403.579-9 SSP/RJ e do CPF nº 013.842.847-61, para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

- (I) representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo a Secretaria Municipal de Administração e o Município de Santa Luzia/MG, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no **Edital de Concorrência Pública nº 46/2021**, que objetiva a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, efficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública do Município de Santa Luzia - MG, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos; e, em especial:
- Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;
 - Representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e
 - A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de 1 (um) ano contado da data de apresentação das PROPOSTAS.

Contagem/MG, 22 de **JUNHO** de 2021

CLEYSON ALEXANDRE ALVES
Diretor Comercial / Procurador
RG: MG-4.392.381 SSP/MG
CPF: 801.362.066-20

SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 25.898.180/0001-00

Endereço: Av. Tito Fulgêncio, 1.176, 1º Andar, Salas: 104/106, Jardim Industrial, CEP: 32215-000, Contagem/MG

SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Av. Tito Fulgêncio, 1.176 - 1º Andar - Salas 104/106 - Bairro Jardim Industrial - CEP: 32.215-000 - Fone/Fax: (31) 3336-3403

CONTAGEM - MINAS GERAIS

PROCURAÇÃO - TÍTULOS - CONCORRÊNCIA GERAL DE JUSTIÇA

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE CONGONHAS - MG

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de CLEYSON ALEXANDRE ALVES em testemunho de verdade.

Lobo Leite-Congonhas/MG, 23/06/2021.

SELO CONSULTA: 84003495

CÓDIGO SEGURANÇA: 6400051882363924

Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: Edmundo Fernandes dos Reis - Escrevente Autorizado

Emitido: R\$ 5,82 - TFCJ: R\$ 1,81 - Valor final: R\$ 7,74 - ISE: R\$ 0,11

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.trfmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: A0881767



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, **SITRAN SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.502.551/0001-93, sediada à Rua Nair Camillo dos Reis, nº 850, CDI Jatobá, CEP: 30.664-002, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, doravante denominada "**Outorgante**", por seu representante legal o Sr. **Afonso Vieira Leonel**, diretor comercial, portador do documento de identidade nº M-8.001.198 SSP/MG e do CPF nº 038.893.916-80, nomeia e constitui a líder do **CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA** a Empresa **SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0001-00, sediada à Avenida Tito Fulgêncio, nº 1.176, 1º Andar, Salas: 104/106, CEP: 32.215-000, no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, para, em conjunto ou isoladamente, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

- (I) representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo a Secretaria Municipal de Administração e o Município de Santa Luzia/MG, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no **Edital de Concorrência Pública nº 46/2021**, que objetiva a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública do Município de Santa Luzia - MG, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos; e, em especial:
- Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;
 - Representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e
 - A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de 1 (um) ano contado da data de apresentação das PROPOSTAS.

Belo Horizonte/MG, 17 de **JUNHO** de 2021


AFONSO VIEIRA LEONEL
Diretor Comercial / Procurador
RG: M-8.001.198 SSP/MG
CPF: 038.893.916-80

SITRAN SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA
CNPJ: 16.502.551/0001-93
Endereço: R. Nair Camillo dos Reis, 850, CDI Jatobá, CEP: 30664-002, Belo Horizonte/MG



PODER JUDICIAL - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE
CONGONHAS - MG

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de AFONSO VIEIRA
LEONEL em testemunho da verdade.

Lobo Leite-Congonhas/MG, 23 de JUNHO de 2021.

SELO CONSULTA: EPR03486
CÓDIGO SEGURANÇA: 1217048926970126
Quantidade de atos praticados: 1
Ata(s) praticado(s) por: Edmundo Fernandes dos Reis - Escrevente
Autorizado

Emol.: R\$ 6,82 - TFC: R\$ 1,81 - Valor final: R\$ 7,74 - ISS: R\$ 0,11
Consulte a validade do seu selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA
ETIQUETA
488881758



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, **SELT ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0001-67, sediada à Avenida Raja Gabaglia, nº 2.640, 3º Andar, Bairro Estoril, CEP: 30.494-170, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, doravante denominada "**Outorgante**", por seu representante legal o Sr. **Rogério Mohallem**, diretor, portador do documento de identidade nº 37.908/D CREA-MG e do CPF nº 398.694.666-72, nomeia e constitui a líder do **CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA** a Empresa **SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0001-00, sediada à Avenida Tito Fulgêncio, nº 1.176, 1º Andar, Salas: 104/106, CEP: 32.215-000, no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, para, em conjunto ou isoladamente, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

- (I) representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo a Secretaria Municipal de Administração e o Município de Santa Luzia/MG, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no **Edital de Concorrência Pública nº 46/2021**, que objetiva a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, eficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública do Município de Santa Luzia - MG, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos; e, em especial:
- Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;
 - Representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e
 - A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de 1 (um) ano contado da data de apresentação das PROPOSTAS.

Belo Horizonte/MG, 17 de **JUNHO** de 2021


ROGÉRIO MOHALLEM
 Diretor
 CREA-MG: 37.908/D
 CPF: 398.694.666-72

SELT ENGENHARIA LTDA
 CNPJ: 19.187.475/0001-67
 Endereço: Av. Raja Gabaglia, 2.640, 3º Andar, Estoril, CEP: 30494-170, Belo Horizonte/MG

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CONSELHARIA GERAL DE JUSTIÇA

2º Ofício de Notas de Belo Horizonte

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de **ROGÉRIO MOHALLEM** em testemunho da verdade. Belo Horizonte, 23/06/2021

Selo de Consulta : ET243133
 Cód. Seg : 7962.6204.9932.1472

Quantidade de Atos Praticados : 000011

Ata(s) praticado(s) por **NILZA DAS GRACAS MARTINS** - Escrevente Autorizada

E-mai: RJ5-82 - T.F.J: RJ5-191 - Valor Final: RJ5-7-63 - ISS: RJ5-0,27

Consulta a validade deste Selo no site tjmg.jus.br/portal

Nº DA ETIQUETA: ABR174987


 1º - CARTÓRIO JAGUARI - CNJ
 Nilza das Graças Martins
 Esc. Autorizada





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento de mandato, **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87, sediada à Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, Conj.: 101, Bairro Vila Nova Conceição, CEP: 04.543-121, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, doravante denominada "**Outorgante**", por seu representante legal o Sr. **André Mazzei de Campos**, diretor, portador do documento de identidade nº RG 23.854.733-4 SSP/SP e do CPF nº 256.005.538-46, nomeia e constitui a líder do **CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA** a Empresa **SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0001-00, sediada à Avenida Tito Fulgêncio, nº 1.176, 1º Andar, Salas: 104/106, CEP: 32.215-000, no Município de Contagem, Estado de Minas Gerais, para, em conjunto ou isoladamente, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

- (I) representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo a Secretaria Municipal de Administração e o Município de Santa Luzia/MG, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no **Edital de Concorrência Pública nº 46/2021**, que objetiva a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços, incluindo a implantação, instalação, recuperação, modernização, efficientização, expansão, operação, manutenção e melhoramento da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública do Município de Santa Luzia - MG, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos; e, em especial:
- Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;
 - Representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e
 - A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de 1 (um) ano contado da data de apresentação das PROPOSTAS.

São Paulo/SP, 17 de **JUNHO** de 2021

ANDRÉ MAZZEI DE CAMPOS

Diretor

RG: 23.854.733-4 SSP/SP

CPF: 256.005.538-46

MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 16.383.848/0001-87

Endereço: R. Doutor Eduardo de Souza Aranha, 387, Conj.: 101, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-121, São Paulo/SP

CARTÓRIO LOBO LEITE
CONGONHAS-MG



OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE
CONGONHAS - MG

Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de ANDRÉ MARCELO DE
CAMPOS em testemunho da verdade.

Lobo Leite-Congonhas/MG, 24/06/2021.

SELO CONSULTA: EPR03593
CÓDIGO SEGURANÇA: 3803206202681882
Quantidade de atos praticados: 1

Not(s) praticado(s) por: Omar Nascimento dos Reis - Oficial de Registro Civil

Emol: R\$ 5,82 - T.F.: R\$ 1,91 - Valor final: R\$ 7,74 - ISS: R\$ 0,11
Consulte a validade deste selo no site: <http://valios.ing.ju.br>

1º DA
ETIQUETA
AAU491631

Registro Civil e Tabelionato
LOBO LEITE
Congonhas-MG
SP/01



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

Documentação de constituição jurídica das empresas





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/653.991-6	MGP2000835127	23/10/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



20ª. (VIGÉSIMA) ALTERAÇÃO CONTRATUAL

SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ 25.898.180.0001-00
NIRE 312.0310112-5

AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ, brasileira, viúva, empresária, natural de Vargem Bonita – MG, nascida em 10/12/1944, inscrita no RG sob o nº M-3.209.758 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 508.675.806.82, residente e domiciliada na Rua Rafael Gonçalves Tomé, 96, Centro, Piumhi – MG, CEP. 37.925-000;

ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ LEONEL, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, natural de Belo Horizonte – MG, nascida em 02/10/1977, inscrita no RG sob o nº MG-6.087.589 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 038.592.466.66, residente e domiciliada na Rua Flamboyant, 68, Apto. 1.000, Bairro Vale do Sereno, Nova Lima – MG, CEP 34.003-074;

GERALDO MAGELA TERRA, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, engenheiro eletricitista, natural de Piumhi - MG, nascido em 18/12/1960, inscrito no RG nº 38.451/D, expedida pelo CREA – 4ª. Região, inscrito no CPF sob o nº 363.412.156-49, residente e domiciliado na Alameda do Morro, 85, apartamento 1.500, Edifício Cronos, Bairro Vila da Serra, Nova Lima - MG, CEP 34.006-083.

JOÃO ANTÔNIO GONÇALVES TOMÉ, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Belo Horizonte – MG, nascido em 22/03/1982, inscrito no RG sob o nº MG-11.290.745, inscrito no CPF sob o nº 046.026.996.85, residente e domiciliado na Rua Rafael Gonçalves Tomé, 96, Centro, Piumhi – MG, CEP. 37.925-000;

SIMONE GONÇALVES TOMÉ, brasileira, solteira, empresária, natural de Belo Horizonte – MG, nascida em 06/06/1972, inscrita no RG sob o nº MG-6.087.588 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 015.063.066.24, residente e domiciliada na Rua Ney Lambert, 31, Bairro Belvedere, Belo Horizonte – MG, CEP 30.320-440;

Únicos Sócios da sociedade empresária limitada denominada "**SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**", inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0001-00, estabelecida na Avenida Tito Fulgêncio, nº 1176, 1º Andar, Sala 104 e 106, Jardim Industrial, CEP.32.215-000, Contagem/MG, registrado na JUCEMG sob o NIRE nº 312.0310112-5 em 27 de junho de 1.989 e última alteração contratual sob o nº 7792836 em 03/04/2020.

Resolvem em comum acordo alterar o contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DAS ALTERAÇÕES**1.1. DA ABERTURA DE FILIAIS**

Fica neste ato criada a filial a Rua Nair Camilo dos Reis, nº 291, Galpão 01, CDI Jatobá, CEP. 30.664-002 na cidade de Belo Horizonte/MG, com o capital destacado de R\$ 1.000,00 (um mil reais), que funcionará como depósito fechado e garagem de veículos leve e pesado, máquinas e equipamentos.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
 Certifico registro sob o nº 8067908 em 27/10/2020 da Empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Nire 31203101125 e protocolo 206539916 - 23/10/2020. Autenticação: 9491E5F8AFF7A30128038C88D1D11A91D5DC7D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/653.991-6 e o código de segurança E4kb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
 Secretária-Geral

pág. 3/14

2. DA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Todas as cláusulas contratuais, inclusive as alteradas e incluídas na própria alteração, mantendo-se, assim, atualizados o contrato social.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ 25.898.180.0001-00
NIRE 312.0310112-5

AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ, brasileira, viúva, empresária, natural de Vargem Bonita – MG, nascida em 10/12/1944, inscrita no RG sob o nº M-3.209.758 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 508.675.806.82, residente e domiciliada na Rua Rafael Gonçalves Tomé, 96, Centro, Piumhi – MG, CEP. 37.925-000;

ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ LEONEL, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, natural de Belo Horizonte – MG, nascida em 02/10/1977, inscrita no RG sob o nº MG-6.087.589 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 038.592.466.66, residente e domiciliada na Rua Flamboyant, 68, Apto. 1.000, Bairro Vale do Sereno, Nova Lima – MG, CEP 34.003-074;

GERALDO MAGELA TERRA, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, engenheiro eletricista, natural de Piumhi - MG, nascido em 18/12/1960, inscrito no RG nº 38.451/D, expedida pelo CREA – 4ª. Região, inscrito no CPF sob o nº 363.412.156-49, residente e domiciliado, na Alameda do Morro, 85, apartamento 1.500, Edifício Cronos, Bairro Vila da Serra, Nova Lima - MG, CEP 34.006-083;

JOÃO ANTÔNIO GONÇALVES TOMÉ, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Belo Horizonte – MG, nascido em 22/03/1982, inscrito no RG sob o nº MG-11.290.745, inscrito no CPF sob o nº 046.026.996.85, residente e domiciliado na Rua Rafael Gonçalves Tomé, 96, Centro, Piumhi – MG, CEP. 37.925-000;

SIMONE GONÇALVES TOMÉ, brasileira, solteira, empresária, natural de Belo Horizonte – MG, nascida em 06/06/1972, inscrita no RG sob o nº MG-6.087.588 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 015.063.066.24, residente e domiciliada na Rua Ney Lambert, 31, Bairro Belvedere, Belo Horizonte – MG, CEP 30.320-440;

Únicos sócios da sociedade empresária **SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, resolvem, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, consolidar o seu contrato social, que se regerá pelas cláusulas e condições adiante especificadas:

1. DA DENOMINAÇÃO E SEDE

1.1. A sociedade continua girando sob a denominação social de **SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, CNPJ 25.898.180/0001-00, estabelecida na Avenida Tito Fulgêncio, nº 1176, 1º Andar, Sala 104 e 106, Jardim Industrial, CEP.32.215-000 em Contagem/MG, registrado na JUCEMG sob o NIRE nº 312.0310112-5, podendo estabelecer



demaís filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes.

1.2. A sociedade mantém uma filial na Rua Maestro Gabriel Migliori, nº 230, Sala B, Bairro do Limão, CEP. 02.712-140, na cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0003-63 e NIRE 35904812170, com o capital social destacado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

1.3. A sociedade mantém uma filial na Rua Joaquim Deodato, nº 913 B, Centro, CEP. 60.150-240 na cidade de Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0004-44 e NIRE 23900605722, com capital social destacado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

1.4. A sociedade mantém uma filial na Estrada dos Bandeirantes, nº 7.000, Loja 113, Jacarepaguá, CEP. 22.780-084 na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0005-25 e NIRE 33901496780, com o capital destacado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

1.5. A sociedade mantém uma filial na Rua André Gonçalves, nº 81, Loja 01, Pituaçu, CEP. 41.741-020 na cidade de Salvador/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0008-78 e NIRE 29901326199, com o capital destacado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

1.6. A sociedade mantém uma filial na Rua Ribeiro de Brito, nº 901, Sala 705, CEP. 51.021-310, Boa Viagem, na cidade de Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0009-59 e NIRE 26902000685, com o capital destacado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

1.7. A Sociedade mantém uma filial na Rodovia TO 050 (Anel Rodoviário – km 01, nº 000, Qd. 0019, Lote 0031), Bairro Jardim América, CEP. 77.500-000, na cidade de Porto Nacional/TO, inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0006-66 e NIRE 17900176819, com o capital destacado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

1.8. A Sociedade mantém uma filial a Rua Coronel Cesar, nº 1.728, Morada do Sol, Sala B, CEP. 64.056-475, na cidade de Teresina/PI, inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0007-97 e NIRE 22900220561, com o capital destacado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

1.9. A Sociedade mantém uma filial a Rua Nair Camilo dos Reis, nº 291, Galpão 01, CDI Jatobá, CEP. 30.664-002 na cidade de Belo Horizonte/MG, com o capital destacado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), que funciona como depósito fechado e garagem de veículos leve e pesado, máquinas e equipamentos.

Parágrafo Único: As Filiais funcionam com os mesmos objetivos sociais da matriz, com a exceção do item "a", previsto na Clausula 2 (Dois) do presente contrato.

2. DO OBJETIVO SOCIAL

2.1. A sociedade tem por objetivos sociais todas as operações que envolvem direta ou indiretamente:

- a) Comercialização, instalação de sistemas de iluminação e sinalização luminosas em vias urbana, rodoviária, ferroviária, portos e aeroportos, orientação e propaganda, bem como de dispositivos para controle de trânsito em todos os seus ramos específicos, derivados ou semelhantes;



- b) Prestação de serviços de implantação, manutenção e operação de equipamentos elétricos, eletrônicos e mecânicos (Radares e Semáforos) para detecção, medição de velocidade, monitoramento, controle de tráfego, inclusive serviços de hardware e software em geral;
- c) Locação de mão-de-obra, veículos, máquinas e equipamentos;
- d) Remoção, locomoção e guarda de veículos automotores em geral;
- e) Administração, operação e exploração em regime de concessão, parceria pública-privada ou qualquer outro, na área de infraestrutura tais como rodovias, pontes, túneis, ferrovias, saneamento, iluminação pública, portos, aeroportos, terminais rodoviários, estacionamentos rotativos, pátios de recolhimento de veículos, etc.;
- f) Construção, implantação, operação, manutenção e gerenciamento de sistema de estacionamentos em todos os seus segmentos;
- g) Serviços de engenharia de tráfego rodoviário e urbano, compreendendo planejamento, consultoria, operação da via e atendimento ao usuário;
- h) Prestação de serviços de gerenciamento de tráfego de carga rodoviário e urbano, envolvendo o fornecimento, instalação, manutenção e operação de sistemas de pesagem em todas as suas formas;
- i) Sinalização com pintura, instalação de placas de sinalização de tráfego e semelhantes, conservação, obras de arte, dispositivos de segurança, obras complementares em áreas urbanas, rodovias, portos, aeroportos, túneis, pontes e ferrovias;
- j) Serviços de Limpeza urbana e gerenciamento ambiental, compreendendo varrição, capina manual e química, coleta, transporte e tratamento de lixo;
- k) Projetos de engenharia em geral, compreendendo elaboração, estudos, cálculos, consultas, planejamento, acompanhamento, supervisão, e fiscalização de projetos e obras, etc.;
- l) Serviços de Escritório e Apoio Administrativo;
- m) Exploração de serviços de construção, terraplenagem, pavimentação e manutenção nas áreas da engenharia civil, elétrica a mecânica, incorporação, administração e empreitada;
- n) Gestão de Ativos de iluminação pública, bem como, construção, manutenção, eficiência energética e cadastro georeferenciado;
- o) Execução de obras relacionadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a inspeção e manutenção e sistemas de medição e controle;
- p) Participação como quotista ou acionista em outras sociedades empresariais e realização de investimentos de qualquer espécie e em qualquer setor.



- q) Atividades de teleatendimento (Call Center);
- r) Desenvolvimento de Programas de computador (Software);

3. DO PRAZO

3.1. A sociedade iniciou suas atividades em 27/06/1989, sendo por prazo indeterminado o seu tempo de duração.

4. DO CAPITAL SOCIAL

4.1. O capital social é de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), divididos em 5.000.000 (cinco milhões) quotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
GERALDO MAGELA TERRA	2.250.000	R\$ 2.250.000,00	45,00%
AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ	1.375.000	R\$ 1.375.000,00	27,50%
ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ	458.333	R\$ 458.333,00	9,17%
JOÃO ANTÔNIO GONÇALVES TOMÉ	458.334	R\$ 458.334,00	9,17%
SIMONE GONÇALVES TOMÉ	458.333	R\$ 458.333,00	9,16%
TOTAL	5.000.000	R\$ 5.000.000,00	100%

4.2. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

5.1. A administração geral da sociedade caberá exclusivamente aos sócios **GERALDO MAGELA TERRA** e **AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ**, já qualificados, que farão uso da denominação social isoladamente, podendo assinar contratos, distratos, movimentar contas bancárias, assinar documentos diversos, além da representação ativa, passiva, judicial e extrajudicial, perante quaisquer terceiros, inclusive repartições públicas federais, estaduais e municipais, e praticar todos os atos necessários ao objetivo social, única e exclusivamente em negócios de puro interesse da sociedade, sendo-lhes vedado seu uso em avais, fianças, endossos, abonos e similares, quer em proveito próprio e ou de terceiros, sendo expressamente vedado o seu uso em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos sócios que representem no mínimo a 70% (setenta por cento) das quotas que compõem o capital;



5.2. Os Administradores poderão constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores, sócios ou não, para agirem com poderes específicos e especificados no instrumento de mandato, inclusive para o foro em geral, bem como para representá-la nos negócios em geral, junto a repartições públicas e instituições públicas e privadas;

5.3. Exceto as deliberações sociais que exigirem quorum especial, previstas no Código Civil, as demais deliberações sociais serão consideradas aprovadas quando tomadas por sócios que representem a 70% (setenta por cento) das quotas que compõem o capital social;

5.4. As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, conforme estabelecido no art. 1.072 da Lei nº 10.406/2002;

5.5. Ao término de cada ano civil, a administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do balanço patrimonial e demonstração de resultados, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, ou outras deliberações tomadas mediante deliberação social;

5.6. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício anual os sócios deliberarão sobre as contas, destinação dos resultados e designarão administradores quando for o caso;

5.7. A administração técnica, referente a área de engenharia, ficarão a cargo do sócio **GERALDO MAGELA TERRA**, engenheiro eletricitista, inscrito no CREA/MG sob o nº 38.451/D, expedida pelo CREA – 4ª Região e do não sócio **ÁLVARO FRANCO DO AMARAL**, engenheiro civil, inscrito no CREA/MG sob o nº 30.157/D, expedida pelo CREA – 4ª Região.

6. LUCROS OU PREJUÍZOS

6.1. O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro do mesmo ano. Os lucros apurados ao fim de cada exercício social serão distribuídos aos sócios, podendo haver distribuição não proporcional às quotas dos mesmos, ou permanecerão em suspenso até posterior deliberação dos sócios quanto à sua destinação.

6.2. Caso sejam apurados prejuízos, serão eles suportados pelos sócios na proporção de sua participação na sociedade, ou conservados na conta própria da contabilidade, para compensações futuras, de acordo com a legislação em vigor.

7. RETIRADAS

7.1. Os sócios **AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ** e **GERALDO MEGELA TERRA**, farão jus a uma retirada mensal a título de "Pró-Labore", determinado de comum acordo entre eles, importância essa que será levada a débito da conta **DESPESAS ADMINISTRATIVAS**.

8. FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO

8.1. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros e sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado com base na situação patrimonial da



sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para tal fim, levando-se ainda em consideração o potencial do negócio e as condições gerais favoráveis e desfavoráveis.

8.2. Deverão ser quitadas em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas mensalmente de modo a manter o adequado equilíbrio econômico financeiro para ambas as partes. As partes poderão ainda negociar outras formas de pagamento, levando-se em consideração as reais condições econômico-financeiras demonstradas pela empresa em suas demonstrações contábeis, na ocasião.

8.3. Na hipótese das transferências das quotas aos herdeiros, caso venham a ocorrer, serão automaticamente vinculadas às condições restritivas de incomunicabilidade, impenhorabilidade e usufruto vitalício, para todos os efeitos legais.

8.4. A retirada de qualquer sócio, por qualquer motivo, morte ou incapacidade prevista em lei, não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com seus herdeiros e sucessores legítimos previstos em lei, de acordo com as determinações do Código Civil e do presente Contrato Social, e conseqüente alteração contratual.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

9. CESSÃO TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS OU RETIRADA DA SOCIEDADE

9.1. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

9.2. Não havendo manifestação por parte dos demais sócios no sentido de exercer o direito de preferência, no prazo de 60 dias da notificação do interesse de venda, o sócio retirante poderá vender suas quotas a terceiros, respeitadas e comprovadas as igualdades de condições estabelecidas de modo a se preservar o princípio da igualdade.

9.3. As quotas do capital desta sociedade não podem ser utilizadas pelos sócios para garantir obrigação destes perante terceiros, sendo vedada a penhora das quotas desta sociedade para a garantia de obrigações particulares dos sócios, até porque nenhum estranho será recebido neste ambiente social sem a concordância de todos os sócios. Esta vedação impede, inclusive, a inclusão de sócios pela arrematação das quotas em hasta pública, pela adjudicação judicial ou por decorrência de execuções ou qualquer processo judicial contra sócios ou a própria sociedade.

9.4. Todos os quotistas que não estejam ou estiverem em regime de casamento ou de união estável oficializada ou não, se comprometem, perante a todos e perante a sociedade, a sempre, em todo e qualquer caso e tempo, contratarem pacto fixando obrigatoriamente regime de bens no casamento ou união, que não importe em transferência de quotas e/ou quaisquer direitos referentes a esta sociedade a terceiros, a qualquer título. Em caso de descumprimento, estes quotistas e seus respectivos terceiro(s) fica(m) sujeito(s) à imediata exclusão da sociedade, com o pagamento de seus haveres pelo valor patrimonial contábil da quota, em 60 (sessenta) parcelas iguais e consecutivas.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8067908 em 27/10/2020 da Empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Nire 31203101125 e protocolo 206530916 - 23/10/2020. Autenticação: 9491E5F8AFF7A30128038C88D1D11A91D5DC7D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/653.991-6 e o código de segurança E4kb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 9/14

10. DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

10.1. Os sócios e os administradores declaram, sob as penas da Lei, em especial ao que dispõe o art. 1.011, § 1º de Lei 10.406 de 10/01/2002, não estarem incursos em nenhum dos impedimentos previstos em lei que os proíbam de exercer atividades empresárias.

11. LEGISLAÇÃO SUPLETIVA

11.1. A Sociedade ficará sujeita, supletivamente, à lei que rege as sociedades por ações (Lei nº 6.404/76) e a Lei nº 10.406 de 10/01/2002.

12. FORO

12.1. Os casos omissos ou dúvidas que surgirem na vigência do presente instrumento serão dirimidos de acordo com a legislação aplicável, e, em especial, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.406 de 10/01/2002, no que concerne às sociedades simples, tendo sido eleito pelas partes contratantes o foro da Cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, renunciado-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma.

Contagem, 23 de outubro de 2020.

GERALDO MAGELA TERRA
SÓCIO – ADMINISTRADOR

AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ
SÓCIA – ADMINISTRADOR

ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ
SÓCIA

JOÃO ANTÔNIO GONÇALVES TOMÉ
SÓCIO

SIMONE GONÇALVES TOMÉ
SÓCIA





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/653.991-6	MGP2000835127	23/10/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME
038.592.466-66	ANA CRISTINA GONCALVES TOME LEONEL
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA
046.026.996-85	JOAO ANTONIO GONCALVES TOME
015.063.066-24	SIMONE GONCALVES TOME

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8067908 em 27/10/2020 da Empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Nire 31203101125 e protocolo 206539916 - 23/10/2020. Autenticação: 9491E5F8AFF7A30128038C88D1D11A9105DC7D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/653.991-6 e o código de segurança E4kb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 11/14



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 20/653.991-6 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 8067908 em 27/10/2020 da empresa 3120310112-5 SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO
3190277922-8	25.898.160/0011-73	RUA NAIR CAMILO DOS REIS 291 GALPAO 01 - BAIRRO CDI JATOBA CEP 30664-002 - BELO HORIZONTE/MG

27 de out de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8067908 em 27/10/2020 da Empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Nire 31203101125 e protocolo 206539916 - 23/10/2020. Autenticação: 9491E5F8AFF7A30128038C88D1D11A91D5DC7D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/653.991-6 e o código de segurança E4kb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

assinado em 27/10/2020
assinado em 27/10/2020

pág. 12/14



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, de NIRE 3120310112-5 e protocolado sob o número 20/653.991-6 em 23/10/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8067908, em 27/10/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Ana Carolina Dias Mauler Bento.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.592.466-66	ANA CRISTINA GONCALVES TOME LEONEL
015.063.066-24	SIMONE GONCALVES TOME
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA
046.026.996-85	JOAO ANTONIO GONCALVES TOME

Belo Horizonte, terça-feira, 27 de outubro de 2020



Documento assinado eletronicamente por Ana Carolina Dias Mauler Bento, Servidor(a) Público(a), em 27/10/2020, às 08:43 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 20/653.991-6.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8067908 em 27/10/2020 da Empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Nire 31203101125 e protocolo 206539916 - 23/10/2020. Autenticação: 9491E5F8AFF7A30128038C88D1D11A91D5DC7D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/653.991-6 e o código de segurança E4kb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
 Secretária-Geral

pág. 13/14



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, terça-feira, 27 de outubro de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8067908 em 27/10/2020 da Empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Nire 31203101125 e protocolo 206539916 - 23/10/2020. Autenticação: 9491E5F8AFF7A30128038C88D1D11A91D5DC7D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/653.991-6 e o código de segurança E4kb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

assinado digitalmente
assinatura codificada

pág. 14/14



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/371.615-1	MGE2100351850	26/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8494717 em 27/04/2021 da Empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Nire 31203101125 e protocolo 213716151 - 26/04/2021. Autenticação: F23EC981961881D3081BA11A0649845D5959D1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/371.615-1 e o código de segurança 8ePi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

assinatura digital

pág. 2/7

ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS DA "SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA" - com sede em Contagem/MG
CNPJ: 25.898.180/0001-00
NIRE: 312.031.0112-5

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às 16:00 h (dezesseis) horas, em 1ª convocação, nos termos do Art. 1.071 e seguintes do Código Civil Brasileiro, reuniram-se os sócios da sociedade empresária limitada na sede social da empresa, **SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, estabelecido à Avenida Tito Fulgêncio, nº 1176, 1º Andar, Sala 104 e 106, Jardim Industrial, CEP.32.215-000 em Contagem/MG., inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0001-00, e na JUCEMG sob o nº 312.031.0112-5, representada neste ato por seus únicos sócios **AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ**, brasileira, viúva, empresária, portadora da carteira de identidade nº M-329.758, expedida pela secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF nº 508.675.806-82, residente e domiciliada à Rua Rafael Gonçalves Tomé, nº 96, Centro, Piumhi/MG, CEP: 37.925-000; **ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ LEONEL**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da carteira de identidade nº M-6.087.589 expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF 038.592.466-66, residente e domiciliada à Rua Flamboy, nº 68, Apto 1000 - Bairro Vale do Sereno, CEP.34.003-074 em Nova Lima/MG, **GERALDO MAGELA TERRA**, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, engenheiro eletricista, natural de Piumhi/MG, portador da carteira de identidade nº 38.451/D, expedida pelo CREA - 4ª. Região, CPF nº 363.412.156-49, residente e domiciliado na Alameda do Morro, nº 85, apartamento 1.500, Edifício Chronos, Bairro Vila da Serra, Nova Lima - MG, CEP: 34.006-083, **JOÃO ANTONIO GONÇALVES TOMÉ**, brasileiro, solteiro, nascido em 22/03/1982, natural de Belo Horizonte/MG, empresário, portador da carteira de identidade nº M-11.290.745 expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF 046.026.996-85, residente e domiciliado à Rua Rafael Gonçalves Tomé, 96, Centro, Piumhi/MG, CEP: 37.925-000, **SIMONE GONÇALVES TOMÉ**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da carteira de identidade nº M-6.087.588, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF 015.063.066-24, residente e domiciliada na Rua Ney Lambert, nº 31, Bairro Belvedere, CEP: 30.320-440 em Belo Horizonte/MG, os quais após os cumprimentos cordiais, compuseram entre si, a mesa, sendo o Sra. **AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ**, convidada a presidir a presente sessão e a Sra. **ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ LEONEL**, a secretariar, o que fora devidamente aceito por todos.

A Senhora Presidente leu a ordem do dia, para qual foi convocada para reunião e que tem o seguinte teor: 1) Tomar as contas dos administradores do exercício de 2020; 2) Deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico do exercício de 2020; 3) Ato de Ratificação da Cláusula 5.1 do Contrato Social da sociedade empresária **SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, pela qual os sócios Amália Darcy Gonçalves Tomé e Geraldo Magela Terra são nomeados administradores da mesma.

Iniciando-se os trabalhos, a presidente colocou em votação os assuntos da pauta, restando assim decidido: 1) Tomar as contas do exercício de 2020 dos administradores, ficando assim acertados em votação unânime: Após apresentação das contas da gestão dos administradores do exercício de 2020, seus resultados foram devidamente aprovados, sem ressalvas. 2) Deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico do exercício de 2020, ficando assim acertado em votação unânime: Após a apresentação das demonstrações contábeis do exercício de 2020, seus resultados foram devidamente aprovados, sem ressalvas. 3) Finalmente, no que pertence ao Ato de Ratificação da Cláusula 5.1 do Contrato Social da sociedade empresária **SIGMA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, pela qual os sócios Amália Darcy Gonçalves Tomé e Geraldo Magela Terra são nomeados administradores da mesma: A proposição foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, ficando assim ratificada e aprovada a manutenção dos sócios Amália Darcy Gonçalves Tomé e Geraldo



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8494717 em 27/04/2021 da Empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Nire 31203101125 e protocolo 213716151 - 26/04/2021, Autenticação: F23EC981961681D3081BA11A0649B45D5959D1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/371.615-1 e o código de segurança 8ePI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 3/7

Magela Terra como administradores da sociedade, com todos os poderes expressos no ato constitutivo, sem ressalvas.

A sociedade declara que não esta inserida no art.3º da lei 11.638/07, por não se tratar de sociedade de grande porte, e que a reunião atendeu todas formalidades legais.

Contagem, 22 de Abril de 2021.

AMALIA DARCY GONÇALVES TOMÉ

ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ LEONEL

GERALDO MAGELA TERRA

SIMONE GONÇALVES TOMÉ

JOÃO ANTONIO GONÇALVES TOMÉ



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8494717 em 27/04/2021 da Empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Nire 31203101125 e protocolo 213716151 - 26/04/2021. Autenticação: F23EC981961681D3081BA11A0649B45D5959D1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/371.615-1 e o código de segurança 8ePi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 4/7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/371.615-1	MGE2100351850	26/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME
038.592.466-66	ANA CRISTINA GONCALVES TOME LEONEL
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA
046.026.996-85	JOAO ANTONIO GONCALVES TOME
015.063.066-24	SIMONE GONCALVES TOME

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8494717 em 27/04/2021 da Empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Nire 31203101125 e protocolo 213716151 - 26/04/2021. Autenticação: F23EC981961681D3081BA11A0649B45D5959D1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/371.615-1 e o código de segurança 8ePI Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 5/7



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, de NIRE 3120310112-5 e protocolado sob o número 21/371.615-1 em 26/04/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8494717, em 27/04/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Guilherme Ribeiro Lobato Bicalho.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA
015.063.066-24	SIMONE GONCALVES TOME
046.026.996-85	JOAO ANTONIO GONCALVES TOME
038.592.466-66	ANA CRISTINA GONCALVES TOME LEONEL

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
488.991.946-53	ATAIR APARECIDO PINTO

Belo Horizonte, terça-feira, 27 de abril de 2021



Documento assinado eletronicamente por Guilherme Ribeiro Lobato Bicalho, Servidor(a) Público(a), em 27/04/2021, às 16:33 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/371.615-1.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8494717 em 27/04/2021 da Empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Nire 31203101125 e protocolo 213716151 - 26/04/2021. Autenticação: F23EC981961681D3081BA11A0649B45D5959D1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/371.615-1 e o código de segurança 8ePi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Secretaria de Estado da Fazenda
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

pág. 6/7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, terça-feira, 27 de abril de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8494717 em 27/04/2021 da Empresa SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Nire 31203101125 e protocolo 213716151 - 26/04/2021. Autenticação: F23EC981961681D3081BA11A0649B45D5959D1. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/371.615-1 e o código de segurança Bepi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 7/7



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **21/513.920-8**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, NIRE 3120310112-5, CNPJ 25.898.180/0001-00, ATIVA, com sede na AVENIDA TITO FULGENCIO, 1176, SALA 104 SALA 106, BAIRRO JARDIM INDUSTRIAL, CONTAGEM/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONTRATO	27/06/1989	31203101125	19/05/1989
ALTERACAO	10/04/1992	1111384	03/01/1992
ALTERACAO	29/09/1994	1312167	13/09/1994
ALTERACAO	03/04/1997	1530016	16/03/1997
ALTERACAO	31/05/1999	1767820	27/05/1999
ALTERACAO	03/09/1999	1806546	23/07/1999
ALTERACAO	26/02/2004	3115678	09/01/2004
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	21/02/2006	3507427	29/04/2005
ALTERACAO	31/10/2006	3607301	10/09/2006
ALTERACAO	21/11/2007	3810832	07/11/2007
ALTERACAO	27/03/2008	3904941	28/02/2008
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	01/10/2009	4208108	28/04/2006
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	01/10/2009	4208109	28/04/2007
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	01/10/2009	4208086	28/04/2008
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	01/10/2009	4208087	28/04/2009
ALTERACAO	16/06/2010	4357507	21/05/2010
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	28/06/2010	4363626	28/04/2010
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	19/05/2011	4618654	28/04/2011
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	03/07/2012	4879002	28/04/2012
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	16/07/2012	4887237	25/03/2012
ALTERACAO	03/09/2012	4918431	28/08/2012
ALTERACAO	13/05/2013	5050362	17/04/2013
ALTERACAO	20/11/2013	5183773	13/08/2013
ALTERACAO	30/05/2014	5281497	21/11/2013
ALTERACAO	24/06/2014	5324939	20/06/2014
ALTERACAO	15/01/2015	5442814	10/12/2014
BALANCO	25/05/2015	5513907	31/12/2014
BALANCO	21/09/2015	5585133	31/12/2014
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	15/03/2016	5718195	30/04/2015
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA	01/04/2016	5727065	30/04/2015
BALANCO	25/04/2016	5738612	31/12/2015
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	02/05/2016	5743580	28/04/2016
ALTERACAO	14/09/2016	5868755	30/08/2016
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	11/04/2017	6258885	06/04/2017
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	02/06/2017	6289746	06/04/2017
BALANCO	12/06/2017	6293760	31/12/2016
BALANCO	26/06/2017	6299457	31/12/2016
BALANCO	11/04/2018	6578475	31/12/2017
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	16/04/2018	6752462	06/04/2018
ALTERACAO	03/09/2018	6985679	30/08/2018
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	30/04/2019	7281858	26/04/2019
BALANCO	15/05/2019	7302971	31/12/2018

Página 2 de 3

Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e informe o nº de protocolo C215001382684 e o código de segurança e7v3. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
ALTERACAO	29/07/2019	7404117	04/07/2019
ALTERACAO	09/08/2019	7421759	07/08/2019
MEDIDA ADMINISTRATIVA	20/09/2019	7482022	17/10/2018
MEDIDA ADMINISTRATIVA	20/09/2019	7482023	17/10/2018
MEDIDA ADMINISTRATIVA	20/09/2019	7482024	17/10/2018
ALTERACAO	03/04/2020	7792836	31/03/2020
BALANCO	22/04/2020	7810098	31/12/2019
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	24/04/2020	7813170	22/04/2020
ALTERACAO	27/10/2020	8067908	23/10/2020
BALANCO	26/04/2021	8488697	20/04/2021
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	27/04/2021	8494717	22/04/2021

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Nada mais.

Belo Horizonte, 22 de Junho de 2021.


 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA GERAL





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3120310112-5	25.898.180/0001-00	27/06/1989	27/06/1989

Endereço Completo:

AVENIDA TITO FULGENCIO 1176 SALA 104 SALA 106 - BAIRRO JARDIM INDUSTRIAL CEP 32215-000 - CONTAGEM/MG

Objeto Social:

TODAS AS OPERACOES QUE ENVOLVEM DIRETA OU INDIRETAMENTE A COMERCIALIZACAO INSTALACAO DE SISTEMAS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO LUMINOSAS EM VIAS URBANA RODOVIARIA FERROVIARIA PORTOS E AEROPORTOS ORIENTACAO E PROPAGANDA BEM COMO DE DISPOSITIVOS PARA CONTROLE DE TRANSITO EM TODOS OS SEUS RAMOS ESPECIFICOS DERIVADOS OU SEMELHANTES B PRESTACAO DE SERVICOS DE IMPLANTACAO MANUTENCAO E OPERACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS ELETRONICOS E MECANICOS RADARES E SEMAFOROS PARA DETECCAO MEDICAO DE VELOCIDADE MONITORAMENTO CONTROLE DE TRAFEGO INCLUSIVE SERVICOS DE HARDWARE E SOFTWARE C LOCACAO DE MAO-DE-OBRA VEICULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS D REMOCAO LOCOMOCAO E GUARDA DE VEICULOS AUTOMOTORES E ADMINISTRACAO OPERACAO E EXPLORACAO EM REGIME DE CONCESSAO PARCERIA PUBLICA PRIVADA OU QUALQUER OUTRO NA AREA DE INFRAESTRUTURA TAIS COMO RODOVIAS PONTES TUNEIS FERROVIAS SANEAMENTO ILUMINACAO PUBLICA PORTOS AEROPORTOS TERMINAIS RODOVIARIOS ESTACIONAMENTOS ROTATIVOS PATIOS DE RECOLHIMENTO DE VEICULOS ETC F CONSTRUCAO IMPLANTACAO OPERACAO MANUTENCAO E GERENCIAMENTO DE SISTEMA DE ESTACIONAMENTOS EM TODOS OS SEUS SEGMENTOS G SERVICOS DE ENGENHARIA DE TRAFEGO RODOVIARIO E URBANO COMPREENDENDO PLANEJAMENTO CONSULTORIA OPERACAO DA VIA E ATENDIMENTO AO USUARIO H PRESTACAO DE SERVICOS DE GERENCIAMENTO DE TRAFEGO DE CARGA RODOVIARIO E URBANO ENVOLVENDO O FORNECIMENTO INSTALACAO MANUTENCAO E OPERACAO DE SISTEMAS DE PESAGEM EM TODAS AS SUAS FORMAS I SINALIZACAO COM PINTURA INSTALACAO DE PLACAS DE SINALIZACAO DE TRAFEGO E SEMELHANTES CONSERVACAO OBRAS DE ARTE DISPOSITIVOS DE SEGURANCA OBRAS COMPLEMENTARES EM AREAS URBANAS RODOVIAS PORTOS AEROPORTOS TUNEIS PONTES E FERROVIAS J SERVICOS DE LIMPEZA URBANA E GERENCIAMENTO AMBIENTAL COMPREENDENDO VARRICAO CAPINA MANUAL E QUIMICA COLETA TRANSPORTE E TRATAMENTO DE LIXO K PROJETOS DE ENGENHARIA COMPREENDENDO ELABORACAO ESTUDOS CALCULOS CONSULTAS PLANEJAMENTO ACOMPANHAMENTO SUPERVISAO E FISCALIZACAO DE PROJETOS E OBRAS ETC L SERVICOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO M EXPLORACAO DE SERVICOS DE CONSTRUCAO TERRAPLENAGEM PAVIMENTACAO E MANUTENCAO NAS AREAS DA ENGENHARIA CIVIL ELETRICA A MECANICA INCORPORACAO ADMINISTRACAO E EMPREITADA N GESTAO DE ATIVOS DE ILUMINACAO PUBLICA BEM COMO CONSTRUCAO MANUTENCAO EFICIENTIZACAO ENERGETICA E CADASTRO GEOREFERENCIADO O EXECUCAO DE OBRAS RELACIONADAS A GERACAO TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA BEM COMO A INSPECAO E MANUTENCAO E SISTEMAS DE MEDICAO E CONTROLE P PARTICIPACAO COMO QUOTISTA OU ACIONISTA EM OUTRAS SOCIEDADES EMPRESARIAIS E REALIZACAO DE INVESTIMENTOS DE QUALQUER ESPECIE E EM QUALQUER SETOR Q ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO CALL CENTER R DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOFTWARE

Capital Social: R\$ 5.000.000,00 CINCO MILHÕES DE REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte NÃO (Lei Complementar nº123/06)	Prazo de Duração
Capital Integralizado: R\$ 5.000.000,00 CINCO MILHÕES DE REAIS		INDETERMINADO

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE	Nome	Tér. Mandato	Participação	Função
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME	xxxxxxx	R\$ 1.375.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR
038.592.466-66	ANA CRISTINA GONCALVES TOME LEONEL	xxxxxxx	R\$ 458.333,00	SÓCIO
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA	xxxxxxx	R\$ 2.250.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210001382710 e visualize a certidão)



21/512.928-8





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	SIGMA - ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA			
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
Sócio(s)/Administrador(es)				
CPF/NIRE	Nome	Térms. Mandato	Participação	Função
046.026.996-85	JOAO ANTONIO GONCALVES TOME	xxxxxxx	R\$ 458.334,00	SOCIO
015.063.066-24	SIMONE GONCALVES TOME	xxxxxxx	R\$ 458.333,00	SOCIO
Status: XXXXXXXX		Situação: ATIVA		
Último Arquivamento: 27/04/2021		Número: 8494717		
Ato 021 - ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS				
Empresa(s) Antecessora(s)				
Nome Anterior	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
SIGMA - SERVICOS DE ENGENHARIA	xxxxxxx	1312167	xx	xxxxxxx
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela				
Nire	CNPJ	Endereço		
3190277922-8	25.898.180/0011-73	RUA NAIR CAMILO DOS REIS, 291, GALPAO 01, BAIRRO CDI JATOBA, 30664-002, BELO HORIZONTE/MG		
2390060572-2	25.898.180/0004-44	RUA JOAQUIM DEODATO, 913, B, BAIRRO CENTRO, 60150-240, FORTALEZA/CE		
1790017681-9	25.898.180/0006-06	RODOVIA ANEL RODOVIARIO KM 1, QD.019, LOTE 031, S/N, BAIRRO RODOVIA TO 050, 77500-000, PORTO NACIONAL/TO		
2690200068-5	25.898.180/0009-59	RUA RIBEIRO DE BRITO, 901, SALA 0705 EMP RIBEIRO DE BRITO, BAIRRO BOA VIAGEM, 51021-310, RECIFE/PE		
3390149678-0	25.898.180/0005-25	ESTRADA DOS BANDEIRANTES, 7000, LOJA 113, BAIRRO JACAREPAGUA, 22780-084, RIO DE JANEIRO/RJ		
2990132619-9	25.898.180/0008-78	RUA ANDRE GONCALVES, 81, LOJA 01, BAIRRO PITUACU, 41741-020, SALVADOR/BA		
3590481217-0	25.898.180/0003-63	RUA MAESTRO GABRIEL MIGLIORI, 230, SALA: B, BAIRRO JARDIM PEREIRA LEITE, 02712-140, SAO PAULO/SP		
2290022056-1	25.898.180/0007-97	RUA CORONEL CESAR, 1728, SALA B, BAIRRO MORADA DO SOL, 64056-475, TERESINA/PI		
NADA MAIS#				

Belo Horizonte, 22 de Junho de 2021 10:55


MARLENE DE PAULA
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210001382710 e visualize a certidão)



21/512.928-8

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE CONGONHAS
OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DO DISTRITO DE LOBO LEITE

Praça Dr. Álvaro Lobo Leite Pereira, nº 8, CEP 36.419-000 - Tel.: (31) 3733.3015
Endereço eletrônico: cart.loboleite@hotmail.com - Titular: Omar Nascimento dos Reis



Livro de Procurações Nº 16 TRASLADO Folha(s) Nº 126 a Nº 126

ESCRITURA PÚBLICA DE PROCURAÇÃO - Saibam os que esta Escritura Pública de Procuração virem, que no dia 19 (dezenove) de maio de 2021 (dois mil e vinte e um) neste Distrito de Lobo Leite, Comarca de Congonhas, Estado de Minas Gerais, nesta Serventia, comparece, como Outorgante, **SIGMA - ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, CNPJ nº 25.898.180/0001-00, sediada na Avenida Tito Fulgêncio, nº 1176, 1.º Andar, Sala 104 e 106, CEP 32.215-000, Jardim Industrial, em Contagem - MG, legalmente representada por Geraldo Magela Terra, CPF 363.412.156-49, CI 38.451/D-CREA-4ª Região, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, residente e domiciliado na Alameda do Morro, nº 85/ apto. 1500, Edifício Cronos, CEP 34.006-083, Bairro Vila da Serra, Nova Lima - MG, sócio administrador, nos termos da cláusula 5 de sua última (20ª) alteração contratual, registrada na JUCEMG em 27.10.2020, sob nº 8067908 e certidão simplificada atualizada. Pessoa juridicamente capaz, identificada conforme documentos apresentados e acima mencionados. Pela parte outorgante é dito que por meio deste instrumento de mandato outorga os poderes adiante declinados a **CLEYSON ALEXANDRE ALVES**, brasileiro, analista de sistemas, casado, portador da carteira de identidade nº MG-4.392.381, expedida pela PC/MG, inscrito no CPF sob nº 801.362.066-20, residente e domiciliado em Belo Horizonte, na Rua Sebastião Possada Bravo, nº 178, apto. 403, Bairro Santa Rosa. **Poderes:** Com poderes para fim único e específico de isoladamente, representar à outorgante junto aos órgãos da administração: DETRAN/MG, DETRAN/RJ, DETRAN/SP, demais DETRAN's, BHTRANS, CET/SP, CET/RJ, TRANSALVADOR, DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, DEER/MG, DER/SP, DER/BA, demais DER's, CREA's, JUNTAS COMERCIAIS, PREFEITURAS MUNICIPAIS E RESPECTIVAS SECRETARIAS, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS E OU AUTARQUIAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, BANCOS E DEMAIS ENTIDADES FINANCEIRAS, EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, tratando de todo e qualquer assunto que diga respeito aos direitos e interesses da outorgante em face de assuntos pertinentes às licitações públicas, podendo inclusive assinar propostas, contratos, constituir consórcio, participar de concorrências, cartas convites, tomadas de preços, pregão, formular lances verbais, cumprindo exigência, concordando, impugnando, exigindo, protestando, prestando declarações, informações, apresentando provas, interpondo petições, ações, defesas e recursos em todas as esferas administrativas ou instâncias judiciais, ter acesso a documentos, tirar fotocópias, requerer certidões, registros e cadastros, assinar medições e realizar avaliações de serviços, praticando enfim todos os atos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive credenciar representantes legais da empresa durante os processos licitatórios, e substabelecer. **O presente instrumento tem validade até 31.12.2022.** A outorgante declara, sob as penas da lei, não existir alteração contratual posterior a esta apresentada para a lavratura deste instrumento. Os dados de qualificação e de

CONSULTE ATRAVÉS DO SITE: WWW.PAPELDESEGURANCA.COM.BR

SERIE IF 000888120







identificação do outorgado, bem como o objeto do presente mandato, foram fornecidos e conferidos pela outorgante e são de sua inteira responsabilidade. Assim, é solicitada a lavratura desta Escritura Pública de Procuração, que sendo lida, é ratificada e assinada pela outorgante. Eu, Omar Nascimento dos Reis, Oficial de Registro Civil com Atribuição Notarial, a digitei e a subscrevo, encerrando o ato. De todo o exposto, dou fé. (ass.) Geraldo Magela Terra.

Trasladada em seguida. Selos:

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 00007247990111, atribuição: Registro Civil e Tabelionato de Notas, localidade: Congonhas, Nº selo de consulta: EPC298168, código de segurança: 923228589596424Ato: 1658, quantidade Ato: 1, Emolumentos: R\$ 113,20, Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 35,58, Valor do ISS: R\$ 2,14, Total: R\$ 150,92, Ato: 8101, quantidade Ato: 17, Emolumentos: R\$ 118,32, Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 37,06, Valor do ISS: R\$ 2,21, Total: R\$ 157,59, Valor Total dos Emolumentos: R\$ 231,52, Valor Total da Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 72,64, Valor Total do ISS: R\$ 4,35, Valor Total Final ao Usuário: R\$ 308,51. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>"




Omar Nascimento dos Reis
Oficial



Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE
CONGONHAS - MG

Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por min.
rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do
original que me foi apresentado, do que dou fé.

Congonhas/MG, 07/08/2024

SELO CONSTATÓRIO EPP84602

CÓDIGO SEGURANÇA: 5780118147313495

Quantidade de atos praticados: 1

Atos(s) praticado(s) por: Edmundo Fernandes dos Reis - Escrevente
Autorizado

Email: RS 5 R2 - TFJ, RS 1,81 - Valor final: RS 7,74 - ISS: RS 0,11

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Nº DA
ETIQUETA
A88891725



VERSO
EM BRANCO



República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional
140373498-4



Nome

GEIVALDO MAGELA TERRA

Filiação

MITERHYER ALVES TERRA

VICENTINA GONCALVES TERRA

C.P.F.

363.412.156-69

Documento de Identidade

M-1.631.925 SSP/MG

Tipo Sang.

Nascimento

18/12/1960

Naturalidade

PZURRI

UF

MG

Nacionalidade

BRASILEIRA

Crea de Registro

CREA-MG

Emissão

05/03/2015

Data de Registro

22/08/1984

Ass. Presidente

[Assinatura]

Registro no Crea

MG0000038451



Título Profissional

Engenheiro Eletricista

Ass. do Profissional

[Assinatura]

Tudo como Documento de Identidade e Item IV Pública (5ª de out. 58 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 5206 de 30/05/70)

PROCURADOR J. J. J. CONJUGADA GERAL DE JUSTIÇA

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE
CONGONHAS - MG

Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.

Congonhas/MG, 01/06/2021.

SELO CONJUGADA: EPR01071

CÓDIGO SEGURANÇA: 5762937057274864

Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por: Edmundo Fernandes dos Reis - Escrevente Autorizado

Emol.: R\$ 5,02 - T.F.J.: R\$ 1,01 - Valor final: R\$ 7,74 - ISS: R\$ 0,11

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.org.br>



Nº DA
ETIQUETA
A00001213



3

VERSO
EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
E TRANSPORTES NACIONAIS DE REGISTRAÇÃO

MG

NOME
ANALIA DARCY GONCALVES TORE

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR
RG 3209758 SEP MG

CPF
508.675.806-82

DATA NASCIMENTO
10/12/1944

FUNÇÃO
JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA
MARIA REZENDE DE OLIVEIRA

RESIDÊNCIA
RUA ...

ACE
RUA ...

CIDADA
RUA ...

Nº ENDEREÇO
01109667392

VALIDADE
25/03/2022

1ª REGISTRAÇÃO
26/06/1969

COSENAÇÃO

Analia Darcy Gonçalves Tore
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
FUIZ, MG

DATA EMISSÃO
27/03/2019

Edmundo Fernandes dos Reis
Diretor DETRAN/MG

06574081616
MG553037668

MINAS GERAIS

PODER. JUDICIÁRIO - JUS - CONJUGES - GERAL DE JUSTIÇA

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE CONGONHAS - MG

Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.

Congonhas/MG, 14/06/2023.

SEL. O. COMBATE. ETC 07408

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 6313900125442557

Quantidade de atos praticados:

Atos(s) praticado(s) por: Edmundo Fernandes dos Reis - Escrevente Autentado



Emol: R\$ 6,92 - T.F.J. R\$ 1,81 - Valor final: R\$ 7,74 - ISS: R\$ 0,11

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.jusmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA
AB8981244



VERSO
EM BRANCO

 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)		Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		
31200964912		2062			
1 - REQUERIMENTO					
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais					
Nome: <u>SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA</u> (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)					
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:				Nº FCN/REMP  MGE1900473113	
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO	
1	002			ALTERACAO	
		026	1	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF	
		027	1	ALTERACAO DE FILIAL EM OUTRA UF	
BELO HORIZONTE			Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:		
Local			Nome: _____		
1 Agosto 2019			Assinatura: _____		
Data			Telefone de Contato: _____		
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL					
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR			<input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA		
Nome(s) Empresarial(is) igual(is) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____ Responsável			<input type="checkbox"/> SIM _____ _____ _____ <input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____ Responsável		
			Processo em Ordem À decisão ____/____/____ Data _____ Responsável		
DECISÃO SINGULAR					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)			2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
			____/____/____ Responsável Data		
DECISÃO COLEGIADA					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)			2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
			____/____/____ Vogal Data _____ Presidente da _____ Turma		
OBSERVAÇÕES					





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/326.296-7	MGE1900473113	25/07/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 193262967 - 25/07/2019. Autenticação: 7792FE4B9265F8256657156092808FE18BA153. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança 8Z9. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

assinado digitalmente
Marinely de Paula Bomfim

pág. 2/20

58ª. (QUINQUAGÉSIMA OITÁVA) ALTERAÇÃO CONTRATUAL**SITRAN – SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA.****CNPJ 16.502.551/0001-93****NIRE 312.009.6491-2**

AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ, brasileira, viúva, empresária, natural de Vargem Bonita – MG, nascida em 10/12/1944, inscrita no RG sob o nº MG-3.209.758 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 508.675.806.82, residente e domiciliada na Rua Rafael Gonçalves Tomé, 96, Centro, Piumhi – MG, CEP. 37.925-000;

ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ LEONEL, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, natural de Belo Horizonte – MG, nascida em 02/10/1977, inscrita no RG sob o nº MG-6.087.589 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 038.592.466.66, residente e domiciliada na Rua Professor Raimundo Cândido, 52, Apto. 1502, Bairro Belvedere, Belo Horizonte – MG, CEP 30.320-850;

JOÃO ANTÔNIO GONÇALVES TOMÉ, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Belo Horizonte – MG, nascido em 22/03/1982, inscrito no RG sob o nº MG-11.290.745, inscrito no CPF sob o nº 046.026.996.85, residente e domiciliado na Rua Rafael Gonçalves Tomé, 96, Centro, Piumhi – MG, CEP. 37.925-000;

SIMONE GONÇALVES TOMÉ, brasileira, solteira, empresária, natural de Belo Horizonte – MG, nascida em 06/06/1972, inscrita no RG sob o nº MG-6.087.588 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 015.063.066.24, residente e domiciliada na Rua Ney Lambert, 31, Bairro Belvedere, Belo Horizonte – MG, CEP 30.320-440;

GERALDO MAGELA TERRA, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, engenheiro eletricitista, natural de Piumhi - MG, nascido em 18/12/1960, inscrito no RG nº 38.451/D, expedida pelo CREA - 4ª. Região, inscrito no CPF sob o nº 363.412.156-49, residente e domiciliado em Nova Lima/MG, Rua Alameda do Morro, 85, apartamento 1.500, Edifício Cronos, Bairro Vila da Serra, CEP 34.006-083.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **SITRAN – SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA.**, CNPJ 16.502.551/0001-93, estabelecida na Rua Nair Camilo dos Reis, 850, Bairro CDI do Jatobá, CEP 30.664-002, Belo Horizonte – MG, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Sob o NIRE 312.009.6491-2, contrato social registrado nesta mesma junta em 19 julho de 1.971 sob o nº 261012 e última alteração contratual sob o nº 7005249 em 20/09/2018.

Resolvem em comum acordo alterar o contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DAS ALTERAÇÕES**1.1. DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DA FILIAL**

- 1.1 A sociedade resolve alterar o endereço da Filial da Rua Nilson Vieira de Mattos, nº 5.225, Vila Cuiabá, CEP. 79.841-030, na cidade de Dourados/MS, inscrita no CNPJ sob o nº 16.502.551/0027-22 e NIRE 54900348598 para a Rua Kriptônio, nº 366, Coopahfé, CEP. 79.021-340, na cidade de Campo Grande/MT.

2.1. DA ABERTURA DE FILIAL

- 2.1 Fica neste ato criada a filial a Rua Coronel Cesar, nº 1.728, Morada do Sol, Sala A, CEP. 64.056.475 na cidade de Teresina/PI, com o capital destacado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

3. DA CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

Todas as cláusulas contratuais, inclusive as alteradas e incluídas na própria alteração, mantendo-se, assim, atualizado o contrato social.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 193262967 - 25/07/2019. Autenticação: 7792FE4B9265F8258657156092805FE18BA153. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança 521. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

pág. 3/20

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
SITRAN – SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ 16.502.551/0001-93
NIRE 312.009.6491-2

AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ, brasileira, viúva, empresária, natural de Vargem Bonita – MG, nascida em 10/12/1944, inscrita no RG sob o nº MG-3.209.758 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 508.675.806.82, residente e domiciliada na Rua Rafael Gonçalves Tomé, 96, Centro, Piumhi – MG, CEP. 37.925-000;

ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ LEONEL, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, natural de Belo Horizonte – MG, nascida em 02/10/1977, inscrita no RG sob o nº MG-6.087.589 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 038.592.486.66, residente e domiciliada na Rua Professor Raimundo Cândido, 52, Apto. 1502, Bairro Belvedere, Belo Horizonte – MG, CEP 30.320-650;

JOÃO ANTÔNIO GONÇALVES TOMÉ, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Belo Horizonte – MG, nascido em 22/03/1982, inscrito no RG sob o nº MG-11.290.745, inscrito no CPF sob o nº 046.026.996.85, residente e domiciliado na Rua Rafael Gonçalves Tomé, 96, Centro, Piumhi – MG, CEP. 37.925-000;

SIMONE GONÇALVES TOMÉ, brasileira, solteira, empresária, natural de Belo Horizonte – MG, nascida em 06/06/1972, inscrita no RG sob o nº MG-6.087.588 expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 015.063.066.24, residente e domiciliada na Rua Ney Lambert, 31, Bairro Belvedere, Belo Horizonte – MG, CEP 30.320-440;

GERALDO MAGELA TERRA, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, engenheiro eletricitista, natural de Piumhi – MG, nascido em 18/12/1960, inscrito no RG nº 38.451/D, expedida pelo CREA – 4ª. Região, inscrito no CPF sob o nº 363.412.156-49, residente e domiciliado em Nova Lima/MG, Rua Alameda do Morro, 85, apartamento 1.500, Edifício Cronos, Bairro Vila da Serra, CEP 34.006-083.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **SITRAN – SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA.**, resolvem, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, consolidar o seu contrato social, que se regerá pelas cláusulas e condições adiante especificadas.

1. DA DENOMINAÇÃO E SEDE

1.1. A sociedade continua girando sob a denominação social de **SITRAN – SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 16.502.551/0001-93, estabelecida na Rua Nair Camilo dos Reis, 850, Bairro CDI do Jatobá, CEP 30.664-002, Belo Horizonte – MG, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais Sob o NIRE 312.009.6491-2, podendo estabelecer demais filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo às disposições legais vigentes.

1.2. A sociedade mantém as seguintes filiais:

- 1 - Rua Aldo Borges Leão, nº 141, Bairro Chácara Bela Vista, CEP 38.412-417 na cidade de Uberlândia/MG;
- 2 - Rua André Gonçalves, nº 81, LJ, Pituáçu, CEP.41.741-020, na cidade de Salvador/BA;
- 3 - Estrada do Limoeiro, nº 95, Bairro Parque Meia Lua, CEP 12.335-360, na cidade Jacareí/SP;
- 4 - Av. Marechal Costa e Silva nº 6.211, Bairro Vila Brasil, CEP 14.075-610, na cidade de Ribeirão Preto/SP;
- 5 - Rua Maestro Gabriel Migliori, nº 230, Bairro do Limão, CEP 02.712-140, na cidade de São Paulo/SP;
- 6 - Avenida Dr. Seth Hur Cardoso, 519, Vila Nossa Senhora Aparecida, CEP. 14.808-701, na cidade de Araraquara/SP;



7 - Rua Joaquim Deodato, nº 913, Centro, CEP. 60.150-240, na cidade de Fortaleza/CE;

8 - Estrada Taboão do Parateli, Km 3, Bairro do Taboão, CEP 08.840-600, na cidade de Mogi das Cruzes/SP;

9 - Rodovia Prefeito Fábio Talarico, Km 43, Bairro Zona Rural, CEP: 14.403-000, na cidade de Franca/SP;

10 - Rua Kriptônio, nº 366, Coopahfé, CEP. 79.021-340, na cidade de Campo Grande/MT;

11 - Av. Prof. Fernando Duarte Rabelo, nº 625 - Sala 03 e 04, Bairro Maria Ortiz, CEP.29.070-440, na cidade de Vitória/ES;

12 - Rua Coronel Cesar, nº 1.728, Morada do Sol, Sala A, CEP. 64.056.475 na cidade de Teresina/PI.

Parágrafo Primeiro: É destacado, em cada uma das filiais retro mencionadas, um capital de R\$ 1.000,00 (hum mil reais);

Parágrafo Segundo: As filiais funcionam com os mesmos objetivos sociais da matriz com a exceção dos itens "b", "c" e "d" previsto na cláusula 2 (dois) do presente contrato.

Parágrafo Terceiro: A sociedade mantém, na Rua Candido Gaffree, nº 50/52- Parte, Bairro Urca, CEP 22.291-080, na cidade do Rio de Janeiro/ RJ, com capital destacado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), que funciona como simples escritório administrativo;

Parágrafo Quarto: A sociedade mantém na Estrada Municipal de João Rodrigues de Moraes, Bairro da Lagoa, nº 2.235, CEP: 06.860-400, na cidade de Itapeverica da Serra/SP com capital destacado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), que funciona como depósito fechado.

2. DO OBJETIVO SOCIAL

2.1. A sociedade tem por objetivos sociais todas as operações que envolvem direta ou indiretamente:

- a) Comercialização, instalação de sistemas de iluminação e sinalização luminosas em vias urbana, rodoviária, ferroviária, portos e aeroportos, orientação e propaganda, bem como de dispositivos para controle de trânsito em todos os seus ramos específicos, derivados ou semelhantes;
- b) Fabricação de letras, Letreiros e Placas de qualquer natureza;
- c) Fabricação de estruturas metálicas;
- d) Fabricação e comercialização de equipamentos elétricos, eletrônicos e mecânicos (Radares e Semáforos) para detecção, medição de velocidade, monitoramento, controle de tráfego, inclusive serviços de hardware e software em geral;
- e) Prestação de serviços de implantação, manutenção e operação de equipamentos elétricos, eletrônicos e mecânicos (Radares e Semáforos) para detecção, medição de velocidade, monitoramento, controle de tráfego, inclusive serviços de hardware e software em geral;
- f) Locação de mão-de-obra, veículos, máquinas e equipamentos;
- g) Remoção, locomoção e guarda de veículos automotores em geral;
- h) Administração, operação e exploração em regime de concessão, parceria pública-privada ou qualquer outro, na área de infraestrutura tais como rodovias, pontes, túneis, ferrovias, saneamento, iluminação pública, portos, aeroportos, terminais rodoviários, estacionamentos rotativos, pátios de recolhimento de veículos, etc.;



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 193262967 - 25/07/2019. Autenticação: 7792FE4B9265F6256657156092806FE18BA153, Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança SZjt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bonfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bonfim
Secretária-Geral

pág. 5/20

- i) Construção, implantação, operação, manutenção e gerenciamento de sistema de estacionamentos em todos os seus segmentos;
- j) Serviços de engenharia de tráfego rodoviário e urbano, compreendendo planejamento, consultoria, operação da via e atendimento ao usuário;
- k) Prestação de serviços de gerenciamento de tráfego de carga rodoviário e urbano, envolvendo o fornecimento, instalação, manutenção e operação de sistemas de pesagem em todas as suas formas;
- l) Sinalização com pintura, instalação de placas de sinalização de tráfego e semelhantes, conservação, obras de arte, dispositivos de segurança, obras complementares em áreas urbanas, rodovias, portos, aeroportos, túneis, pontes e ferrovias;
- m) Serviços de Limpeza urbana e gerenciamento ambiental, compreendendo varrição, capina manual e química, coleta, transporte e tratamento de lixo;
- n) Projetos de engenharia em geral, compreendendo elaboração, estudos, cálculos, consultas, planejamento, acompanhamento, supervisão, e fiscalização de projetos e obras, etc.;
- o) Serviços de Escritório e Apoio Administrativo;
- p) Exploração de serviços de construção, terraplenagem, pavimentação e manutenção nas áreas da engenharia civil, elétrica a mecânica, incorporação, administração e empreitada;
- q) Gestão de Ativos de iluminação pública, bem como, construção, manutenção, eficiência energética e cadastro georeferenciado;
- r) Execução de obras relacionadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a inspeção e manutenção e sistemas de medição e controle;
- s) Participação como quotista ou acionista em outras sociedades empresariais e realização de investimentos de qualquer espécie e em qualquer setor;
- t) Atividades de teleatendimento (Call Center);
- u) Desenvolvimento de Programas de computador (Software);
- v) Estudos geológicos, ensaios de materiais, controle tecnológicos e de qualidades;

3. DO PRAZO

3.1. A sociedade iniciou suas atividades em 04/06/1971, sendo por prazo indeterminado o seu tempo de duração.

4. DO CAPITAL SOCIAL

4.1. O capital social é de **R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais)**, divididos em **18.000.000 (dezoito milhões)** de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente do País, e distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ	8.070.840	R\$ 8.070.840,00	44,84%



ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ LEONEL	2.709.720	R\$ 2.709.720,00	15,05%
JOÃO ANTÔNIO GONÇALVES TOMÉ	2.709.720	R\$ 2.709.720,00	15,06%
SIMONE GONÇALVES TOMÉ	2.709.720	R\$ 2.709.720,00	15,05%
GERALDO MAGELA TERRA	1.800.000	R\$ 1.800.000,00	10,00%
TOTAL	18.000.000	R\$ 18.000.000,00	100%

4.2. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

5.1. A administração geral da sociedade caberá exclusivamente à sócia **AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ**, já qualificada, que fará uso da denominação social isoladamente, podendo assinar contratos, distratos, movimentar contas bancárias, assinar documentos diversos, além da representação ativa, passiva, judicial e extrajudicial, perante quaisquer terceiros, inclusive repartições públicas federais, estaduais e municipais, e praticar todos os atos necessários ao objetivo social, única e exclusivamente em negócios de puro interesse da sociedade, sendo-lhe vedado seu uso em avais, fianças, endossos, abonos e similares, quer em proveito próprio e ou de terceiros, sendo expressamente vedado o seu uso em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações, seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos sócios que representem no mínimo a 70% (setenta por cento) das quotas que compõem o capital;

5.2. A Administradora poderá constituir, em nome da Sociedade, um ou mais procuradores, sócios ou não, para agirem com poderes específicos e especificados no instrumento de mandato, inclusive para o foro em geral, bem como para representá-la nos negócios em geral, junto a repartições públicas e instituições públicas e privadas;

5.3. Exceto as deliberações sociais que exigirem quorum especial, previstas no Código Civil, as demais deliberações sociais serão consideradas aprovadas quando tomadas por sócios que representem a 70% (setenta por cento) das quotas que compõem o capital social.

5.4. As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, conforme estabelecido no art. 1.072 da Lei nº 10.406/2002.

5.5. Ao término da cada ano civil, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do balanço patrimonial e demonstração de resultados, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados, ou outras deliberações tomadas mediante deliberação social.

5.6. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício anual os sócios deliberarão sobre as contas, destinação dos resultados e designarão administradores quando for o caso.

6. LUCROS OU PREJUÍZOS

6.1. O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro do mesmo ano. Os lucros apurados ao fim de cada exercício social serão distribuídos aos sócios, podendo haver distribuição não proporcional as quotas dos mesmos, ou permanecerem em suspenso até posterior deliberação dos sócios quanto à sua destinação.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZAÇÃO DE TRÁFEGO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 193262967 - 25/07/2019. Autenticação: 7792FE4B9265F8256657156092806FE188A153. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança 5Zj. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 7/20

6.2. Caso sejam apurados prejuízos, serão eles suportados pelos sócios na proporção de sua participação na sociedade, ou conservados na conta própria da contabilidade, para compensações futuras, de acordo com a legislação em vigor.

7. RETIRADAS

7.1. A sócia **AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ**, fará jus a uma retirada mensal a título de "Pró-Labore", determinado de comum acordo entre eles, importância essa que será levada a débito da conta **DESPESAS ADMINISTRATIVAS**.

8. FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO

8.1. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros e sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado para tal fim, levando-se ainda em consideração o potencial do negócio e as condições gerais favoráveis e desfavoráveis.

8.2. Deverão ser quitadas em até 60(sessenta) parcelas mensais e consecutivas, atualizadas mensalmente de modo a manter o adequado equilíbrio econômico financeiro para ambas as partes. As partes poderão ainda negociar outras formas de pagamento, levando-se em consideração as reais condições econômico-financeiras demonstradas pela empresa em suas demonstrações contábeis, na ocasião.

8.3. Na hipótese das transferências das quotas aos herdeiros, caso venham a ocorrer, serão automaticamente vinculadas às condições restritivas de incomunicabilidade, impenhorabilidade e usufruto vitalício, para todos os efeitos legais.

8.4. A retirada de qualquer sócio, por qualquer motivo, morte ou incapacidade prevista em lei, não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com seus herdeiros e sucessores legítimos previstos em lei, de acordo com as determinações do Código Civil e do presente Contrato Social, e consequente alteração contratual.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

9. CESSÃO TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS OU RETIRADA DA SOCIEDADE

9.1. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

9.2. Não havendo manifestação por parte dos demais sócios no sentido de exercer o direito de preferência, no prazo de 60 (sessenta) dias da notificação do interesse de venda, o sócio retirante poderá vender suas quotas a terceiros, respeitadas e comprovadas as igualdades de condições estabelecidas de modo a se preservar o princípio da igualdade.

9.3. As quotas do capital desta sociedade não podem ser utilizadas pelos sócios para garantir obrigação destes perante terceiros, sendo vedada a penhora das quotas desta sociedade para a garantia de obrigações particulares dos sócios, até porque nenhum estranho será recebido neste ambiente social sem a concordância de todos os sócios. Esta vedação impede, inclusive, a inclusão de sócios pela arrematação das quotas em hasta pública, pela adjudicação judicial ou por decorrência de execuções ou qualquer processo judicial contra sócios ou a própria sociedade.



9.4. Todos os quotistas que não estejam ou estiverem em regime de casamento ou de união estável oficializada ou não, se comprometem, perante a todos e perante a sociedade, a sempre, em todo e qualquer caso e tempo, contratarem pacto fixando obrigatoriamente regime de bens no casamento ou união, que não importe em transferência de quotas e/ou quaisquer direitos referentes a esta sociedade a terceiros, a qualquer título. Em caso de descumprimento, estes quotistas e seus respectivos terceiro(s) fica(m) sujeito(s) à imediata exclusão da sociedade, com o pagamento de seus haveres pelo valor patrimonial contábil da quota, em 60 (sessenta) parcelas iguais e consecutivas.

10. DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

10.1. Os sócios e os administradores declaram, sob as penas da Lei, em especial ao que dispõe o art. 1.011, § 1º de Lei 10.406 de 10/01/2002, não estarem incursos em nenhum dos impedimentos previstos em lei que os proíbam de exercer atividades empresárias.

11. LEGISLAÇÃO SUPLETIVA

11.1. A Sociedade ficará sujeita, supletivamente, à lei que rege as sociedades por ações (Lei nº 6.404/76) e a Lei nº 10.406 de 10/01/2002.

12. Foro

12.1. Os casos omissos ou dúvidas que surgirem na vigência do presente instrumento serão dirimidos de acordo com a legislação aplicável, e, em especial, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.406 de 10/01/2002, no que concerne às sociedades simples, tendo sido eleito pelas partes contratantes o foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, renunciado-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento em (05) cinco vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, 16 de julho de 2019.

AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ
SÓCIA – ADMINISTRADORA

ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ LEONEL
SÓCIA

JOÃO ANTÔNIO GONÇALVES TOMÉ
SÓCIO

SIMONE GONÇALVES TOMÉ
SÓCIA

GERALDO MAGELA TERRA
SÓCIO





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/326.296-7	MGE1900473113	25/07/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME
038.592.466-66	ANA CRISTINA GONCALVES TOME LEONEL
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA
046.026.996-85	JOAO ANTONIO GONCALVES TOME
015.063.066-24	SIMONE GONCALVES TOME

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL

Eu, AMALIA DARCY GONÇALVES TOME, BRASILEIRA, VIUVO, EMPRESARIA,
DATA DE NASCIMENTO 10/12/1944, RG Nº 3209758 SSP-MG, CPF 508.675.806-82,
RUA RAFAEL GONÇALVES TOME, Nº 96, BAIRRO CENTRO, CEP 37925-000, PIUMHI -
MG, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados
digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem
possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS
RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Piumhi, 01 de Agosto de 2019.

AMALIA DARCY GONÇALVES TOME
Assinado digitalmente por certificação A3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 193262967 - 25/07/2019, Autenticação: 7792FE4B9265F8256857156092806FE18BA153. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança 5Zj. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

10/03/2020
assinado digitalmente
Marinely de Paula Bomfim

pág. 11/20

**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL**

Eu, ANA CRISTINA GONÇALVES TOME LEONEL, BRASILEIRA, CASADO, EMPRESARIA, DATA DE NASCIMENTO 02/10/1977, RG Nº 6087589 SSP-MG, CPF 038.592.466-66, RUA PROFESSOR RAIMUNDO CANDIDO, Nº 52, APTO 1502, BAIRRO BELVEDERE, CEP 30320-650, BELO HORIZONTE - MG, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Belo Horizonte, 01 de Agosto de 2019.

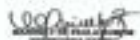
ANA CRISTINA GONÇALVES TOME LEONEL

Assinado digitalmente por certificação A3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 193262967 - 25/07/2019. Autenticação: 7792FE489265F8256657156092808FE18BA153. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança SZ8. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


Secretária-Geral

pág. 12/20

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL

Eu, JOAO ANTONIO GONÇALVES TOME, BRASILEIRA, SOLTEIRO, EMPRESARIO,
DATA DE NASCIMENTO 22/03/1982, RG Nº 11290745 SSP-MG, CPF 046.026.996-
85, RUA RAFAEL GONÇALVES TOME, Nº 96, BAIRRO CENTRO, CEP 37925-000,
PIUMHI - MG, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados
digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem
possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS
RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Piumhi, 01 de Agosto de 2019.

JOAO ANTONIO GONÇALVES TOME
Assinado digitalmente por certificação A3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e
protocolo 193262967 - 25/07/2019. Autenticação: 7792FE4B9265F8256657156092806FE188A153, Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança SZjt Esta cópia
foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


Secretária-Geral

pág. 13/20

**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL**

Eu, SIMONE GONÇALVES TOME, BRASILEIRA, SOLTEIRO, EMPRESARIA, DATA DE NASCIMENTO 06/06/1972, RG Nº 6087588 SSP-MG, CPF 015.063.066-24, RUA NEY LAMBERT, Nº 31, BAIRRO BELVEDERE, CEP 30320-440, BELO HORIZONTE - MG, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Piumhi, 01 de Agosto de 2019.

SIMONE GONÇALVES TOME

Assinado digitalmente por certificação A3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 193262967 - 25/07/2019. Autenticação: 7792FE489265F8256657156092806FE188A153. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança SZ3. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


Secretária-Geral

pág. 14/20

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL
REGISTRO DIGITAL

Eu, GERALDO MAGELA TERRA, BRASILEIRA, CASADO, ENGENHEIRO ELETRICISTA, DATA DE NASCIMENTO 18/12/1960, RG Nº 38451/D CREA 4ª REGIAO-MG, CPF 363.412.156-49, ALAMEDA DO MORRO, Nº 85, APTO 1500, BAIRRO VILA DA SERRA, CEP 34006-083, NOVA LIMA - MG, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Piumhi, 01 de Agosto de 2019.

GERALDO MAGELA TERRA
Assinado digitalmente por certificação A3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 193262967 - 25/07/2019. Autenticação: 7792FE489265F8256657156092806FE18BA153. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança 5Zjl Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


Secretária-Geral

pág. 15/20




Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Mato Grosso do Sul
 Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul
 Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição

Nome Empresarial:	SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA		
Número de Identificação do Registro:	3120096491-2		
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela			
Nire	CNPJ	Endereço	
5490034859-8	16.502.551/0027-22	RUA NILSON VIEIRA DE MATTOS, 5225, BAIRRO VILA CUIABA, 79841-030, DOURADOS/MS	
Último Arquivamento: 07/12/2016		Número: 54900348598	Situação da filial: ATIVA
Ato	310	- OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESARIAL/EMPRESARIO	
Evento(s)	029	- ABERTURA DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF	
NADA MAIS#			

Campo Grande, 01 de Agosto de 2019 09:13


 ANILSON DOMINGOS DA SILVA
 SECRETÁRIO GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMS (<http://www.jucems.ms.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
 1) Validação por envio de arquivo (upload)
 2) Validação visual (digite o nº C190000330103 e visualize a certidão)



19/072.897-3

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
 Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 193262967 - 25/07/2019. Autenticação: 7792FE4B9265F8256657156092806FE188A153. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança 529. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

 pág. 16/20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/326.296-7	MGE1900473113	25/07/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 193262967 - 25/07/2019. Autenticação: 7792FE4B9265F8256657156092806FE18BA153. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança SZjt Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Assinatura
Assinatura digital

pág. 17/20



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, de nire 3120096491-2 e protocolado sob o número 19/326.296-7 em 25/07/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7413210, em 02/08/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Laura Aparecida Vieira.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
046.026.996-85	JOAO ANTONIO GONCALVES TOME
038.592.466-66	ANA CRISTINA GONCALVES TOME LEONEL
015.063.066-24	SIMONE GONCALVES TOME
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
038.592.466-66	ANA CRISTINA GONCALVES TOME LEONEL

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
046.026.996-85	JOAO ANTONIO GONCALVES TOME

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
015.063.066-24	SIMONE GONCALVES TOME

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 2

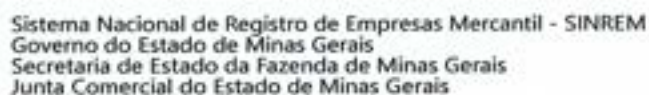


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 3120096491-2 e protocolo 19/326.296-7 - 25/07/2019. Autenticação: 7792FE4B9265F8258657156092806FE188A153. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança 5Z8. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

assinado digitalmente
assinatura eletrônica

pág. 18/20



Junta-Comercial do Estado de Minas Gerais

Declaración Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA

Belo Horizonte, Sexta-feira, 02 de Agosto de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 2 de 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 193262967 - 25/07/2019. Autenticação: 7792FE4B9265F8256657156002906FE18BA153. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.rmg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança SZT Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

W. D. Smith

pdf 19/20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
013.882.966-75	LAURA APARECIDA VIEIRA
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, Sexta-feira, 02 de Agosto de 2019





Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7413210 em 02/08/2019 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 193262967 - 25/07/2019. Autenticação: 7792FE4B9265F8256657156092806FE188A153. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/326.296-7 e o código de segurança 5Zjl Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Assinatura digital

pág. 20/20

 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)		Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio	
31200964912		2062		
1 - REQUERIMENTO				
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais				
Nome: SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)				
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:			Nº FCN/REMP  MGE2100351916	
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	021			ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS
BELO HORIZONTE Local 27 Abril 2021 Data				
Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio: Nome: _____ Assinatura: _____ Telefone de Contato: _____				
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL				
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR <input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA				
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO				
Processo em Ordem À decisão ____/____/____ Data _____ Responsável				
DECISÃO SINGULAR <input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquivar-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
2ª Exigência <input type="checkbox"/> 3ª Exigência <input type="checkbox"/> 4ª Exigência <input type="checkbox"/> 5ª Exigência <input type="checkbox"/> ____/____/____ Data Responsável				
DECISÃO COLEGIADA <input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e arquivar-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
2ª Exigência <input type="checkbox"/> 3ª Exigência <input type="checkbox"/> 4ª Exigência <input type="checkbox"/> 5ª Exigência <input type="checkbox"/> ____/____/____ Data Vogal Vogal Vogal Presidente da _____ Turma				
OBSERVAÇÕES				





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/372.498-7	MGE2100351916	27/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8495055 em 27/04/2021 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 213724987 - 27/04/2021. Autenticação: A53614D81E1BFD3CD56965F267AD9DB7DEBB198. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/372.498-7 e o código de segurança kvcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Assinatura digital

pág. 2/7

ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS DA "SITRAN SINALIZAÇÃO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA." - com sede em Belo Horizonte/MG
CNPJ: 16.502.551/0001-93
NIRE: 312.009.6491-2

Aos 28 dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, as quatorze horas, em 1ª convocação, nos termos do Art. 1.071 e seguintes do Código Civil Brasileiro, reuniram-se os sócios da sociedade empresária limitada na sede social da empresa, **SITRAN SINALIZAÇÃO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA.**, estabelecida na Rua Nair Camilo dos Reis, nº 850, Bairro CDI do Jatobá, CEP: 30.664-002, em Belo Horizonte, inscrita no CNPJ sob o nº 16.502.551/0001-93, e na JUCEMG sob o nº 312.009.6491-2, representada neste ato por seus únicos sócios **AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ**, brasileira, viúva, empresária, portadora da carteira de identidade nº M-329.758, expedida pela secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF nº 508.675.806-82, residente e domiciliada à Rua Rafael Gonçalves Tomé, 96, Centro, Plumhi/MG, CEP: 37.925-000; **ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ LEONEL**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da carteira de identidade nº M-6.087.589 expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF 038.592.466-88, residente e domiciliada à Rua Flamboy, nº 68, Apto 1000 - Bairro Vale do Sereno, CEP.34.003-074 em Nova Lima/MG, **JOAO ANTONIO GONÇALVES TOME**, brasileiro, solteiro, nascido em 22/03/1982, natural de Belo Horizonte/MG, empresário, portador da carteira de identidade nº M-11.290.745 expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF 046.026.996-85, residente e domiciliado à Rua Rafael Gonçalves Tomé, 96, Centro, Plumhi/MG, CEP: 37.925-00, **SIMONE GONÇALVES TOME**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da carteira de identidade nº M-6.087.588, expedida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais, CPF 015.063.066-24, residente e domiciliado na Rua Ney Lambert, nº 31, Bairro Belvedere, CEP: 30.320-440 em Belo Horizonte/MG, **GERALDO MAGELA TERRA**, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, engenheiro eletricitista, natural de Plumhi/MG, portador da carteira de identidade nº 38.451/D, expedida pelo CREA - 4 a. Região, CPF nº 363.412.156-49, residente e domiciliado na Alameda do Morro, 85, apartamento 1.500, Edifício Chronos, Bairro Vila da Serra, Nova Lima - MG, CEP 34.006-083, os quais após os cumprimentos cordiais, compuseram entre si, a mesa, sendo o Sra. **AMÁLIA DARCY GONÇALVES TOMÉ**, convidada a presidir a presente sessão e a Sra. **ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ LEONEL**, a secretariar, o que fora devidamente aceito por todos.

A Senhora Presidente leu a ordem do dia, para qual foi convocada para reunião e que tem o seguinte teor: **1)** Tomar as contas da administradora do exercício de 2020; **2)** Deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico do exercício de 2020; **3)** Ato de Ratificação da Cláusula 5.1 do Contrato Social da sociedade empresária **SITRAN SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA.**, pela qual a sócia Amália Darcy Gonçalves Tomé é nomeada administradora da mesma.

Iniciando-se os trabalhos, a presidente colocou em votação os assuntos da pauta, restando assim decidido: **1)** Tomar as contas do exercício de 2020 da administradora, ficando assim acertados em votação unânime: Após apresentação das contas da gestão da administradora do exercício de 2020, seus resultados foram devidamente aprovados, sem ressalvas. **2)** Deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico do exercício de 2020, ficando assim acertado em votação unânime: Após a apresentação das demonstrações contábeis do exercício de 2020, seus resultados foram devidamente aprovados, sem ressalvas. **3)** Finalmente, no que pertine ao Ato de Ratificação da Cláusula 5.1 do Contrato Social da sociedade empresária **SITRAN SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA.**, pela qual a Sócia Amália Darcy Gonçalves Tomé é nomeada administradora da mesma: A proposição foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade, ficando assim ratificada e aprovada a manutenção da sócia Amália Darcy Gonçalves Tomé na administração da sociedade, com todos os poderes expressos no ato constitutivo, sem ressalvas.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8495055 em 27/04/2021 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 213724987 - 27/04/2021, Autenticação: A53614D81E1BFD3CD56965F267AD9DB7DEBB198. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/372.498-7 e o código de segurança kvpc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
 Secretária-Geral

pág. 3/7

A sociedade declara que não está inserida no art.3º da lei 11.638/07, por não se tratar de sociedade de grande porte.

Belo Horizonte, 26 de Abril de 2021.

AMALIA DARCY GONÇALVES TOMÉ

ANA CRISTINA GONÇALVES TOMÉ LEONEL

SIMONE GONÇALVES TOMÉ

JOÃO ANTONIO GONÇALVES TOMÉ

GERALDO MAGELA TERRA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8495055 em 27/04/2021 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 213724987 - 27/04/2021. Autenticação: A53614D81E1BFD3CD56965F267AD9D87DEBB198. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/372.498-7 e o código de segurança kvcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 4/7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/372.498-7	MGE2100351916	27/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME
038.592.466-66	ANA CRISTINA GONCALVES TOME LEONEL
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA
046.026.996-85	JOAO ANTONIO GONCALVES TOME
015.063.066-24	SIMONE GONCALVES TOME

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8495055 em 27/04/2021 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 213724987 - 27/04/2021. Autenticação: A53614D81E1BFD3CD56965F267AD9DB7DEBB198. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/372.498-7 e o código de segurança kvcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 5/7



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, de NIRE 3120096491-2 e protocolado sob o número 21/372.498-7 em 27/04/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8495055, em 27/04/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Guilherme Ribeiro Lobato Bicalho.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/validarDocumento/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
046.026.996-85	JOAO ANTONIO GONCALVES TOME
038.592.466-66	ANA CRISTINA GONCALVES TOME LEONEL
015.063.066-24	SIMONE GONCALVES TOME
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
488.991.946-53	ATAIR APARECIDO PINTO

Belo Horizonte, terça-feira, 27 de abril de 2021



Documento assinado eletronicamente por Guilherme Ribeiro Lobato Bicalho, Servidor(a) Público(a), em 27/04/2021, às 17:44 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/372.498-7.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8495055 em 27/04/2021 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 213724987 - 27/04/2021. Autenticação: A53614D81E18FD3CD56965F267AD9DB7DEBB198. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/372.498-7 e o código de segurança kvcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Secretaria de Estado da Fazenda
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

pág. 6/7



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, terça-feira, 27 de abril de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8495055 em 27/04/2021 da Empresa SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA, Nire 31200964912 e protocolo 213724987 - 27/04/2021. Autenticação: A53614D81E18FD3CD56965F267AD9DB7DEBB198. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/372.498-7 e o código de segurança kvcp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
Secretária-Geral

pág. 7/7



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **21/513.927-5**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA**, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, NIRE 3120096491-2, CNPJ 16.502.551/0001-93, ATIVA, com sede na RUA NAIR CAMILLO DOS REIS, 850, BAIRRO CDI JATOBA, BELO HORIZONTE/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e informe o nº de protocolo C215001382673 e o código de segurança jCeI. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONTRATO	19/07/1971	261012	04/07/1971
ALTERACAO	12/06/1972	278838	26/05/1972
ALTERACAO	31/01/1974	317978	27/12/1973
ALTERACAO	27/12/1978	465787	01/12/1978
ALTERACAO	29/03/1979	471351	01/03/1979
ALTERACAO	18/06/1979	476785	31/05/1979
ALTERACAO	16/10/1979	487227	03/10/1979
ALTERACAO	17/11/1981	549044	01/10/1981
ALTERACAO	23/04/1982	560926	25/03/1982
ALTERACAO	28/04/1983	594011	19/04/1983
ALTERACAO	22/01/1985	655429	03/01/1985
ALTERACAO	15/07/1986	748964	02/07/1986
ALTERACAO	27/04/1987	785933	22/04/1987
ALTERACAO	07/06/1988	841806	20/05/1988
ALTERACAO	20/11/1989	930804	10/11/1989
ALTERACAO	06/03/1990	950974	23/02/1990
ALTERACAO	04/09/1990	989933	01/08/1990
ALTERACAO	30/01/1991	1019856	22/01/1991
ALTERACAO	05/06/1991	1043627	27/05/1991
ALTERACAO	18/11/1991	1083567	24/10/1991
ALTERACAO	06/02/1992	1099556	16/01/1992
ALTERACAO	09/04/1992	1110781	24/03/1992
ALTERACAO	26/11/1992	1166478	05/11/1992
ALTERACAO	14/07/1993	1214879	07/07/1993
ALTERACAO	03/08/1994	1297389	06/07/1994
ALTERACAO	03/04/1997	1530039	07/03/1997
ALTERACAO	06/11/1998	1692068	27/10/1998
ALTERACAO	16/07/1999	1787092	13/07/1999
ALTERACAO	18/11/1999	1834725	20/08/1999
ALTERACAO	15/12/1999	1846689	30/11/1999
ALTERACAO	18/01/2000	1865366	14/01/2000
ALTERACAO	29/06/2001	2623641	20/04/2001
ALTERACAO	14/12/2001	2683429	06/12/2001
ALTERACAO	07/02/2003	2906150	06/01/2003
ALTERACAO	14/03/2003	2916848	06/01/2003
ALTERACAO	23/10/2003	3007205	14/10/2003
BALANCO	31/10/2003	3010831	31/12/2002
ALTERACAO	17/02/2004	3110020	16/01/2004
ALTERACAO	15/04/2004	3152013	31/03/2004
ALTERACAO	15/07/2004	3196054	18/05/2004
ALTERACAO	05/07/2005	3381951	23/06/2005
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	11/07/2005	3380275	29/04/2005

Página 2 de 4

Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e informe o nº de protocolo C215001382673 e o código de segurança jCel. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
BALANCO	24/11/2005	3431554	31/12/2004
ALTERACAO	16/02/2006	3506209	17/01/2006
ALTERACAO	31/03/2006	3521568	15/03/2006
ALTERACAO	09/05/2006	3534872	08/05/2006
ALTERACAO	02/01/2007	3668456	19/12/2006
ALTERACAO	08/10/2007	3791920	02/10/2007
ALTERACAO	27/05/2009	4135899	31/03/2009
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	29/09/2009	4206150	28/04/2007
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	29/09/2009	4206149	28/04/2008
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	30/09/2009	4206893	28/04/2009
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	01/10/2009	4208111	28/04/2006
ALTERACAO	06/04/2010	4320591	16/03/2010
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	14/07/2010	4372458	28/04/2010
ALTERACAO	17/11/2010	4489383	25/10/2010
ALTERACAO	02/08/2011	4660765	08/07/2011
ALTERACAO	17/10/2011	4708551	16/09/2011
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	09/07/2012	4882539	28/04/2012
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA	09/10/2012	4938885	25/01/2012
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	31/01/2013	4997143	02/12/2012
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	08/03/2013	5015986	25/01/2012
ALTERACAO	09/05/2013	5048388	15/04/2013
ALTERACAO	08/10/2013	5159767	13/08/2013
ALTERACAO	23/04/2014	5260774	21/03/2014
ALTERACAO	27/02/2015	5465898	23/01/2015
ALTERACAO	21/10/2015	5601876	06/10/2015
ALTERACAO	27/01/2016	5691161	25/01/2016
ALTERACAO	25/02/2016	5707288	18/02/2016
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	15/03/2016	5718206	30/04/2015
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA	01/04/2016	5726751	30/04/2015
ALTERACAO	07/04/2016	5730536	04/04/2016
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	05/05/2016	5746284	27/04/2016
BALANCO	01/09/2016	5832763	31/12/2015
ALTERACAO	09/09/2016	5838404	31/08/2016
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	24/04/2017	6264403	19/04/2017
BALANCO	08/06/2017	6292502	31/12/2016
BALANCO	27/11/2017	6368960	31/12/2016
BALANCO	13/04/2018	6749479	31/12/2017
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	23/04/2018	6761560	18/04/2018
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	24/04/2018	6763901	18/04/2018
ALTERACAO	20/09/2018	7005249	10/08/2018
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	25/09/2018	7010146	06/08/2018
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	30/04/2019	7281842	26/04/2019

Página 3 de 4

Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e informe o nº de protocolo C215001382673 e o código de segurança jCel. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 22/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
BALANCO	15/05/2019	7302910	31/12/2018
ALTERACAO	02/08/2019	7413210	16/07/2019
MEDIDA ADMINISTRATIVA	18/09/2019	7475284	17/01/2019
MEDIDA ADMINISTRATIVA	19/09/2019	7479465	03/01/2019
MEDIDA ADMINISTRATIVA	19/09/2019	7479466	27/12/2018
MEDIDA ADMINISTRATIVA	19/09/2019	7481958	17/12/2018
MEDIDA ADMINISTRATIVA	19/09/2019	7481959	17/12/2018
MEDIDA ADMINISTRATIVA	19/09/2019	7481960	17/12/2018
MEDIDA ADMINISTRATIVA	19/09/2019	7481961	17/12/2018
MEDIDA ADMINISTRATIVA	19/09/2019	7481962	17/12/2018
MEDIDA ADMINISTRATIVA	19/09/2019	7481963	17/12/2018
BALANCO	22/04/2020	7810183	31/12/2019
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	23/04/2020	7810746	22/04/2020
BALANCO	27/04/2021	8493301	20/04/2021
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	27/04/2021	8495055	26/04/2021

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Nada mais.

Belo Horizonte, 22 de Junho de 2021.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA		Data de Arquivamento do Ato Constitutivo: 19/07/1971	
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA		Data de Início de Atividade: 08/07/2011	
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 3120096491-2	CNPJ: 16.502.551/0001-93		
Endereço Completo: RUA NAIR CAMILO DOS REIS 850 - BAIRRO CDI JATOBA CEP 30664-002 - BELO HORIZONTE/MG			
Objeto Social:			
<p>A) COMERCIALIZACAO INSTALACAO DE SISTEMAS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO LUMINOSAS EM VIAS URBANA RODOVIARIA FERROVIARIA PORTOS E AEROPORTOS ORIENTACAO E PROPAGANDA BEM COMO DE DISPOSITIVOS PARA CONTROLE DE TRANSITO EM TODOS OS SEUS RAMOS ESPECIFICOS DERIVADOS OU SEMELHANTES B) FABRICACAO DE LETRAS LETREIROS E PLACAS DE QUALQUER NATUREZA C) FABRICACAO DE ESTRUTURAS METALICAS D) FABRICACAO E COMERCIALIZACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS ELETRONICOS E MECANICOS (RADARES E SEMAFOROS) PARA DETECCAO MEDICAO DE VELOCIDADE MONITORAMENTO CONTROLE DE TRAFEGO INCLUSIVE SERVICOS DE HARDWARE E SOFTWARE EM GERAL E) PRESTACAO DE SERVICOS DE IMPLANTACAO MANUTENCAO E OPERACAO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS ELETRONICOS E MECANICOS (RADARES E SEMAFOROS) PARA DETECCAO MEDICAO DE VELOCIDADE MONITORAMENTO CONTROLE DE TRAFEGO INCLUSIVE SERVICOS DE HARDWARE E SOFTWARE EM GERAL F) LOCACAO DE MAO-DE-OBRA VEICULOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS G) REMOCAO LOCOMOCAO E GUARDA DE VEICULOS AUTOMOTORES EM GERAL H) ADMINISTRACAO OPERACAO E EXPLORACAO EM REGIME DE CONCESSAO PARCERIA PUBLICA-PRIVADA OU QUALQUER OUTRO NA AREA DE INFRA-ESTRUTURA TAIS COMO RODOVIAS PONTES TUNEIS FERROVIAS SANEAMENTO ILUMINACAO PUBLICA PORTOS AEROPORTOS TERMINAIS RODOVIARIOS ESTACIONAMENTOS ROTATIVOS PATIOS DE RECOLHIMENTO DE VEICULOS ETC I) CONSTRUCAO IMPLANTACAO OPERACAO MANUTENCAO E GERENCIAMENTO DE SISTEMA DE ESTACIONAMENTOS EM TODOS OS SEUS SEGMENTOS J) SERVICOS DE ENGENHARIA DE TRAFEGO RODOVIARIO E URBANO COMPREENDENDO PLANEJAMENTO CONSULTORIA OPERACAO DA VIA E ATENDIMENTO AO USUARIO K) PRESTACAO DE SERVICOS DE GERENCIAMENTO DE TRAFEGO DE CARGA RODOVIARIO E URBANO ENVOLVENDO O FORNECIMENTO INSTALACAO MANUTENCAO E OPERACAO DE SISTEMAS DE PESAGEM DINAMICA EM TODAS AS SUAS FORMAS L) SINALIZACAO COM PINTURA INSTALACAO DE PLACAS DE SINALIZACAO DE TRAFEGO E SEMELHANTES CONSERVACAO OBRAS DE ARTE DISPOSITIVOS DE SEGURANCA OBRAS COMPLEMENTARES EM AREAS URBANAS RODOVIAS PORTOS AEROPORTOS TUNEIS PONTES E FERROVIAS M) SERVICOS DE LIMPEZA URBANA E GERENCIAMENTO AMBIENTAL COMPREENDENDO VARRICAO CAPINA MANUAL E QUIMICA COLETA TRANSPORTE E TRATAMENTO DE LIXO N) PROJETOS DE ENGENHARIA EM GERAL COMPREENDENDO ELABORACAO ESTUDOS CALCULOS CONSULTAS PLANEJAMENTO ACOMPANHAMENTO SUPERVISAO E FISCALIZACAO DE PROJETOS E OBRAS ETC O) SERVICO DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO P) EXPLORACAO DE SERVICOS DE CONSTRUCAO TERRAPLENAGEM PAVIMENTACAO E MANUTENCAO NAS AREAS DA ENGENHARIA CIVIL ELETRICA E MECANICA INCORPORACAO ADMINISTRACAO E EMPREITADA Q) GESTAO DE ATIVOS DE ILUMINACAO PUBLICA BEM COMO CONSTRUCAO MANUTENCAO EFICIENTIZACAO ENERGETICA E CADASTRO GEOREFERENCIADO R) EXECUCAO DE OBRAS RELACIONADA A GERACAO TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA BEM COMO A INSPECAO E MANUTENCAO E SISTEMAS DE MEDICAO E CONTROLE S) PARTICIPACAO COMO QUOTISTA OU ACIONISTA EM OUTRAS SOCIEDADES IMPRESARIAIS E REALIZACAO DE INVESTIMENTOS DE QUALQUER ESPECIE E EM QUALQUER SETOR T) ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO (CALL CENTER) U) DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR (SOFTWARE) V) ESTUDOS GEOLOGICOS ENSAIOS DE MATERIAIS CONTROLE TECNOLOGICOS E DE QUALIDADE</p>			
Capital Social: R\$ 18.000.000,00 DEZOTO MILHÕES DE REAIS	Capital Integralizado: R\$ 18.000.000,00 DEZOTO MILHÕES DE REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte NÃO (Lei Complementar nº123/06)	Prazo de Duração INDETERMINADO

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210001382709 e visualize a certidão)



21/513.930-5





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:		SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA		
Natureza Jurídica:		SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
Sócio(s)/Administrador(es)				
CPF/NIRE	Nome	Tér. Mandato	Participação	Função
508.675.806-82	AMALIA DARCY GONCALVES TOME	xxxxxxxx	R\$ 8.070.840,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR
038.592.466-66	ANA CRISTINA GONCALVES TOME LEONEL	xxxxxxxx	R\$ 2.709.720,00	SOCIO
363.412.156-49	GERALDO MAGELA TERRA	xxxxxxxx	R\$ 1.800.000,00	SOCIO
046.026.996-85	JOAO ANTONIO GONCALVES TOME	xxxxxxxx	R\$ 2.709.720,00	SOCIO
015.063.066-24	SIMONE GONCALVES TOME	xxxxxxxx	R\$ 2.709.720,00	SOCIO
Status: XXXXXXXX		Situação: ATIVA		
Último Arquivamento: 27/04/2021		Número: 8495055		
Ato 021 - ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS				
Empresa(s) Antecessora(s)				
Nome Anterior	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA	xxxxxxxx	465787	xx	xxxxxxxx

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210001382709 e visualize a certidão)



21/513.930-5



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA
 Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
3590378193-9	16.502.551/0017-50	AVENIDA DOUTOR SETH HUIR CARDOSO, S/N, BAIRRO VILA NOSSA SENHORA APARECIDA, 14808-701, ARARAQUARA/SP
5490034859-8	16.502.551/0027-22	RUA KRIPTONIO, 366, BAIRRO COOPHAPE, 79021-340, CAMPO GRANDE/MS
XXXXXXX	XXXXXXX	RUA JOAQUIM DEODATO, 913, BAIRRO CENTRO, 60150-240, FORTALEZA/CE
XXXXXXX	XXXXXXX	RODOVIA PREFEITO FABIO TALARICO, KM, 43, BAIRRO ZONA RURAL, 14403-000, FRANCA/SP
XXXXXXX	XXXXXXX	ESTRADA JOAO RODRIGUES DE MORAES, 2235, BAIRRO LAGOA, 06860-400, ITAPECERICA DA SERRA/SP
XXXXXXX	XXXXXXX	ESTRADA DO LIMOEIRO, 95, BAIRRO PARQUE MEIA LUA, 12335-360, JACAREI/SP
XXXXXXX	XXXXXXX	ESTRADA TABOAO DO PARATEI, KM, 3, BAIRRO TABOAO, 08840-600, MOGI DAS CRUZES/SP
XXXXXXX	XXXXXXX	AVENIDA MARECHAL COSTA E SILVA, 6211, BAIRRO VILA BRASIL, 14075-610, RIBEIRAO PRETO/SP
XXXXXXX	XXXXXXX	RUA CANDIDO GAFFREE, 50, /52 PARTE, BAIRRO URCA, 22291-080, RIO DE JANEIRO/RJ
2990068104-1	16.502.551/0003-55	RUA ANDRE GONCALVES, 81, BAIRRO PITUACU, 41741-020, SALVADOR/BA
3590313052-1	16.502.551/0009-40	RUA MAESTRO GABRIEL MIGLIORI, 230, BAIRRO JARDIM PEREIRA LEITE, 02712-140, SAO PAULO/SP
XXXXXXX	XXXXXXX	RUA CORONEL CESAR, 1728, SALA A, BAIRRO MORADA DO SOL, 64056-475, TERESINA/PI
3190140832-3	16.502.551/0004-36	RUA ALDO BORGES LEAO, 000141, BAIRRO CHACARAS BELA VISTA, 38412-417, UBERLANDIA/MG
XXXXXXX	XXXXXXX	AVENIDA PROFESSOR FERNANDO DUARTE RABELO, 625, SALA: 03 E 04, BAIRRO MARIA ORTIZ, 29070-440, VITORIA/ES

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 22 de Junho de 2021 14:45

MARINELY DE PAULA ROMÃO
 SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210001382709 e visualize a certidão)



21/513.930-5

Página 3 de 3





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS



COMARCA DE CONGONHAS
OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS DO DISTRITO DE LOBO LEITE
Praça Dr. Álvaro Lobo Leite Pereira, nº 8, CEP 36.419-000 - Tel.: (31) 3733.3015
TITULAR: OMAR NASCIMENTO DOS REIS

Livro de Procurações Nº 15 TRASLADO Folha(s) Nº 113 a Nº 113

ESCRITURA PÚBLICA DE PROCURAÇÃO - Saibam, os que esta Escritura Pública de Procuração virem, que no dia 29 (vinte e nove) de outubro de 2019 (dois mil e dezenove) neste distrito de Lobo Leite, comarca de Congonhas, Estado de Minas Gerais, nesta Serventia, comparece, como Outorgante, **SITRAN - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA**, CNPJ nº 16.502.551/0001-93, sediada na Rua Nair Camilo dos Reis, nº 850, CEP 30664002, CDI Jatobá, Belo Horizonte - MG, legalmente representada por Amália Darcy Gonçalves Tomé, CPF 508.675.806-82, CI M-3.209.758-SSPMG, brasileira, viúva, empresária, residente e domiciliada na Rua Rafael Gonçalves Tomé, nº 96, CEP 37.925-000, Centro, Piumhi - MG, sócia administradora, conforme cláusula 5ª de sua última (57ª) alteração contratual registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 20.9.2018, sob o nº 7005249 e certidão simplificada datada de 23.10.2019, arquivadas nesta serventia. Pessoa juridicamente capaz; identificada conforme documentos apresentados e acima mencionados. Pela parte outorgante é dito que por meio deste instrumento de mandato outorga os poderes adiante declinados a **AFONSO VIEIRA LEONEL**, brasileiro, empresário, casado, portador da carteira de identidade nº M-8.001.198, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 038.893.916-80, residente e domiciliado em Belo Horizonte, na Rua Professor Raimundo Cândido, nº 52, apartamento 1.502, Bairro Belvedere. **Poderes:** com poderes para fim único e específico de isoladamente, representar a outorgante junto a Secretaria de Segurança Pública, DETRAN/MG, DETRAN/SP, DETRAN/RJ, demais DETRAN's, CET-SP, CET-RJ, BHTRANS, DNIT, TRANSALVADOR, DEER/MG, demais DER's, JUNTAS COMERCIAIS, em todo Território Nacional, Prefeituras Municipais e respectivas Secretarias, demais Órgãos Públicos e/ou Autarquia Federais, Estaduais e Municipais, Sociedades de Economia Mista e/ou Privada, Bancos e demais entidades financeiras, Órgãos Públicos, em geral, tratando e resolvendo todo e qualquer assunto que diga respeito aos direitos e interesse da outorgante, podendo para tanto receber cheques nominativos, devolver cauções, dar quitação, assinar contratos, constituir consórcios, credenciar representantes, participar de concorrências, cartas convites, pregões e tomadas de preços, cumprindo exigências, concordando, impugnando, exigindo, fiscalizando, oferecendo vantagem em caso de empate, formulando lances verbais, protestando, juntando, apresentando e assinando papéis e documentos, prestando declarações, informações e esclarecimentos, apresentando provas, interpondo defesas e recursos; requerendo, alegando, promovendo, assinando o que preciso for, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. **PRAZO:** O presente instrumento é **VÁLIDO ATÉ 31.12.2021**, contado da data de outorga do presente mandato, podendo ser revogado a qualquer tempo, se não mais convier à parte outorgante que o procurador continue exercendo atos em seu nome, **COM PRESTAÇÃO DE CONTAS, vedando-se vender, PODENDO SUBSTABELECER**. A outorgante declara, sob as penas da lei, não existir alteração contratual posterior a esta apresentada para a lavratura deste instrumento. Os dados de qualificação e de identificação do outorgado, bem como o objeto do presente mandato, foram fornecidos e conferidos pela outorgante e são de sua inteira responsabilidade. Foi realizada consulta pelo nº do CNPJ da outorgante à base da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, tendo o resultado sido negativo (código hash ee78. c82e. 4ee8. 4a6f. 4a8f. 5595. 1455. 75b4. 8bd3. 66a1). Assim, é solicitada a lavratura desta Escritura Pública de



Procuração, que sendo lida, é ratificada e assinada pela outorgante. Eu, Omar Nascimento dos Reis, Oficial de Registro Civil com Atribuição Notarial, a digitei e a subscrevo, encerrando ato. De todo o exposto, dou fé. (ass.) Amália Darcy Gonçalves Tomé. Trasladada em seguida
Selo(s): Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria-Geral de Justiça, nº ordinal do ofício: 00007247090111, atribuição: Registro Civil e Tabela de Notas, localidade: Lobo Leite, Congonhas - MG. Nº selo de consulta: CYF06734, código de segurança: 5596665028042807
Ato: 1458, quantidade Ato: 1. Emolumentos: R\$ 97,29. Recome: R\$ 5,84. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 32,41. Total: R\$ 137,49. Ato: 8101, quantidade Ato: 17. Emolumentos: R\$ 101,66. Recome: R\$ 6,12. Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 33,83. Total: R\$ 143,65. Valor Total dos Emolumentos: R\$ 198,95. Valor Total do Recome: R\$ 11,96. Valor Total da Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 66,24. Valor Total Final ao Usuário: R\$ 281,14. "Consulte a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>"



Omar Nascimento dos Reis
Oficial



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE
CONGONHAS - MG

Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Congonhas/MG, 17/03/2021.

SEL. DE CONSULTA: EHL53122

CÓDIGO SEGURANÇA: 9419560179650276

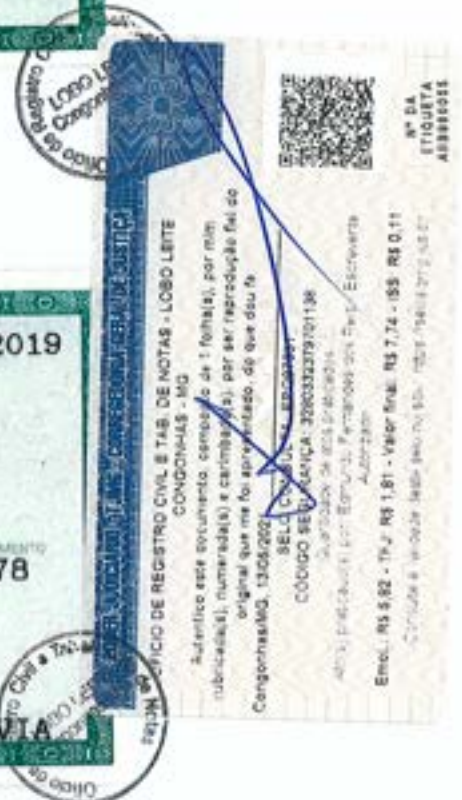
Quantidade de atos praticados: 1
Ass(s) praticado(s) por: Edmundo Fernandes dos Reis - Escrivão
Autorizado

Emol: R\$ 6,82 - T.F.J.: R\$ 1,81 - Valor final: R\$ 7,74 - ISS: R\$ 0,11

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Nº DA
ETIQUETA
AAU485576



VERSO
EM BRANCO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES E VEÍCULOS
SECRETARIA NACIONAL DE REGISTRAÇÃO

MG

Nome: ANGELA DARCY GONCALVES TOME

DOC. IDENTIDADE / REG. IDENT. VEIC
M3209758 SSP MG

CPF: 508.675.806-82 **DATA NASCIMENTO:** 10/12/1944

USUÁRIO: JOAO ANTONIO DE OLIVEIRA
MARIA REZENDE DE OLIVEIRA

PERMISSÃO: ☐ **ACC:** ☐ **CARNAU:** ☐

Nº RENOVADO: 01109667392 **VALIDADE:** 25/03/2022 **1ª EMISSÃO:** 26/06/1969

Observações:

João Darcy Gonçalves TOME
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: PIUM, MG **DATA EMISSÃO:** 27/03/2019

Edmundo Fernandes dos Reis
Diretor DE TRANSEG
ASSINATURA DO DIRETOR

06574081616
382553037668

MINAS GERAIS

PROTEÇÃO PLÁSTICA
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1766735172

PODER JUDICIÁRIO - TJMG / CONSELHORIA GERAL DE JUSTIÇA

OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE
CONGONHAS - MG

Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por min rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.

Congonhas/MG, 14/05/2024

SEL. O CONSULTA: EPQ27/807
CÓDIGO SEGURANÇA: 9192923110184681
Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por Edmundo Fernandes dos Reis - Escrevente Autorizado

Emal: R\$ 5,82 - T.F.J: R\$ 1,61 - Valor final: R\$ 7,74 - ISS: R\$ 0,11



Consulte a validade deste selo no site: <http://rselc.org.br>

LOBOLEITE
Congonhas/MG

Nº DA ETIQUETA
A99891245



VERSO
EM BRANCO

 Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial) <div style="font-size: 2em; font-weight: bold;">102</div>		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">31200810338</div>	Código da Natureza Jurídica <div style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2062</div>	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio 			
1 - REQUERIMENTO					
ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais					
Nome: <u>SELT ENGENHARIA LTDA</u> (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)					
requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:			Nº FCN/REMP  MGE2100208598		
Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO	
1	002			ALTERACAO	
		027	1	ALTERACAO DE FILIAL EM OUTRA UF	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> BELO HORIZONTE Local 9 Março 2021 Data </div> <div style="width: 50%;"> Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio: Nome: _____ Assinatura: _____ Telefone de Contato: _____ </div> </div>					
2 - USO DA JUNTA COMERCIAL					
<input type="checkbox"/> DECISÃO SINGULAR <input type="checkbox"/> DECISÃO COLEGIADA					
Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s): <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> SIM			Processo em Ordem À decisão ____/____/____ Data _____ Responsável		
<input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____ Data Responsável			<input type="checkbox"/> NÃO ____/____/____ Data Responsável		
DECISÃO SINGULAR					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
		____/____/____ Data Responsável			
DECISÃO COLEGIADA					
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)		2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.					
		_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal	
		Presidente da _____ Turma			
OBSERVAÇÕES					





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

103

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/279.414-1	MGE2100208596	09/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
398.694.666-72	ROGERIO MOHALLEM



Página 1 de 1



SELT ENGENHARIA LTDA

79ª Alteração Contratual

Rogério Mohallem, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Eletricista, portador da carteira de identidade nº 37.908/D expedida pelo CREA-MG, inscrito no CPF sob o nº 398.694.666-72, residente e domiciliado à Alameda do Morro, 85, Torre 9, apto 2300, Bairro Vale do Sereno, Nova Lima/MG, CEP 34006-083;

Márcio Mohallem, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Eletricista, portador da carteira de identidade nº 53.055/D expedida pelo CREA-MG, inscrito no CPF sob o nº 525.780.976-15, residente e domiciliado à Alameda do Morro, 85, Torre 5, apto 1000, Bairro Vale do Sereno, Nova Lima/MG, CEP 34006-083;

Únicos sócios da SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA, **Selt Engenharia Ltda.**, sede e foro à Avenida Raja Gabaglia, 2.640 – 3º andar, Bairro Estoril, Belo Horizonte – MG, CEP 30494-170, com seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 392.157 em 30/08/1976 – NIRE 3120081033-8 e última Alteração Contratual registrada sob o nº 6338738 em 07/10/2017 e inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o nº 19.187.475/0001-67, de comum acordo resolvem promover as seguintes alterações nos mencionados instrumentos:

PRIMEIRO: Transferir o Canteiro de Obras à Rua Santo Cristo, nº 70 e 74, bairro Santo Cristo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20220-303, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0014-81, NIRE nº 3390125346-1, com capital social de R\$ 100,00 (cem reais), **para** Rua Costa do Sol, 11A, bairro Gamboa do Belém (Cunhambebe), na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro/RJ, CEP 23936-200, capital social de R\$ 100,00 (cem reais).

SEGUNDO: Manter inalteradas, todas as demais cláusulas e condições do Contrato Social e Alterações, com as adaptações devidas ao novo Código Civil, Lei 10.406/2002.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SELT ENGENHARIA LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA

A Sociedade que gira sob a denominação de **SELT ENGENHARIA LTDA.**, tem o Capital Social de R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais), totalmente integralizados, divididos em 3.900.000 (três milhões e novecentos mil quotas) de quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios:

NOME	QUOTAS	R\$	%
Rogério Mohallem	1.950.000	1.950.000,00	50,00
Márcio Mohallem	1.950.000	1.950.000,00	50,00
Total	3.900.000	3.900.000,00	100,00

PARÁGRAFO ÚNICO: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.



CLÁUSULA SEGUNDA

A Sociedade tem sua Sede e Foro nesta cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, à Avenida Raja Gabaglia, 2.640 – 3º andar, bairro Estoril, CEP 30494-170, com um capital social de R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais); e

- 1) Canteiro de Obras à CSG 18, s/n, Lote 18, Taguatinga, na cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 72035-518, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0003-29, NIRE nº 5390020653-9, com capital de R\$ 100,00 (cem reais);
- 2) Filial à Avenida Max Teixeira, 200 B, bairro Flores, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69058-415, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0004-00, NIRE nº 1390012457-1, com capital de R\$ 100,00 (cem reais);
- 3) Canteiro de Obras à Rua Costa do Sol, 11A, bairro Gamboa do Belém (Cunhambebe), na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro/RJ, CEP 23936-200, com capital social de R\$ 100,00 (cem reais);
- 4) Canteiro de Obras à Rua Tremembé, 83, bairro Brasília, na cidade de Itupeva, Estado de São Paulo/SP, CEP 13295-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0002-48, NIRE nº 3590154255-4, com capital social de R\$ 36,37 (trinta e seis reais e trinta e sete centavos);
- 5) Canteiro de Obras, à Avenida Renato Azeredo, 204 A, bairro Distrito Industrial João de Almeida, na cidade de Ribeirão das Neves, Estado de Minas Gerais, CEP 33880-302, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0015-62, NIRE nº 3190248671-9, com capital social de R\$ 100,00 (cem reais);
- 6) Canteiro de Obras, Avenida Floriano Peixoto 0 – Quadra 007 Lote 9/10 e 21/22 – Loteamento Esplanada, na cidade de Parauapebas, Estado do Pará, CEP 68515-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0017-24, com capital social de R\$ 100,00 (cem reais).
- 7) Filial à Avenida Presidente Castelo Branco, nº 849, Alto da Sombra, na cidade de Iporã, no Estado do Paraná – CEP 87560-000, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0018-05, NIRE nº 4190192606-3, com capital social de R\$ 100,00 (cem reais).

Para efeitos de natureza tributária, podendo abrir, montar e extinguir filiais, agências ou escritórios em qualquer parte do Território Nacional, onde convenha aos seus interesses, respeitadas as restrições de lei.

CLÁUSULA TERCEIRA

A Sociedade tem por finalidade:

- Execução de serviços de engenharia, abrangendo os ramos de engenharia elétrica, mecânica e civil, abrangendo: construção, manutenção, instalação, estudos, projetos, cálculos, consultoria e execução de obras dentro das especializações acima, inclusive representações de artigos correlatos aos ramos aqui mencionados;
- Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos;
- Serviços de embalagem e etiquetamento de produtos e/ou equipamentos elétricos;
- Assessoria, orientação e assistência prestada a empresas em matéria de planejamento, organização, reengenharia, controle e gestão.

Parágrafo primeiro – A Filial à Avenida Max Teixeira, 200 B, bairro Flores, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, CEP 69058-415, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0004-00, tem como atividade econômica principal o Comércio Varejista de material elétrico, e como atividades secundárias a Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, Instalação e manutenção elétrica, e Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo segundo – A Filial à CSG 18, s/n, Lote 18, Taguatinga, na cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 72035-518, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0003-29, NIRE nº 5390020653-9, tem como atividade econômica principal a Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica, e como atividade secundária a atividade de Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica.



CLÁUSULA QUARTA

O prazo de duração da sociedade é indeterminado, sendo que seu início se deu em: 01/09/1976.

CLÁUSULA QUINTA

A administração da sociedade compete aos sócios, Rogério Mohallem e Márcio Mohallem com poderes e atribuições para representar a sociedade judicial ou extrajudicial, bem como perante instituições financeiras e bancárias, fornecedores, clientes, autarquias e demais repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim em todas as relações junto a terceiros, sendo vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, exceto nas operações de financiamentos e garantias para as empresas ligadas e coligadas, assim entendidas aquelas em que os sócios proprietários da SELT ENGENHARIA LTDA. Sejam sócios majoritários, inclusive operações já realizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO: Todos os documentos e papéis que envolverem responsabilidades de quaisquer naturezas para a sociedade, serão assinados **isoladamente** por qualquer um dos sócios Rogério Mohallem ou Márcio Mohallem, exceto aqueles relativos à venda ou ônus de propriedades imobiliárias, que deverão ser assinados pelos mesmos, conjuntamente. E poderão nomear procuradores com objetivo específico de emissão e envio de Nota Fiscal Eletrônica.

CLÁUSULA SEXTA

A título de "PRÓ-LABORE", os Diretores farão uma retirada mensal que será estabelecida de comum acordo, obedecendo-se a legislação pertinente, a qual será levada à conta específica.

CLÁUSULA SÉTIMA

No caso de falecimento de um dos sócios, a Sociedade não se dissolverá, continuando com o sócio remanescente que poderá adotar uma das seguintes soluções:

- a) pagar aos herdeiros do sócio falecido os seus haveres na Sociedade, os quais serão apurados em Balanço imediatamente ao óbito; esse pagamento será feito em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, com a devida correção da moeda segundo índices oficiais. Os haveres a serem pagos serão apurados mediante avaliação ao preço de mercado, avaliação esta feita por pessoa idônea e de escolha mútua entre o sócio remanescente e o primeiro herdeiro do sócio falecido.
- b) Admitir na Sociedade herdeiros do sócio falecido, permanecendo os haveres no "Status quo ante".

CLÁUSULA OITAVA

A 31 de dezembro de cada ano social, será levantado um Balanço Geral da Sociedade, e os lucros líquidos apurados regularmente, feitas as depreciações legais e usuais, serão partilhados entre os sócios na proporção de suas quotas, bem como poderão ficar em suspenso para futuro aumento do capital social, no todo e em parte a critério dos quotistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os prejuízos sociais serão suportados pelos sócios, também na proporção de suas quotas, obedecendo-se o regulamento do Imposto de Renda em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A sociedade poderá elaborar e levantar mensalmente ou trimestralmente balanços intermediários com as respectivas demonstrações de resultados, e os lucros neles apurados poderão ser distribuídos aos sócios de acordo com o interesse dos mesmos.



CLÁUSULA NONA

Qualquer sócio poderá desligar-se da Sociedade a todo tempo, devendo, porém, disso identificar ao outro, por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. Em igualdade de condições, o sócio remanescente terá preferência das quotas do sócio retirante.

CLÁUSULA DÉCIMA

As deliberações dos sócios abaixo transcritas, previstas no artigo 1071 da Lei 10.406 de 10/01/2002, serão tomadas em reunião dos sócios:

- I) Aprovação das contas da administração;
- II) Destituição dos administradores;
- III) Modificação do contrato social;
- IV) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- V) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas;
- VI) O pedido de concordata.

§ Primeiro: A convocação dos sócios será feita por escrito, através de carta nominal e individual a cada um dos sócios, com evidência de protocolo de recebimento das mesmas.

§ Segundo: Dispensam-se as formalidades de convocação, quando todos os sócios comparecem ou se declaram, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ Terceiro: As decisões tomadas nas reuniões dos sócios serão transcritas em atas, que conterão a assinatura dos sócios participantes.

§ Quarto: A reunião torna-se dispensável, quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

A responsabilidade técnica que ocorrer, no desenvolvimento dos serviços que constituem o objeto social, será assumida pelos sócios profissionais e/ou engenheiros contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

As divergências entre os sócios serão dirimidas por árbitros em que se louvem as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os administradores declaram sob as penas da Lei, que não estão condenados por nenhum crime, cuja pena vede ainda que temporariamente, o exercício da administração da sociedade empresária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Os casos omissos no presente contrato serão regidos pela legislação em vigor.

E, por estarem de acordo, assinam a presente alteração contratual em 01 (uma) via, indo a via única a arquivamento e registro na JUCEMG.

Belo Horizonte/MG, 02 de março de 2021.

Sócios:

Rogério Mohallem

Márcio Mohallem





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/279.414-1	MGE2100208596	09/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
525.780.976-15	MARCIO MOHALLEM
398.694.666-72	ROGERIO MOHALLEM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa SELT ENGENHARIA LTDA, de NIRE 3120081033-8 e protocolado sob o número 21/279.414-1 em 09/03/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8418244, em 10/03/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Roberto Ferreira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
398.694.666-72	ROGERIO MOHALLEM

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
398.694.666-72	ROGERIO MOHALLEM
525.780.976-15	MARCIO MOHALLEM

Belo Horizonte, quarta-feira, 10 de março de 2021



Documento assinado eletronicamente por Roberto Ferreira, Servidor(a) Público(a), em 10/03/2021, às 15:05 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/279.414-1.

Página 1 de 1





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, quarta-feira, 10 de março de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8418244 em 10/03/2021 da Empresa SELT ENGENHARIA LTDA, Nire 31200810338 e protocolo 212794141 - 09/03/2021. Autenticação: A632985C2633970465CACFB75DCC5D2E6D5F447. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/279.414-1 e o código de segurança C168 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

A Secretária-Geral da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais **CERTIFICA**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, nos arts. 78, inciso III e 81 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996; da Instrução Normativa IN/DREI nº 20, de 5 de dezembro de 2013, a requerimento, conforme protocolo de número **21/494.802-1**, que consta no Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, formado e organizado por esta Junta Comercial na forma disciplinada no art. 7º, VIII, do Decreto 1800/1996, registro de **SELT ENGENHARIA LTDA, SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**, NIRE 3120081033-8, CNPJ 19.187.475/0001-67, ATIVA, com sede na AVENIDA RAJA GABAGLIA, 2640, ANDAR 3, BAIRRO ESTORIL, BELO HORIZONTE/MG, com dados que em resumo a seguir se especificam:





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
CONTRATO	30/08/1976	392157	25/08/1976
ALTERACAO	12/06/1978	450697	31/05/1978
ALTERACAO	04/10/1979	486194	25/09/1979
ALTERACAO	25/08/1980	511681	18/08/1980
ALTERACAO	11/05/1981	530996	28/04/1981
ALTERACAO	22/09/1982	576286	20/09/1982
ALTERACAO	25/08/1983	606750	22/08/1983
ALTERACAO	06/02/1984	622083	01/02/1983
ALTERACAO	18/04/1985	670549	01/04/1985
ALTERACAO	22/07/1986	750122	25/06/1986
ALTERACAO	05/02/1987	776959	14/01/1987
ALTERACAO	23/03/1988	831491	10/03/1988
ALTERACAO	24/06/1988	844643	15/06/1988
ALTERACAO	18/07/1988	848525	11/07/1988
ALTERACAO	17/05/1989	888445	02/05/1989
ALTERACAO	09/01/1990	940124	04/01/1990
ALTERACAO	05/07/1990	975554	21/06/1990
ALTERACAO	29/10/1990	1003691	03/09/1990
ALTERACAO	03/06/1991	1043172	15/05/1991
ALTERACAO	24/09/1991	1070808	01/08/1991
ALTERACAO	11/05/1992	1117648	04/05/1992
ALTERACAO	24/08/1992	1143247	01/08/1992
ALTERACAO	09/02/1993	1182569	31/01/1993
ALTERACAO	25/05/1993	1203785	04/05/1993
ALTERACAO	28/06/1993	1210984	23/06/1993
ALTERACAO	21/07/1993	1216642	01/07/1993
ALTERACAO	01/12/1993	1247652	01/11/1993
ALTERACAO	23/03/1994	1269346	12/02/1994
ALTERACAO	27/07/1995	1387566	30/06/1995
ALTERACAO	26/09/1995	1402427	20/09/1995
ALTERACAO	08/08/1996	1473116	30/07/1996
ALTERACAO	26/05/1997	1543486	01/05/1997
ALTERACAO	13/07/1998	1646829	02/01/1998
ALTERACAO	06/11/1998	1691951	28/10/1998
ALTERACAO	28/06/1999	1779412	11/06/1999
ALTERACAO	14/03/2001	2583087	10/02/2001
ALTERACAO	23/05/2003	2943929	13/05/2003
ALTERACAO	11/08/2003	2976133	06/08/2003
ALTERACAO	22/03/2004	3134601	03/03/2004
ALTERACAO	11/05/2004	3166037	30/04/2004
ALTERACAO	30/12/2005	3487287	15/12/2005
ALTERACAO	21/03/2006	3516947	08/03/2006

Página 2 de 4

Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e informe o nº de protocolo C215001416503 e o código de segurança 1Czj. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 15/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
ALTERACAO	07/07/2006	3558599	26/06/2006
ALTERACAO	07/08/2006	3571573	02/08/2006
MEDIDA ADMINISTRATIVA	26/12/2006	3666118	19/12/2006
ALTERACAO	16/07/2007	3752777	03/07/2007
ALTERACAO	17/08/2007	3768093	30/07/2007
ALTERACAO	26/03/2008	3904236	18/03/2008
ALTERACAO	05/08/2008	3964280	30/06/2008
ALTERACAO	10/12/2008	4062373	05/09/2008
ALTERACAO	03/07/2009	4154316	23/06/2009
ALTERACAO	02/10/2009	4209270	23/09/2009
ALTERACAO	04/11/2009	4228088	26/10/2009
ALTERACAO	22/12/2009	4268462	16/12/2009
MEDIDA ADMINISTRATIVA	05/01/2010	4272996	03/12/2009
ALTERACAO	24/11/2010	4493435	18/11/2010
ALTERACAO	01/02/2011	4528200	19/01/2011
ALTERACAO	11/05/2011	4613927	29/04/2011
ALTERACAO	07/06/2011	4629838	02/06/2011
ALTERACAO	27/03/2012	4794413	04/01/2012
ANOTACAO DE PUBLICACOES DE ATOS DE SOCIEDADE	08/01/2013	4983413	26/12/2012
ALTERACAO	24/05/2013	5057572	15/05/2013
ALTERACAO	09/07/2013	5108062	21/06/2013
ALTERACAO	19/08/2013	5129275	12/08/2013
ALTERACAO	02/12/2013	5189849	14/11/2013
ALTERACAO	02/04/2014	5251649	27/03/2014
ALTERACAO	11/04/2014	5256977	09/04/2014
ALTERACAO	04/06/2014	5284108	03/06/2014
ALTERACAO	13/11/2014	5410700	06/11/2014
ALTERACAO	24/02/2016	5706304	14/01/2016
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	02/05/2016	5742779	18/04/2016
ALTERACAO	05/08/2016	5811115	13/05/2016
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	08/08/2016	5812328	13/07/2016
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	04/05/2017	6270643	28/04/2017
ALTERACAO	07/10/2017	6338738	14/09/2017
ALTERACAO	14/12/2017	6387258	20/11/2017
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	03/05/2018	6774699	30/04/2018
BALANCO	11/05/2018	6822911	31/12/2017
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	24/05/2018	6870023	10/05/2018
ALTERACAO	26/06/2018	6905643	25/06/2018
ALTERACAO	10/08/2018	6958305	09/08/2018
ALTERACAO	24/10/2018	7043035	22/10/2018
ALTERACAO	29/11/2018	7081593	21/11/2018

Página 3 de 4

Certidão específica emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e certificada digitalmente. Para confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e informe o nº de protocolo C215001416503 e o código de segurança ICzj. Esta cópia foi autenticada e assinada digitalmente em 15/06/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Específica

Ato/Evento	Data Aprovação	Nº Aprovação	Data Assinatura
ALTERACAO	26/02/2019	7205059	20/02/2019
ALTERACAO	03/04/2019	7250602	01/04/2019
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	27/05/2019	7318515	30/04/2019
BALANCO	29/05/2019	7324415	30/04/2019
ALTERACAO	13/11/2019	7554502	04/11/2019
ALTERACAO	13/03/2020	7765731	10/03/2020
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	04/05/2020	7821526	27/04/2020
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	11/05/2020	7830403	30/04/2020
BALANCO	12/05/2020	7831195	31/12/2019
ALTERACAO	31/07/2020	7942626	29/07/2020
ALTERACAO	26/08/2020	7980744	25/08/2020
ALTERACAO	10/03/2021	8418244	02/03/2021
ATA DE REUNIAO/ASSEMBLEIA DE SOCIOS	06/05/2021	8512304	30/04/2021
BALANCO	07/05/2021	8513040	31/12/2020

Certifica, por derradeiro, serem estes os únicos atos registrados nesta Junta Comercial até a presente data.

O referido é verdade. Dou fé. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Nada mais.

Belo Horizonte, 15 de Junho de 2021.


 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA GERAL





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	SELT ENGENHARIA LTDA		
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA		
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
3120081033-8	19.187.475/0001-67	30/08/1976	01/09/1976

Endereço Completo:

AVENIDA RAJA GABAGLIA 2640 ANDAR 3 - BAIRRO ESTORIL CEP 30494-170 - BELO HORIZONTE/MG

Objeto Social:

A SOCIEDADE TEM POR FINALIDADE EXECUCAO DE SERVICOS DE ENGENHARIA, ABRANGENDO OS RAMOS DE ENGENHARIA ELETRICA, MECANICA E CIVIL, ABRANGENDO: CONSTRUCAO, MANUTENCAO, INSTALACAO, ESTUDOS, PROJETOS, CALCULOS, CONSULTORIA E EXECUCAO DE OBRAS DENTRO DAS ESPECIALIZACOES ACIMA, INCLUSIVE REPRESENTACOES DE ARTIGOS CORRELATOS AOS RAMOS AQUI MENCIONADOS MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS SERVICOS DE EMBALAGEM E ETIQUETAMENTO DE PRODUTOS E/OU EQUIPAMENTOS ELETRICOS ASSESSORIA, ORIENTACAO E ASSISTENCIA PRESTADA A EMPRESAS EM MATERIA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZACAO, REENGENHARIA, CONTROLE E GESTAO.

Capital Social: R\$ 3.900.000,00 TRÊS MILHÕES E NOVECIENTOS MIL REAIS	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte NÃO (Lei Complementar nº123/06)	Prazo de Duração INDETERMINADO
Capital Integralizado: R\$ 3.900.000,00 TRÊS MILHÕES E NOVECIENTOS MIL REAIS		

Sócio(s)/Administrador(es)	Término Mandato	Participação	Função
CPF/NIRE Nome			
525.780.976-15 MARCIO MOHALLEM	xxxxxxx	R\$ 1.950.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR
398.694.666-72 ROGERIO MOHALLEM	xxxxxxx	R\$ 1.950.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR

Status: XXXXXXXX	Situação: ATIVA
Último Arquivamento: 07/05/2021	Número: 8513040
Ato 223 - BALANÇO	

Empresa(s) Antecessora(s)	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
Nome Anterior				
SELT SOCIEDADE DE ELETRIFICACAO LTDA	xxxxxxx	1402427	XX	xxxxxxx

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210001416361 e visualize a certidão)



21/494.805-6





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	SELT ENGENHARIA LTDA	
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA	
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela		
Nire	CNPJ	Endereço
3390125346-1	19.187.475/0014-81	RUA COSTA DO SOL, 11, LETRA A, BAIRRO GAMBOA DO BELEM (CUNHAMBE), 23936-200, ANGRA DOS REIS/RJ
5390020653-9	19.187.475/0003-29	QUADRA CSG, 18, LOTE 18, BAIRRO TAGUATINGA, 72035-518, BRASILIA/DF
4190192606-3	19.187.475/0018-05	AVENIDA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 849, BAIRRO ALTO DA SAMBA, 87560-000, IPORA/PR
3590154255-4	19.187.475/0002-48	RUA TREMEMBE, 83, BAIRRO BRASILIS, 13295-000, ITUPEVA/SP
1390012475-1	19.187.475/0004-00	AVENIDA MAX TEIXEIRA, 200, B, BAIRRO FLORES, 69058-415, MANAUS/AM
xxxxxxxx	xxxxxxxx	AVENIDA FLORIANO PEIXOTO, 0, QUADRA: 007; LOTE: 9/10 E 21/22, BAIRRO ESPLANADA, 68515-000, PARAUAPEBAS/PA
3190248671-9	19.187.475/0015-62	AVENIDA RENATO AZEREDO, 204, LETRA: A, BAIRRO DISTRITO INDUSTRIAL JOAO DE ALMEIDA, 33880-302, RIBEIRAO DAS NEVES/MG
NADA MAIS#		

Belo Horizonte, 15 de Junho de 2021 09:41

MARINELY DE PAULA ROMFIM
 SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210001416361 e visualize a certidão)



21/494.805-6

Página 2 de 2



República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional
140295456-5

Nome
 ROGERIO MORALLÉN

Filiação
 JOSE MORALLÉN
 ROSA MORALLÉN

C.P.F.
 338.654.466-72

Documento de Identidade
 M-1.496.375 SSP/MS

Tipo Sang.
 O+

Nascimento
 17/06/1961

Naturalidade
 BELO HORIZONTE

UF
 MG

Nacionalidade
 BRASILEIRA

Crea de Registro
 CREA-MG

Emissão
 05/11/2012

Data de Registro
 25/04/1985

Ass. Presidente
 [Assinatura]

Registro no Crea
 MG-17908/D

Título Profissional
 Engenheiro Eletricista

Ass. do Profissional
 [Assinatura]

Vale como Documento de Identidade e tem fé Pública (Lei de out. 56 da Lei nº 5194 de 201205 e Lei nº 8205 de 830609)

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

CARTÓRIO DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Autentico este documento, composto de 1 folha, por mim rubricada, numerada e carimbada, por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
 Esmeraldas, 20/05/2021.

SELO DE CONSULTA: EQS41517
CODIGO DE SEGURANÇA: 1441.8365.0195.6223

Quantidade de atos praticados: 1 (1:1301)
 Ator(s) praticado(s) por: Salmo Waslei de Resende - Escrevente
 Emol.: 5,82 TFJ: 1,81 Valor final: 7,63 ISSQN: 0,16
 Consulte a validade deste selo no site: <http://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA
 A8F81E272



VERSO DA FOLHA
EM BRANCO
Cardório Melo Viana
Esmeraldas / MG



República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional

140284828-5

Nome

MARCIO MONALLEN

Filiação

JOSE MONALLEN

CORA MONALLEN

C.P.F.

525.780.916-55

Documento de Identidade

1095016034 DETRAIMQ

Tipo Sang.

B+

Nascimento

24/11/1963

Naturalidade

SELO HORIZONTE

UF

MG

Nacionalidade

BRASILEIRA

Crea de Registro

CREA-RO

Emissão

06/02/2013

Data de Registro

22/08/1990

Ass. Presidente

[Assinatura]

Registro no Crea

R00000053855



Título Profissional

Engenheiro Eletricista

Ass. do Profissional

[Assinatura]

Vala como Documento de Identidade o seu da Polícia (577 de art. 58 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6208 de 1970)

PODER JUDICIÁRIO TJMG CORRESPONDÊNCIA GERAL DE JUSTIÇA

CARTÓRIO DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Autentico este documento, composto de 1 folha, por mim rubricada, numerada e carimbada, por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fe. Esmeraldas, 04/03/2021.

SELO DE CONSULTA: EL693293

CODIGO DE SEGURANCA: 6622.7736.4708.8247

Quantidade de atos praticados: 1 (1:1301)

Ato(s) praticado(s) por: Selma Waslei de Resende - Escrevente

Emol.: 5,82 T.F.J.: 1,81 Valor final: 7,63 ISSQN: 0,16

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



8ª DA
ETIQUETA
ALY901814



VERSO DA FOLHA
EM BRANCO
Cartório Melo Viana
Esmeraldas / MG

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: **SELT ENGENHARIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 19.187.475/0001-67, com sede na Av. Raja Gabaglia, 2640, 3º andar, bairro Estoril, CEP 30.494-170, Belo Horizonte/MG, neste ato legalmente representada por **ROGÉRIO MOHALLEM**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 37.908/D – Expedida pelo CREA - MG e CPF/MF nº 398.694.666-72.

OUTORGADOS: **LUIZ ANTONIO PENNA FRANCA**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG. nº 08.403.579-9 e CPF/MF nº 013.842.847-61, e/ou **RONALDO DA SILVA LIMA**, brasileiro, solteiro, coordenador de licitação, portador da Cédula de Identidade RG. nº 20.014.588-5 SSP/SP e CPF/MF nº 093.173.718-41, e/ou **CLÁUDIO JOSÉ SIVIERI**, brasileiro, casado, representante comercial, portador da Cédula de Identidade RG. nº 22.398.378-0 SSP/SP e CPF/MF nº 173.098.998-57.

PODERES:

Pelo presente instrumento particular de Procuração, nomeia e constitui seus bastantes Procuradores os OUTORGADOS supra indicados, ao qual concedo poderes para representar a OUTORGANTE, em todas as fases do mencionado procedimento licitatório, podendo inclusive, assinar em conjunto e/ou isoladamente quaisquer documentos, inclusive proposta de preços e documentos de habilitação, assinar o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio e todas as declarações, responder administrativamente e judicialmente, inclusive receber notificações, intimações e citações, requerer, transigir, acordar, interpor e desistir de recursos, formular ofertas de preços, assinar credencial, fazer pedidos de esclarecimentos, impugnações, protestos, apresentar recursos administrativos, assinar denuncia e/ou representação no âmbito dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, amplos poderes para dar lance (s) em licitação pública e praticar todos os atos necessários, e especificamente representar a OUTORGANTE no **EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021 – PROCESSO ADM Nº 45/2021**, promovido pelo **MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA ESTADO DE MINAS GERAIS**, enfim, praticar todos os atos legais e necessários ao fiel cumprimento deste mandato. Esta procuração é válida por 01 (um) ano.

Belo Horizonte/MG, 18 de junho de 2021.

SELT ENGENHARIA LTDA
ROGÉRIO MOHALLEM

PODER JUDICIAL - JUIZ CONCORDIA GERAL DE JUSTICA

ARTORIO DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
TAS NOTAS DO DIST. MELO VIANA - ESMERALDAS

Reconheço, por semelhança, a assinatura de:
ROGÉRIO MOHALLEM
em testemunho da verdade.
Esmeraldas, 18/06/2021.

ÍDELO DE CONSULTA: E0847275
ÍDIGO DE SEGURANÇA: 8830.9546.8136.5681
Quantidade de atos praticados: 1 (1:1501)
Ita(s) praticado(s) por: Saldino Waslei de Resende - Escrevente
Inel.: 5,82 TFJ: 1,81 Valor final: 7,63 ISSQN: 0,16
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: ADF318648

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
RONALDO DA SILVA LIMA

DOC. IDENTIFIC. / OUT. IDENT. / UF
20014588 SSP/SP

CPF
093.173.718-41

DATA NASCIMENTO
31/05/1971

PAZÇÃO
ADONILIO JOSE DE LIMA
CLEONICE DA SILVA LIMA

PERMISSÃO
ACE
CAT. HAB.
C

RP (RUSTICO)
05404567742

VALIDADE
29/11/2021

1ª EMISSÃO
13/11/1989

ORIGINAÇÃO
EXERCE ATIVIDADE REMEMBRADA

Assinatura: *João*

LOCAL
SAO PAULO, SP

DATA EMISSÃO
30/11/2016

Assinatura: *regatta*

31410148783
SP936094824

DETRAN - SP (SAO PAULO)

VÁLIDA EM TODOS
O TERRITÓRIOS NACIONAIS
1345050594

PROBADO PLASTIFICAR
1345050594



8

EM BRANCO

mobit

MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

JUCESP PROTOCOLO
0.307.958/21-8

MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

CNPJ.16.383.848/0001-87

NIRE 35230998240

17ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL

CONVÊNIO
CIESP

SINGULAR

AGLA PARTICIPAÇÕES S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia BR 116, nº 10.000 A, Bairro Jangurussu, Fortaleza – CE, CEP 60.850-012, inscrita no CNPJ sob o nº 24.228.303/0001-24, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC, sob o NIRE Nº 23300039611, neste ato representada por sua Diretora **JÚLIA RANGEL RÔLA ALBUQUERQUE**, brasileira, nascida em 25/05/1986, engenheira civil, casada sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF nº 006.699.863-80, portador do RG nº 2001002342200, SSP-CE, com endereço comercial na Avenida Dom Luís, 1200 – sala 811 – Torre Business, Bairro Aldeota, Fortaleza - CE, CEP 60.160-230.

MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na Rodovia BR 116, nº 10.000 A, Sala 04, Bairro Jangurussu, Fortaleza – CE, CEP 60.870-812, inscrita no CNPJ 19.517.939/0001-56, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC, sob o NIRE Nº 23201820853, neste ato representada por sua Sócia Administradora a Sr.ª **JÚLIA RANGEL RÔLA ALBUQUERQUE**, brasileira, nascida em 25/05/1986, engenheira civil, casada sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF nº 006.699.863-80, portador do RG nº 2001002342200, SSP-CE, com endereço comercial na Avenida Dom Luís, 1200 – sala 811 – Torre Business, Bairro Aldeota, Fortaleza - CE, CEP 60.160-230.

As partes são sócias da sociedade empresária limitada, **MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 16.383.848/0001-87, com sede na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, Conjunto 101, Bairro Vila Nova Conceição, São Paulo – SP, CEP 04.543-121, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35230998240, decidem alterar seu contrato social e o faz de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – As partes resolvem aumentar o capital da empresa em R\$ 9.504.313,19 (Nove milhões e quinhentos e quatro mil e trezentos e treze reais e dezenove centavos), proporcionais as suas participações na sociedade, correspondente ao saldo da conta contábil de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, devidamente pagos em moeda corrente nacional e contabilizado no exercício de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – Após a alteração havida na clausula primeira deste aditivo, o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 37.974.119,71 (Trinta e sete milhões, novecentos e setenta e quatro mil e cento e dezenove reais e dezesseis centavos), dividido em 37.974.119,71 (Trinta e sete milhões, novecentos e setenta e quatro mil e cento e dezenove e zero virgula setenta e uma) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuído na seguinte proporção:

17ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

SÓCIOS	N.º DE QUOTAS	VALOR	%
AGLA PARTICIPAÇÕES S/A	37.958.930,06	R\$ 37.958.930,06	99,96%
MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA	15.189,65	R\$ 15.189,65	0,04%
TOTAL	37.974.119,71	R\$ 37.974.119,71	100,00%

CLÁUSULA TERCEIRA – Resolvem alterar o objeto social da sociedade passando a exercer as seguintes atividades: Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, Sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle, Provedores de acesso as redes de comunicações, Serviços de comunicação multimídia SCM, Provedores de voz sobre protocolo internet VOIP, Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet, Atividades auxiliares dos transportes terrestres, Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme, Aluguel de maquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador, Instalação de equipamentos, Manutenção e reparação de aparelhos eletromedicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação, Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos, Serviços de engenharia, Concessionárias de rodovias, pontes, tuneis e serviços relacionados, Atividades de prestação de serviços de informação, Impressão de material de segurança, Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação, Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, Consultoria em tecnologia da informação, Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação, Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle, Comercio atacadista de maquinas e equipamentos partes e peças, Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, Estacionamento de veiculos, Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista, Locação de automóveis sem condutor, Locação de mão-de-obra temporária, Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, Serviços de operações de radares para órgãos públicos, Fabricação de lâmpadas, Fabricação de luminárias e equipamentos de iluminação, Comercio atacadista luminárias, Comercio atacadista de material elétrico, Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em serie e sob encomenda, Comercio atacadista de pré-moldados, Instalação e manutenção elétrica, Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios, Distribuição de energia elétrica, Geração de energia elétrica, Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica, Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, Demolição de edificios e outras estruturas, Preparação de canteiro e limpeza de terreno, Obras de terraplenagem, Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, Pesquisas de mercado e de opinião pública, Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura, Medição de consumo de energia elétrica, gás e água, Atividades de telecomunicações.

17ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA S/A



EM BRANCO

Por fim, decidem os Sócios, por unanimidade de votos, consolidar as demais cláusulas do Contrato Social que passam a vigorar com a redação abaixo:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Cláusula Primeira: A presente sociedade empresária, do tipo sociedade limitada, é constituída nos termos na Lei n.º 10.406/02 e girará sob a denominação MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA. ("Sociedade"), e se regerá pelo presente contrato e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Cláusula Segunda: O objeto social da sociedade exerce as atividades de: Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, Sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle, Provedores de acesso as redes de comunicações, Serviços de comunicação multimídia SCM, Provedores de voz sobre protocolo internet VOIP, Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet, Atividades auxiliares dos transportes terrestres, Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme, Aluguel de maquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador, Instalação de equipamentos, Manutenção e reparação de aparelhos eletromedicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação, Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos, Serviços de engenharia, Concessionárias de rodovias, pontes, tuneis e serviços relacionados, Atividades de prestação de serviços de informação, Impressão de material de segurança, Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação, Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, Consultoria em tecnologia da informação, Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação, Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle, Comercio atacadista de maquinas e equipamentos partes e peças, Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, Estacionamento de veículos, Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista, Locação de automóveis sem condutor, Locação de mão-de-obra temporária, Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, Serviços de operações de radares para órgãos públicos, Fabricação de lâmpadas, Fabricação de luminárias e equipamentos de iluminação, Comercio atacadista luminárias, Comercio atacadista de material elétrico, Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em serie e sob encomenda, Comercio atacadista de pré-moldados, Instalação e manutenção elétrica, Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios, Distribuição de energia elétrica, Geração de energia elétrica, Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica, Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, Demolição de edifícios e outras estruturas, Preparação de canteiro e limpeza de terreno, Obras de terraplenagem, Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, Pesquisas de mercado e de opinião pública.

17ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

mobit

MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

arquitetura, Medição de consumo de energia elétrica, gás e água, Atividades de telecomunicações.

Cláusula Terceira: A sociedade tem sede administrativa na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, Conjunto 101, Bairro Vila Nova Conceição, Cidade de São Paulo - SP, CEP: 04.543-121, e filiais nos endereços abaixo:

- Cidade de Juazeiro do Norte - CE, NIRE 23900597428, inscrita no CNPJ 16.383.848/0002-68, localizada na Rua Joaquim Figueiredo, nº 68, Bairro Triângulo, CEP 63.040-780;
- Cidade de Mossoró - RN, NIRE 24900293276, inscrita no CNPJ 16.383.848/0003-49, localizada na Rua Francisco Heronildes da Silva, nº 165, Bairro Nova Betânia, CEP 59607-477;
- Cidade de São Luís - MA, NIRE 21900295657, inscrita no CNPJ 16.383.848/0004-20, localizada na Rua Israel nº 13-B, Bairro Jardim São Cristóvão, São Luís - MA, CEP 65.056-420;
- Cidade de Natal - RN, NIRE 24900298669, inscrita no CNPJ 16.383.848/0005-00, localizada na Rua Raimundo Juvino de Oliveira, nº 2436, Bairro Lagoa Nova, Natal - RN, CEP 59.062-680;
- Cidade de Americana - SP, NIRE 35905351796, inscrita no CNPJ 16.383.848/0006-91, localizada na Rua Bolívia nº 245, edícula, Bairro Cechino, CEP 13.465-750;
- Cidade de Fortaleza - CE, NIRE 23900628366, inscrita no CNPJ 16.383.848/0007-72, localizada na Rodovia BR 116, nº 10.000 B, Bairro Jangurussu, CEP 60.870-812.
- Cidade de Sobral - CE, NIRE 23900642652, inscrita no CNPJ 16.383.848/0008-53, localizada na Travessa Manoel Rodrigues do Monte, nº 92, Bairro Domingos Olímpio, Sobral - CE, CEP 62.022-425,
- Cidade de Parauapebas - PA, NIRE 15900481229, inscrita no CNPJ 16.383.848/0009-34, localizada na Avenida Floriano Peixoto, nº S/N, Quadra 007 Lote 09/10/21/22, Bairro Loteamento Esplanada, CEP 68.515-000;

Parágrafo Primeiro: A Sociedade poderá abrir e fechar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação dos Sócios.

Clausula Quarta: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPITULO II - DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta: O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 37.974.119,71 (Trinta e sete milhões, novecentos e setenta e quatro mil e cento e dezenove reais e setenta e um centavos), dividido em 37.974.119,71 (Trinta e sete milhões, novecentos e setenta e quatro mil e cento e dezenove e zero virgula setenta e uma) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuído na seguinte proporção:

1ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIL - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.



EM BRANCO

SÓCIOS	N.º DE QUOTAS	VALOR	%
AGLA PARTICIPAÇÕES S/A	37.958.930,06	R\$ 37.958.930,06	99,96%
MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA	15.189,65	R\$ 15.189,65	0,04%
TOTAL	37.974.119,71	R\$ 37.974.119,71	100,00%

Parágrafo Primeiro: Cada quota do capital social da Sociedade é indivisível e confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo: As quotas não poderão ser objeto de garantias, penhores e outros gravames.

Parágrafo Terceiro: O capital social da Sociedade poderá ser aumentado, mediante subscrição de novas quotas e serem realizadas em moeda corrente nacional ou pela incorporação de bens passíveis de avaliação pecuniária, ou ainda, através da conversão de passivo e da apropriação de reservas registradas na contabilidade.

Parágrafo Quarto: No aumento de capital com a subscrição de novas quotas, é assegurado aos Sócios da Sociedade o direito de preferência na subscrição das novas quotas, observada a proporção de sua participação societária. O direito de preferência deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias da data da deliberação social que houver aprovado o aumento do capital social.

CAPÍTULO III – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Cláusula Sexta: A responsabilidade dos Sócios é limitada ao valor de suas quotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

Cláusula Sétima: Os Sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/2002.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula Oitava: A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e 1 (um) Diretor Executivo, residente e domiciliado no país, Sócio ou não, que agirá na representação da Sociedade e desempenhará as suas funções de acordo com a Lei e o presente Contrato Social.

Parágrafo Primeiro: São condições para o exercício dos cargos de Diretor Executivo, de membro do Conselho de Administração e de membro do Conselho Fiscal, este se instaurado:

- ter reputação ilibada e idoneidade moral; e
- não estar impedido por lei especial, nem investigado ou condenado por qualquer infração, em especial, mas não exclusivamente à Lei 12.846/2013 (Lei de Improbidade Administrativa),

17ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

Parágrafo Segundo: A investidura de cada um dos membros eleitos do Conselho de Administração, e eventualmente do Conselho Fiscal, far-se-á em ato separado e declaração de desimpedimento para atuação no cargo.

Parágrafo Terceiro: A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e do Diretor Executivo será fixada pela Reunião de Sócios.

Parágrafo Quarto: Os cargos de membro do Conselho de Administração e de Diretor Executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Cláusula Nona: O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, composto por 3 (três) ou 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Reunião de Sócios.

Parágrafo Primeiro: A Reunião de Sócios determinará, antes da eleição dos membros do Conselho de Administração, o número de membros efetivos a serem eleitos.

Parágrafo Segundo: Uma vez nomeados pelos Sócios, os conselheiros efetivos elegerão o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, nos termos do regimento interno do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro: O mandato dos membros do Conselho de Administração é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Em caso de vacância, os conselheiros nomearão um substituto que ocupará o cargo até a próxima Reunião de Sócios, ocasião em que será eleito novo conselheiro, que completará o prazo de mandato do substituído. Ocorrendo a vacância da maioria dos cargos, a Reunião de Sócios deverá proceder à nova eleição no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quarto: O Conselho de Administração deverá se reunir 1 (uma) vez ao mês e sempre que for necessário aos interesses sociais.

Parágrafo Quinto: Os membros do Conselho de Administração deverão observar as regras de funcionamento, estrutura, organização, atribuições e responsabilidades do Conselho de Administração estabelecidas no Regimento Interno do órgão.

Cláusula Décima: Além das atribuições decorrentes de outros preceitos do presente contrato social ou da lei, incumbe ao Conselho de Administração:

- Fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- Convocar a Reunião de Sócios, sempre que necessário ou exigido por lei;
- Zelar pela integridade, valores éticos e pelo atendimento das leis e normas reguladoras as quais a Sociedade se submeta;
- Aprovar o orçamento anual, o orçamento de capital e o plano anual de investimento e desenvolvimento da Sociedade;
- Aprovar o planejamento estratégico, bem como o plano de execução da Sociedade;
- Supervisionar o gerenciamento de risco;

17ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.



EM BRANCO

- g) Fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelo Diretor Executivo e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Sociedade, examinando, a qualquer tempo, livros e documentos da Sociedade; solicitando informações que entenda relevantes;
- h) Manifestar-se sobre o relatório de administração e sobre as contas apresentadas pelo Diretor Executivo, bem como sobre as demonstrações financeiras da Sociedade;
- i) Aprovar os programas de expansão e de investimentos, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados;
- j) Aprovar alterações relevantes na estrutura organizacional da Sociedade, necessárias ao suporte às estratégias definidas;
- k) Escolher e destituir os auditores independentes, bem como alterar a política contábil e fiscal da Sociedade;
- l) Propor a política de dividendos da Sociedade;
- m) Deliberar e declarar, no curso do exercício social e até a Reunião de Sócios, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total, à conta de lucros apurados em balanço semestral, trimestral ou em período menos de tempo ou de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes no último balanço;
- n) Sempre que for o caso, fixar diretrizes a serem observadas pelos representantes da Sociedade em quaisquer reuniões de grupo de controle e ou de quotistas ou Assembleias Gerais de empresas coligadas ou controladas, ou outras que envolvam consórcios, "joint ventures" ou alianças estratégicas de que a Sociedade participe;
- o) Autorizar a assinatura de quaisquer contratos e a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive vender, doar, transferir, dar em garantia, hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar;
- p) Aprovar a obtenção de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil ou operações de crédito em geral, pela Sociedade;
- q) Deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinária não compreendido na competência privativa da Reunião de Sócios;
- r) Aprovar a propositura pela Sociedade de qualquer medida ou ação, administrativa ou judicial ou extrajudicial, contra qualquer parte; e
- s) Fortalecer e zelar pela imagem institucional da Sociedade.

Parágrafo Primeiro: O Conselho de Administração poderá atribuir a seu Presidente e ou a seu Vice-Presidente ou, ainda, a qualquer de seus membros, o acompanhamento sistemático dos negócios sociais, de modo a assegurar a consecução plena dos objetivos da Sociedade e o cumprimento das decisões do próprio Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: O Conselho poderá, a seu exclusivo critério, deliberar pela criação de comitês específicos, a ele vinculados.

Parágrafo Terceiro: As deliberações previstas em todas a alíneas do caput desta cláusula, cabem exclusivamente ao Conselho de Administração, ou por procurador (es) indicado (s) por ele. As procurações outorgadas deverão mencionar expressamente os poderes conferidos e deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter uma cláusula de validade limitado, nunca superior a 1 (um) ano.

17ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIL - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO



Clausula Décima Primeira: Os Sócios indicam e nomeiam como Diretora Executiva da Sociedade a Sra. **CRISTIANE JOSINO PINHEIRO**, brasileira, casada sob a comunhão parcial de bens, administradora, RG nº 90002059628 SSPDS-CE, CPF nº 231.989.073-49, com escritório profissional situado na Rodovia BR 116, nº 10.000, bairro Jangurussu, na cidade de Fortaleza-Ceará, CEP 60.870-812. O mandato será de 2 (Dois) anos, a contar da data de assinatura do competente *Termo de Posse de Administrador*, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

Parágrafo Primeiro – O Diretor Executivo poderá ser destituído do cargo a qualquer tempo, mediante realização de Reunião de Sócios ou em aditivo ao Contrato Social.

Parágrafo Segundo – O Diretor Executivo declara, sob as penas da lei, que não está impedido(a) de exercer a administração da Sociedade: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Clausula Décima Segunda: Compete ao Diretor Executivo a administração da Sociedade, praticando os atos e operações necessários ao seu regular funcionamento, tais como, mas não exclusivamente:

- a) Representar a Sociedade perante Pessoas Jurídicas de Direito Privado, Fornecedores e Prestadores, podendo firmar orçamentos; negociar; assinar; distratar; contestar; exigir pagamento de multas, reembolso de despesas, notas fiscais, comprovantes de recolhimento de impostos; de contratos de prestação de serviços, consultoria, assessoria, terceirização de mão de obra, fornecimento de matéria prima e insumos, aluguéis, compras de materiais e equipamentos necessários às atividades da empresa;
- b) Representar a Sociedade perante qualquer instituição bancária em todo território nacional; para abrir, movimentar e encerrar contas bancárias já existentes e futuras, de natureza corrente, poupança, de investimentos, de seguros ou garantias; realizar transações via internet banking; solicitar, utilizar e cancelar Token ou qualquer outro meio de segurança; fazer operações de câmbio de qualquer natureza; solicitar extratos e saldos bancários; preencher e assinar formulários de cadastro e informações; realizar saques, pagamentos ou transferências; autorizar débitos e ou remeter ordens de pagamento e documentos de crédito, inclusive do exterior ou para o exterior; receber cartão magnético de débito; escolher, registrar, alterar e desbloquear senhas; promover aplicações e resgates; solicitar crédito ou cartão do BNDS, BNB ou qualquer outra instituição financeira; contratar seguros, fiança bancária; assinar DUT, CRLV, vistorias de veículos;
- c) Outorgar, em nome da Sociedade, procurações a terceiros;
- d) Representar a Sociedade em Juízo e perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas e privadas, inclusive outorgar procuração para terceiro(s), podendo o(s) procurador(es) representar a Sociedade individualmente ou em conjunto;
- e) Representar a Sociedade em licitações públicas, podendo concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas, fazer impugnações, reclamações e protestos,

17ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIL - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

recursos, assinar contratos com o órgão público contratante, assinar termos de constituição de consórcio, contratos de constituição de sociedades de propósito específico, contratos de participação conjunta (joint venture agreements) e os demais atos e documentos necessários à operacionalização da licitação, inclusive outorgar procuração para terceiro(s), podendo o(s) procurador(es) representar a Sociedade isoladamente ou em conjunto;

Parágrafo Primeiro: As procurações outorgadas deverão mencionar expressamente os poderes conferidos e deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado, nunca superior a 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade e quaisquer terceiros, os atos praticados pelo Diretor Executivo, pelos membros do Conselho de Administração ou por qualquer um dos Sócios, procuradores ou empregados que envolvam a constituição de obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor ou desfavor de terceiros e Sócios, e empréstimos da Sociedade aos Sócios e administradores, exceto quando previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro: Resta manifestamente vedado ao Diretor Executivo autorizar a assinatura de quaisquer contratos e a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou alenar bens sociais do ativo permanente, inclusive vender, doar, transferir, dar em garantia, hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, aprovar a obtenção de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil ou operações de crédito em geral, pela Sociedade;

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

Cláusula Décima Terceira: Obedecidas as disposições previstas nos artigos 1.066 a 1.070 da Lei n.º 10.406/02, é facultado aos Sócios, a qualquer momento, mediante aprovação prévia tomada em Reunião de Sócios, instaurar Conselho Fiscal, que será composto por 3 (três) membros, todos não Sócios.

Parágrafo Primeiro: Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for aprovada, a Reunião de Sócios elegerá seus membros e estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na Reunião de Sócios que aprovar as demonstrações financeiras do exercício para o qual o Conselho Fiscal foi instaurado.

Parágrafo Segundo: As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula Décima Quarta: O exercício social da Sociedade terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro.

Cláusula Décima Quinta: Ao final de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis.

17ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIL - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

Parágrafo Primeiro: Obedecido o disposto no art. 1.078 da Lei n.º 10.406/02, anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, será realizada Reunião de Sócios para:

- Tomar as contas do(s) administrador(es) e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- Designar administradores, quando for o caso;
- Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Segundo: Os lucros líquidos anualmente apurados terão a destinação que lhes for determinada pelos Sócios. No caso de distribuição de dividendos, é garantida a todos os Sócios sua participação proporcional.

Parágrafo Terceiro: Os lucros líquidos poderão, ainda, ser reinvestidos na Sociedade, desde que aprovado em Reunião de Sócios.

Parágrafo Quarto: A Sociedade poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em menores períodos de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, se existir.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Décima Sexta: Nenhum sócio poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas a outro sócio ou a terceiros sem previamente oferecer aos demais Sócios o direito de adquiri-las.

Parágrafo Primeiro: O Sócio que pretender ceder e transferir suas quotas, total ou parcialmente, a outro Sócio ou a terceiros, deverá notificar, por escrito, os demais Sócios, os quais terão o direito de preferência para adquiri-las, nas mesmas condições, devendo o Sócio alienante informar o nome do interessado adquirente e todas as condições do negócio, sendo que o direito de preferência deverá ser exercido no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados do recebimento da notificação.

Parágrafo Segundo: O não exercício, por parte dos demais Sócios, do direito de preferência permitirá que o Sócio alienante efetue a transferência das quotas oferecidas nas condições da proposta apresentada, observado, em qualquer situação, o disposto da cláusula Décima Sétima.

Cláusula Décima Sétima: Observadas as regras de direito de preferência previstas no parágrafo primeiro da cláusula Décima Sexta, caso um dos Sócios deseje alienar suas quotas a um terceiro, os demais Sócios poderão exigir, sob pena de nulidade da venda, que o terceiro também adquira as suas quotas pelo mesmo preço e nas mesmas condições propostas ao Sócio ofertado. Para este fim, os demais Sócios deverão comunicar, no prazo previsto no parágrafo primeiro da cláusula Décima Sexta, sua intenção ao Sócio ofertado.

Cláusula Décima Oitava: Caso qualquer dos Sócios deseje se retirar da Sociedade, deverá comunicar sua decisão, por escrito, aos demais Sócios. No prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação, as quotas do Sócio retirante serão adquiridas pelos demais Sócios ou

17ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.



EM BRANCO

pela Sociedade, por valor a ser negociado, de boa-fé, entre os Sócios remanescentes e o Sócio retirante.

Cláusula Décima Nona: A Sociedade não entrará em dissolução e consequentemente liquidação por saída de qualquer de seus Sócios, independentemente da razão, seja por retirada, exclusão, recuperação judicial ou falência, insolvência ou incapacidade legal de qualquer dos Sócios.

Cláusula Vigésima: Nos casos de dissolução da Sociedade, que somente ocorrerá por deliberação da maioria absoluta dos Sócios, exercerá a função de liquidante o sócio majoritário, sendo que os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação integral das obrigações, e o remanescente, se houver, dividido, proporcionalmente ao capital, entre os Sócios.

Cláusula Vigésima Primeira: A maioria dos Sócios poderá excluir da Sociedade um ou mais Sócios por justa causa, quando eles estiverem colocando em risco a continuidade da Sociedade, em razão da prática de atos de inegável gravidade, sendo que a referida exclusão será efetuada mediante alteração do presente contrato social. Nesta hipótese, a Sociedade levantará balanço patrimonial especial para fins de apuração e pagamento dos haveres do(s) Sócio(s) excluído(s), deduzidos os valores dos prejuízos causados pelo(s) mesmo(s), na forma permitida pelo artigo 1.085 da Lei n.º 10.406/02.

Parágrafo Único: A exclusão por justa causa de que trata a presente cláusula será determinada, necessariamente, em reunião especialmente convocada para este fim, garantido tempo hábil ao Sócio que se pretende excluir exercício do direito de defesa.

Cláusula Vigésima Segunda: As dúvidas oriundas do presente contrato social e os casos omissos serão resolvidos pelos Sócios com base na Lei 10.406/2002 (Código Civil) e, supletivamente, na Lei n.º 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

Cláusula Vigésima Terceira: Os Sócios declaram, neste ato, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as atividades explicitadas acima, bem como estarem em pleno gozo de sua capacidade civil, podendo, portanto, exercer atividade de empresário, nos termos do artigo 1.011, § 1º da Lei n.º 10.406/02.

Cláusula Vigésima Quarta: Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Capital de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim, ajustados e contratados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma:

17ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIL - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

São Paulo - SP, 15 de Abril de 2021.

Julia Rangel Rola Albuquerque
AGLA PARTICIPAÇÕES S/A
Julia Rangel Rola Albuquerque
CPF: 006.699.863-80

Julia Rangel Rola Albuquerque
MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA
Julia Rangel Rola Albuquerque
CPF: 006.699.863-80



EM BRANCO

MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO

CNPJ 16.383.848/0001

NIRE 35230998240

JUCESP PROTOCOLO
0.307.904/21-0

133



ATA DA REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2021

DATA E HORA: 15 de Abril de 2021, às 8:00 horas.

LOCAL: Rua Doutor Eduardo Sousa Aranha, nº 387, Conjunto 101, Bairro Vila Nova Conceição, São Paulo – SP, CEP. 04.543-121.

PRESENÇA: Presentes todos os sócios, abaixo indicados, da MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA., dispensada a convocação na forma do parágrafo 2º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2002.

- **AGLA PARTICIPAÇÕES S/A**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rod. BR 116 n. 10.000, A, Jangurussu, Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.850-012, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.228.303/0001-24, com o seu estatuto social arquivado na Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC), sob o NIRE nº. 23.300.039.611, neste ato representada por seus Diretores Julia Rangel Rola Albuquerque, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, engenheira civil, inscrita no CPF/MF sob o nº. 006.699.863-80, portadora da carteira de identidade nº. 2001002342200, expedida pelo SSP-CE, e Marcus Pinto Rola Filho, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº. 029.256.683-21, portador da carteira de identidade (CHN) sob o nº. 0388736374, expedida pelo DETRAN-CE, com endereço comercial na Avenida Dom Luís n. 1.200, sala 811, Torre Business, Aldeota, Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.160-230, e

- **MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Rodovia BR-116 n. 10.000 – A, sala 04, Jangurussu, Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.870-812, neste ato representada por sua sócia administradora Julia Rangel Rola Albuquerque, acima qualificada.

MESA: Julia Rangel Rola Albuquerque, como Presidente, e Marcus Pinto Rola Filho, como Secretário.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: a) Eleição dos membros do Conselho de Administração para um novo mandato conforme cláusula 8ª, 9ª e 10ª do Contrato Social;

DELIBERAÇÕES: Após a lavratura das matérias constantes da ordem do dia, os Sócios, por unanimidade, deliberam por:

Aprovar a lavratura da presente ata em forma de sumário das deliberações.

Eleição dos membros fixos do Conselho de Administração para um novo mandato de 3 (três) anos, tendo sido eleitos; (i) **JÚLIA RANGEL ROLA ALBUQUERQUE**, brasileira, engenheira civil, casada sob o regime de separação de bens convencional, nascida em 25/05/1986, portadora da cédula de identidade RG nº 2001002342200 SSP-CE, inscrita no



EM BRANCO




CPF/MF sob nº 006.699.863-80, com endereço comercial na Avenida Dom Luís n. 1.200, sala 811, Torre Business, Aldeota, Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.160-230; (ii) **MARCUS PINTO ROLA FILHO**, brasileiro, engenheiro civil, solteiro, nascido em 30/05/1988, portador da CNH nº 03887363674, DETRAN-CE, inscrito no CPF/MF sob nº 029.256.683-21, com endereço comercial na Avenida Dom Luís n. 1.200, sala 811, Torre Business, Aldeota, Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.160-230; (iii) **EDUARDO HENRIQUE SOERENSEN GARCIA**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 49.059, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF nº 733.463.817-49, com endereço comercial na Rua da Quitanda, nº 187, 8º Andar, Bairro: Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.091-005.

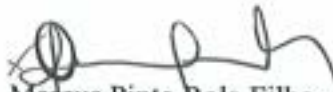
O Termo de Posse dos Conselheiros serão assinados em até 48 horas.



Os membros efetivos do Conselho de Administração não receberão nenhuma remuneração.


ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa para lavratura da presente ata que, lida, foi por todos assinada.

ASSINATURAS:


Julia Rangel Rola Albuquerque
Presidente



Marcus Pinto Rola Filho
Secretário


Sócio:  
AGLA PARTICIPAÇÕES S/A.
(representantes legais Julia Rangel Rola Albuquerque e Marcus Pinto Rola Filho)

Sócio: 
MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA.
(representante legal Julia Rangel Rola Albuquerque)

Certifico que a presente é copia fiel da ata original lavrada no livro próprio.

São Paulo, 15 de Abril de 2021.


Julia Rangel Rola Albuquerque
Presidente


Marcus Pinto Rola Filho
Secretário



EM BRANCO

MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**CNPJ 16.383.848/0001-87****NIRE 35230998240****TERMO DE POSSE**


Eleição em Reunião de Sócios
Realizada em 15 de Abril de 2021

Na data de 15 de Abril de 2021, às 9:00 horas, **JÚLIA RANGEL ROLA ALBUQUERQUE**, brasileira, engenheira civil, casada sob o regime de separação de bens convencional, nascida em 25/05/1986, portadora da cédula de identidade RG nº 2001002342200 SSP-CE e inscrito no CPF/MF sob nº 006.699.863-80, com endereço comercial na Avenida Dom Luís n. 1.200, sala 811, Torre Business, Aldeota, Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.160-230, compareceu na sede da **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, a fim de tomar posse no cargo de **Conselheira de Administração** da sociedade, para o qual foi eleita Ata de Reunião de Sócios, realizada na data de 15 de Abril de 2021.

Neste ato, a Sra. Julia Rangel Rola Albuquerque, acima qualificada, toma posse no cargo de **Conselheira de Administração** da empresa **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, sendo investido nos poderes necessários para o exercício das atividades e funções pertinentes ao cargo. Indica o endereço acima para receber eventuais citações intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de gestão da sociedade.

A Conselheira de Administração eleita aceita o cargo e declara, sob as penas da lei, não estar impedido, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Declara, ainda, que preenche todas as condições e requisitos previstos no artigo 1.011 do Código Civil e nos artigos 145 a 147 da Lei 6.404/76, estando plenamente em condições de assumir o cargo para o qual foi eleito.

São Paulo, 15 de Abril de 2021.


JÚLIA RANGEL ROLA ALBUQUERQUE

CPF: 006.699.863-80**CONSELHEIRA**

139 Taberão de Notas
AUTENTICAÇÃO:
ESTA CÓPIA, APRESENTADA PELA PARTE,
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.

S.P. 15 JUN. 2021

HELIO AERNANDES DA SILVA
Escritório de Autenticação
Rua Princesa Leopoldina, 303 - Bixoca da Paulista
04031-091 - São Paulo - SP - Tel. 5041-7473
AUTENTICAÇÃO - RS 3.240



EM BRANCO

12

MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**CNPJ 16.383.848/0001-87****NIRE 35230998240****TERMO DE POSSE**Eleição em Reunião de Sócios
Realizada em 15 de Abril de 2021

Na data de 15 de Abril de 2021, às 9:00 horas, **MARCUS PINTO ROLA FILHO**, brasileiro, engenheiro civil, solteiro, nascido em 30/05/1988, portador da CNH nº 03887363674 DETRAN-CE, inscrito no CPF/MF sob nº 029.256.683-21, com endereço comercial na Avenida Dom Luis n. 1.200, sala 811, Torre Business, Aldeota, Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.160-230, compareceu na sede da **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, a fim de tomar posse no cargo de **Conselheiro de Administração** da sociedade, para o qual foi eleita Ata de Reunião de Sócios, realizada na data de 15 de Abril de 2021.

Neste ato, o Sr. Marcus Pinto Rola Filho, acima qualificado, toma posse no cargo de **Conselheira de Administração** da empresa **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, sendo investido nos poderes necessários para o exercício das atividades e funções pertinentes ao cargo. Indica o endereço acima para receber eventuais citações intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de gestão da sociedade.

O Conselheiro de Administração eleito aceita o cargo e declara, sob as penas da lei, não estar impedido, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Declara, ainda, que preenche todas as condições e requisitos previstos no artigo 1.011 do Código Civil e nos artigos 145 a 147 da Lei 6.404/76, estando plenamente em condições de assumir o cargo para o qual foi eleito.

São Paulo, 15 de Abril de 2021.


MARCUS PINTO ROLA FILHO**CPF: 029.256.683-21****CONSELHEIRO**

13º Tabelião de Notas
AUTENTICAÇÃO:
ESTA CÓPIA, APRESENTADA PELA PARTE,
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.

S.P. 15 JUN. 2021

HELIO FERNANDES DA SILVA
Escritório Autenticado
Rua Pinheiro Neto, 363 - Grupos Paulista
04011-001 - São Paulo - SP - Tel: 3041-1611
SUA AUTENTICAÇÃO - R\$ 3,50



EM BRANCO



MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**CNPJ 16.383.848/0001-87****NIRE 35230998240****TERMO DE POSSE**


Eleição em Reunião de Sócios
Realizada em 15 de Abril de 2021

Na data de 15 de Abril de 2021, às 9:00 horas, **EDUARDO HENRIQUE SOERENSEN GARCIA**, brasileiro, casado, portador da célula de identidade nº 49.059, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF nº 733.463.817-49, com endereço comercial na Rua da Quitanda, nº 187, 8º Andar, Bairro: Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.091-005, compareceu na sede da **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, a fim de tomar posse no cargo de **Conselheiro de Administração** da sociedade, para o qual foi eleita Ata de Reunião de Sócios, realizada na data de 15 de Abril de 2021.

Neste ato, o Sr. **EDUARDO HENRIQUE SOERENSEN GARCIA**, acima qualificado, toma posse no cargo de **Conselheira de Administração** da empresa **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, sendo investido nos poderes necessários para o exercício das atividades e funções pertinentes ao cargo. Indica o endereço acima para receber eventuais citações intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de gestão da sociedade.

O Conselheiro de Administração eleito aceita o cargo e declara, sob as penas da lei, não estar impedido, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Declara, ainda, que preenche todas as condições e requisitos previstos no artigo 1.011 do Código Civil e nos artigos 145 a 147 da Lei 6.404/76, estando plenamente em condições de assumir o cargo para o qual foi eleito.

São Paulo, 15 de Abril de 2021.


EDUARDO HENRIQUE SOERENSEN GARCIA
CPF: 733.463.817-49
CONSELHEIRO

139 Tabelão de Notas
AUTENTICAÇÃO:
ESTA CÓPIA, APRESENTADA PELA PARTE,
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.

S.P. 15 JUN 2021

HELIO FERNANDES DA SILVA
Escritório Autenticado
Rua Princesa Isabel, 863 - Boticário Paulista
04071-001 - São Paulo - SP - Tel: 0541-7611
139 AUTENTICAÇÃO - RS 3.50



EM BRANCO

MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TE

JUCESP PROTOCOLO
0.308.006/21-5

NIRE nº 35230998240



CNPJ/MF nº 16.383.848/0001-87

ATA DE REUNIÃO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: No dia 14 de Abril 2021, às 08:00 horas, na sede social da **MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o número 16.383.848/0001-87, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Eduardo Sousa Aranha, nº 387, Conjunto 101, Bairro Vila Nova Conceição, CEP 04.543-121.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Conselheiros devidamente convocados na forma da lei e do Regimento Interno do Conselho de Administração. Presentes os membros do Conselho de Administração, Srs. Marcus Pinto Rola Filho e Julia Rangel Rola Albuquerque. Ausente, justificadamente, o secretário de mesa o Sr. Eduardo Henrique Soerensen Garcia.

MESA: Presidente Julia Rangel Rola Albuquerque e Secretário Marcus Pinto Rola Filho.

ORDEM DO DIA: Manifestação sobre (i) as contas apresentadas pelo Diretor Executivo, referente ao exercício social de 2020; e (ii) demonstrações financeiras do exercício social de 2020, na forma do item 'h' da cláusula décima do contrato social.

DELIBERAÇÕES: Os Conselheiros presentes, depois de examinadas e discutidas, concordam com as contas apresentada pelo Diretor Executivo e com as demonstrações financeiras da Sociedade, referente ao exercício social de 2020, que serão encaminhadas para aprovação dos sócios em reunião própria.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrado os trabalhos, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por




EM BRANCO

todos os presentes. Presidente: Julia Rangel Rola Albuquerque. Secretário: Marcus Pinto Rola Filho. Conselheiros: Julia Rangel Rola Albuquerque e Marcus Pinto Rola Filho.


A presente é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio.


São Paulo, 14 de Abril 2021.

PRESIDENTE E SECRETÁRIO


Julia Rangel Rola Albuquerque
Presidente


Marcus Pinto Rola Filho
Secretário


Julia Rangel Rola Albuquerque
Conselheiro


Marcus Pinto Rola Filho
Conselheiro

13ª Tab. Pão de Notas
AUTENTICAÇÃO:
ESTA CÓPIA, APRESENTADA PELA PARTE,
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.
S.P. 15 JUN. 2021
HELO HERNANDES DA SILVA
Escrivão de Autenticação
Rua Princesa Isabel, 383 - Brás - São Paulo
CEP: 05061-001 - São Paulo - SP - Tel: 5041-76-7
AUTENTICAÇÃO - R\$ 3,30



EM BRANCO



JUCESP PROTOCOLO
0.307.971/21-1

140



MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E
CNPJ 16.363.848/0001-87
NIRE 3523099824-0

**ATA DA REUNIÃO DE SÓCIOS
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2021**

DATA E HORA: 14 de Abril de 2021, às 9:00 horas.

LOCAL: Rua Doutor Eduardo Sousa Aranha, nº 387, Conjunto 101, Bairro Vila Nova Conceição, São Paulo – SP, CEP. 04.543-121.

PRESENÇA: Presentes todos os sócios, abaixo indicados, da MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA., dispensada a convocação na forma do parágrafo 2º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2002.

- **AGLA PARTICIPAÇÕES S/A**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rod. BR 116 n. 10.000, A, Jangurussu, Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.850-012, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.228.303/0001-24, com o seu estatuto social arquivado na Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC), sob o NIRE nº 23.300.039.611, neste ato representada por seus Diretores Julia Rangel Rola Albuquerque, brasileira, casada sob o regime de separação total de bens, engenheira civil, inscrita no CPF/MF sob o nº. 006.699.863-80, portadora da carteira de identidade nº. 2001002342200, expedida pelo SSP-CE, e Marcus Pinto Rola Filho, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº. 029.256.683-21, portador da carteira identidade (CHN) sob o nº. 0388736374, expedida pelo DETRAN-CE, ambos residentes e domiciliados nesta cidade e com endereço comercial à Avenida Dom Luis n. 1.200, sala 811, Torre Business, Aldeota, Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.160-230, e

- **MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Rodovia BR-116 n. 10.000 – A, sala 04, Jangurussu, Fortaleza, Estado do Ceará, CEP 60.870-812, neste ato representada por sua sócia administradora Julia Rangel Rola Albuquerque, acima qualificada.

MESA: Julia Rangel Rola Albuquerque, como Presidente, e Marcus Pinto Rola Filho, como Secretário

33-13º Tabelião de Notas
AUTENTICAÇÃO PELA PIV
ESTA CÓPIA, APRESENTADA PELA PIV,
CONFERE COM O ORIGINAL, DOU FE.
S.P. 15 JUN 2021
HELIO FERNANDES DA SILVA
Escritório Autenticação
Rua Princesa Isabel, 863 - Brás Pausa
05011-011 - São Paulo - SP - Tel: 5041-7611
AUTENTICAÇÃO - R\$ 3,50



EM BRANCO

1252-1

ORDEM DO DIA: Nos termos do artigo 1.078 do Código Civil Brasileiro, tomar as contas do diretor e dos conselheiros de administração, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico da Sociedade referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

DELIBERAÇÕES: Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os sócios, por unanimidade de votos e sem ressalvas, (i) aprovaram e ratificaram as contas do diretor e dos conselheiros de administração, o balanço patrimonial e de resultado econômico da Sociedade, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os quais foram preparados em conformidade com a lei e com o Contrato Social e encontram-se devidamente arquivados na sede social da Sociedade; e (ii) aprovaram a destinação do lucro apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para a reserva de lucros acumulados da Sociedade.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a reunião foi suspensa para lavratura da presente ata que, lida, foi por todos assinada.

ASSINATURAS:


Julia Rangel Rola Albuquerque
Presidente


Marcus Pinto Rola Filho
Secretário

Sócio:  
AGLA PARTICIPAÇÕES S/A
(representantes legais Julia Rangel Rola Albuquerque e Marcus Pinto Rola Filho)

Sócio: 
MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA
(representante legal Julia Rangel Rola Albuquerque)

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio.

São Paulo, 14 de Abril de 2021.

139 Tabrão de Notas
AUTENTICAÇÃO:
ESTA CÓPIA, APRESENTADA PELA PARTE,
CONFERE COM O ORIGINAL, COU FE.

S.P. 15 JUN. 2021

MELIO FERNANDES DA SILVA
Escritório Autorizado
Rua Princesa Isabel, 303 - Jd. Brasil Paulista
04011-000 - São Paulo - SP - Tel: 5041-76 -
ATA AUTENTICAÇÃO - R\$ 3,50



EM BRANCO

mobit

MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

JUCESP PROTOCOLO
0.890.099/20-0**MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E**
CNPJ 16.383.848/0001-87
NIRE 35230998240**16ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL**CONVENIO
JUCESP

AGLA PARTICIPAÇÕES S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia BR 116, nº 10.000 A, Bairro Jangurussu, Fortaleza – CE, CEP 60.850-012, inscrita no CNPJ sob o nº 24.228.303/0001-24, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC, sob o NIRE Nº 23300039611, neste ato representada por sua Diretora **JÚLIA RANGEL RÔLA ALBUQUERQUE**, brasileira, nascida em 25/05/1986, engenheira civil, casada sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF nº 006.699.863-80, portador do RG nº 2001002342200, SSP-CE, com endereço comercial na Avenida Dom Luís, 1200 – sala 811 – Torre Business, Bairro Aldeota, Fortaleza - CE, CEP 60.160-230.

SINGULAR

MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na Rodovia BR 116, nº 10.000 A, Sala 04, Bairro Jangurussu, Fortaleza – CE, CEP 60.870-812, inscrita no CNPJ 19.517.939/0001-56, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC, sob o NIRE Nº 23201820853, neste ato representada por sua Sócia Administradora a Sr.ª **JÚLIA RANGEL RÔLA ALBUQUERQUE**, brasileira, nascida em 25/05/1986, engenheira civil, casada sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF nº 006.699.863-80, portador do RG nº 2001002342200, SSP-CE, com endereço comercial na Avenida Dom Luís, 1200 – sala 811 – Torre Business, Bairro Aldeota, Fortaleza - CE, CEP 60.160-230.

As partes são sócias da sociedade empresária limitada, **MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 16.383.848/0001-87, com sede na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, Conjunto 101, Bairro Vila Nova Conceição, São Paulo – SP, CEP 04.543-121, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35230998240, decidem alterar seu contrato social e o faz de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – As partes resolvem aumentar o capital da empresa em R\$ 3.757.664,52 (Três milhões e setecentos e cinquenta e sete mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), proporcionais as suas participações na sociedade, correspondente ao saldo da conta contábil de Reservas de Incentivos Fiscais, devidamente contabilizado no exercício de 2019, conforme previsão legal do art. 9º do Decreto 64.214/1969.

CLÁUSULA SEGUNDA – Após a alteração havida na clausula primeira deste aditivo, o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 28.469.806,52 (vinte e oito milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e dois centavos), dividido em 28.469.806,52 (vinte e oito milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e seis e zero virgula cinquenta e duas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuído na seguinte proporção:

33-139 Tabela de Notas
AUTENTICAÇÃO
ESTA CÓPIA, APRESENTADA PELA PARTE,
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE

S.P. 15 JUN. 2021

HELIO FERNANDES DA SILVA
Diretor Presidente
CNPJ nº 16.383.848/0001-87
Rua Princesa Isabel, 303 - São Paulo
0501-40 - São Paulo - SP - Tel: 5011-3011
NIRE 35230998240 - R\$ 3.990

16ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA





SÓCIOS	N.º DE QUOTAS	VALOR	%
AGLA PARTICIPAÇÕES S/A	28.458.418,60	R\$ 28.458.418,60	99,96%
MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA	11.387,92	R\$ 11.387,92	0,04%
TOTAL	28.469.806,52	R\$ 28.469.806,52	100,00%

CLÁUSULA TERCEIRA – As partes decidem que as todas as atividades econômicas – CNAE's já incluídas em sua Matriz, serão também incluídas na sua filial localizada na Cidade de Fortaleza – CE, NIRE 23900628366, inscrita no CNPJ 16.383.848/0007-72, localizada na Rodovia BR 116, nº 10.000 B, Bairro Jangurussu, CEP 60.870-812, conforme objeto social da sociedade abaixo:

Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, Sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle, Provedores de acesso as redes de comunicações, Serviços de comunicação multimídia SCM, Provedores de voz sobre protocolo internet VOIP, Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet, Atividades auxiliares dos transportes terrestres, Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme, Aluguel de maquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador, Instalação de equipamentos, Manutenção e reparação de aparelhos eletromedicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação, Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos, Serviços de engenharia, Concessionárias de rodovias, pontes, tuneis e serviços relacionados, Atividades de prestação de serviços de informação, Impressão de material de segurança, Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação, Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, Consultoria em tecnologia da informação, Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação, Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle, Comercio atacadista de maquinas e equipamentos partes e peças, Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, Estacionamento de veículos, Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista, Locação de automóveis sem condutor, Locação de mão-de-obra temporária, Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, Serviços de operações de radares para órgãos públicos, Fabricação de lâmpadas, Fabricação de luminárias e equipamentos de iluminação, Comercio atacadista luminárias, Comercio atacadista de material elétrico, Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em serie e sob encomenda, Comercio atacadista de pré-moldados, Instalação e manutenção elétrica, Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios, Distribuição de energia elétrica, Geração de energia elétrica, Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica, Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, Demolição de edificios e outras estruturas, Preparação de canteiro e limpeza de terreno, Obras de terraplenagem, Instalações sanitárias e de gás, Pesquisas de mercado e de opinião pública.

1ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIL - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.



EM BRANCO

CLÁUSULA QUARTA – Por fim, decidem os Sócios, por unanimidade de votos, consolidar as demais cláusulas do Contrato Social que passam a vigorar com a redação abaixo:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Cláusula Primeira: A presente sociedade empresária, do tipo sociedade limitada, é constituída nos termos na Lei n.º 10.406/02 e girará sob a denominação **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**. ("Sociedade"), e se regerá pelo presente contrato e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Cláusula Segunda: Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, Sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle, Provedores de acesso as redes de comunicações, Serviços de comunicação multimídia SCM, Provedores de voz sobre protocolo internet VOIP, Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet, Atividades auxiliares dos transportes terrestres, Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme, Aluguel de maquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador, Instalação de equipamentos, Manutenção e reparação de aparelhos eletromedicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação, Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos, Serviços de engenharia, Concessionárias de rodovias, pontes, tuneis e serviços relacionados, Atividades de prestação de serviços de informação, Impressão de material de segurança, Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação, Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, Consultoria em tecnologia da informação, Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação, Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle, Comercio atacadista de maquinas e equipamentos partes e peças, Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, Estacionamento de veículos, Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista, Locação de automóveis sem condutor, Locação de mão-de-obra temporária, Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, Serviços de operações de radares para órgãos públicos, Fabricação de lâmpadas, Fabricação de luminárias e equipamentos de iluminação, Comercio atacadista luminárias, Comercio atacadista de material elétrico, Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em serie e sob encomenda, Comercio atacadista de pré-moldados, Instalação e manutenção elétrica, Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não elétricos para instalações térmicas, peças e acessórios, Distribuição de energia elétrica, Geração de energia elétrica, Atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica, Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, Demolição de edificios e outras estruturas, Preparação de canteiro e limpeza de terreno, Obras de terraplenagem, Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, Pesquisas de mercado e de opinião pública.

16ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

Handwritten text, likely a signature or date, located in the bottom left corner of the page.

Cláusula Terceira: A sociedade tem sede administrativa na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, Conjunto 101, Bairro Vila Nova Conceição, Cidade de São Paulo - SP, CEP: 04.543-121, e filiais nos endereços abaixo:

- Cidade de Juazeiro do Norte – CE, NIRE 23900597428, inscrita no CNPJ 16.383.848/0002-68, localizada na Rua Joaquim Figueiredo, nº 68, Bairro Triângulo, CEP 63.040-780;
- Cidade de Mossoró – RN, NIRE 24900293276, inscrita no CNPJ 16.383.848/0003-49, localizada na Rua Francisco Heronildes da Silva, nº 165, Bairro Nova Betânia, CEP 59607-477;
- Cidade de São Luís – MA, NIRE 21900295657, inscrita no CNPJ 16.383.848/0004-20, localizada na Rua Israel nº 13-B, Bairro Jardim São Cristóvão, São Luís – MA, CEP 65.056-420;
- Cidade de Natal – RN, NIRE 24900298669, inscrita no CNPJ 16.383.848/0005-00, localizada na Rua Raimundo Juvino de Oliveira, nº 2436, Bairro Lagoa Nova, Natal – RN, CEP 59.062-680;
- Cidade de Americana – SP, NIRE 35905351796, inscrita no CNPJ 16.383.848/0006-91, localizada na Rua Bolívia nº 245, edícula, Bairro Cechino, CEP 13.465-750;
- Cidade de Fortaleza – CE, NIRE 23900628366, inscrita no CNPJ 16.383.848/0007-72, localizada na Rodovia BR 116, nº 10.000 B, Bairro Jangurussu, CEP 60.870-812.
- Cidade de Sobral – CE, NIRE 23900642652, inscrita no CNPJ 16.383.848/0008-53, localizada na Travessa Manoel Rodrigues do Monte, nº 92, Bairro Domingos Olímpio, Sobral – CE, CEP 62.022-425,
- Cidade de Parauapebas – PA, NIRE 15900481229, inscrita no CNPJ 16.383.848/0009-34, localizada na Avenida Floriano Peixoto, nº S/N, Quadra 007 Lote 09/10/21/22, Bairro Loteamento Esplanada, CEP 68.515-000;

Parágrafo Primeiro: A Sociedade poderá abrir e fechar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação dos Sócios.

Clausula Quarta: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPITULO II – DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta: O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 28.469.806,52 (vinte e oito milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e dois centavos), dividido em 28.469.806,52 (vinte e oito milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e seis e zero virgula cinquenta e duas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuído na seguinte proporção:

SÓCIOS	N.º DE QUOTAS	VALOR	%
AGLA PARTICIPAÇÕES S/A	28.458.418,60	R\$ 28.458.418,60	99,96%
MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA	11.387,92	R\$ 11.387,92	0,04%
TOTAL	28.469.806,52	R\$ 28.469.806,52	100,00%

16ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

Parágrafo Primeiro: Cada quota do capital social da Sociedade é indivisível e confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo Segundo: As quotas não poderão ser objeto de garantias, penhores e outros gravames.

Parágrafo Terceiro: O capital social da Sociedade poderá ser aumentado, mediante subscrição de novas quotas e serem realizadas em moeda corrente nacional ou pela incorporação de bens passíveis de avaliação pecuniária, ou ainda, através da conversão de passivo e da apropriação de reservas registradas na contabilidade.

Parágrafo Quarto: No aumento de capital com a subscrição de novas quotas, é assegurado aos Sócios da Sociedade o direito de preferência na subscrição das novas quotas, observada a proporção de sua participação societária. O direito de preferência deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias da data da deliberação social que houver aprovado o aumento do capital social.

CAPÍTULO III – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Cláusula Sexta: A responsabilidade dos Sócios é limitada ao valor de suas quotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei 10.406/2002.

Cláusula Sétima: Os Sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, segundo remissão determinada pelo artigo 1.054 da Lei 10.406/2002.

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula Oitava: A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e 1 (um) Diretor Executivo, residente e domiciliado no país, Sócio ou não, que agirá na representação da Sociedade e desempenhará as suas funções de acordo com a Lei e o presente Contrato Social.

Parágrafo Primeiro: São condições para o exercício dos cargos de Diretor Executivo, de membro do Conselho de Administração e de membro do Conselho Fiscal, este se instaurado:

- ter reputação ilibada e idoneidade moral; e
- não estar impedido por lei especial, nem investigado ou condenado por qualquer infração, em especial, mas não exclusivamente à Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

Parágrafo Segundo: A investidura de cada um dos membros eleitos do Conselho de Administração, e eventualmente do Conselho Fiscal, far-se-á em ato separado e declaração de desimpedimento para atuação no cargo.

Parágrafo Terceiro: A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e do Diretor Executivo será fixada pela Reunião de Sócios.

Parágrafo Quarto: Os cargos de membro do Conselho de Administração e de Diretor Executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.



EM BRANCO



Cláusula Nona: O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, composto por 3 (três) ou 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Reunião de Sócios.

Parágrafo Primeiro: A Reunião de Sócios determinará, antes da eleição dos membros do Conselho de Administração, o número de membros efetivos a serem eleitos.

Parágrafo Segundo: Uma vez nomeados pelos Sócios, os conselheiros efetivos elegerão o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, nos termos do regimento interno do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro: O mandato dos membros do Conselho de Administração é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Em caso de vacância, os conselheiros nomearão um substituto que ocupará o cargo até a próxima Reunião de Sócios, ocasião em que será eleito novo conselheiro, que completará o prazo de mandato do substituído. Ocorrendo a vacância da maioria dos cargos, a Reunião de Sócios deverá proceder à nova eleição no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quarto: O Conselho de Administração deverá se reunir 1 (uma) vez ao mês e sempre que for necessário aos interesses sociais.

Parágrafo Quinto: Os membros do Conselho de Administração deverão observar as regras de funcionamento, estrutura, organização, atribuições e responsabilidades do Conselho de Administração estabelecidas no Regimento Interno do órgão.

Cláusula Décima: Além das atribuições decorrentes de outros preceitos do presente contrato social ou da lei, incumbe ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- b) Convocar a Reunião de Sócios, sempre que necessário ou exigido por lei;
- c) Zelar pela integridade, valores éticos e pelo atendimento das leis e normas reguladoras as quais a Sociedade se submeta;
- d) Aprovar o orçamento anual, o orçamento de capital e o plano anual de investimento e desenvolvimento da Sociedade;
- e) Aprovar o planejamento estratégico, bem como o respectivo plano de execução da Sociedade;
- f) Supervisionar o gerenciamento de risco;
- g) Fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelo Diretor Executivo e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Sociedade, examinando, a qualquer tempo, livros e documentos da Sociedade, solicitando informações que entenda relevantes;
- h) Manifestar-se sobre o relatório de administração e sobre as contas apresentadas pelo Diretor Executivo, bem como sobre as demonstrações financeiras da Sociedade;
- i) Aprovar os programas de expansão e de investimentos, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados;
- j) Aprovar alterações relevantes na estrutura organizacional da Sociedade necessárias ao suporte às estratégias definidas;
- k) Escolher e destituir os auditores independentes, bem como alterar a política contábil e fiscal da Sociedade;

16ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.



EM BRANCO

- l) Propor a política de dividendos da Sociedade;
- m) Deliberar e declarar, no curso do exercício social e até a Reunião de Sócios, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total, à conta de lucros apurados em balanço semestral, trimestral ou em período menos de tempo ou de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes no último balanço;
- n) Sempre que for o caso, fixar diretrizes a serem observadas pelos representantes da Sociedade em quaisquer reuniões de grupo de controle e ou de quotistas ou Assembleias Gerais de empresas coligadas ou controladas, ou outras que envolvam consórcios, "joint ventures" ou alianças estratégicas de que a Sociedade participe;
- o) Autorizar a assinatura de quaisquer contratos e a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive vender, doar, transferir, dar em garantia, hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar;
- p) Aprovar a obtenção de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil ou operações de crédito em geral, pela Sociedade;
- q) Deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinária não compreendido na competência privativa da Reunião de Sócios;
- r) Aprovar a propositura pela Sociedade de qualquer medida ou ação, administrativa ou judicial ou extrajudicial, contra qualquer parte; e
- s) Fortalecer e zelar pela imagem institucional da Sociedade.

Parágrafo Primeiro: O Conselho de Administração poderá atribuir a seu Presidente e ou a seu Vice-Presidente ou, ainda, a qualquer de seus membros, o acompanhamento sistemático dos negócios sociais, de modo a assegurar a consecução plena dos objetivos da Sociedade e o cumprimento das decisões do próprio Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: O Conselho poderá, a seu exclusivo critério, deliberar pela criação de comitês específicos, a ele vinculados.

Parágrafo Terceiro: As deliberações previstas em todas as alíneas do caput desta cláusula, cabem exclusivamente ao Conselho de Administração, ou por procurador (es) indicado (s) por ele. As procurações outorgadas deverão mencionar expressamente os poderes conferidos e deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado, nunca superior a 1 (um) ano.

Clausula Décima Primeira: Os Sócios indicam e nomeiam como Diretora Executiva da Sociedade a Sra. **CRISTIANE JOSINO PINHEIRO**, brasileira, casada sob a comunhão parcial de bens, administradora, RG nº 90002059628 SSPDS-CE, CPF nº 231.989.073-49, com escritório profissional situado na Rodovia BR 116, nº 10.000, bairro Jangurussu, na cidade de Fortaleza-Ceará, CEP 60.870-812. O mandato será de 2 (Dois) anos, a contar da data de assinatura do competente *Termo de Posse de Administrador*, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

Parágrafo Primeiro – O Diretor Executivo poderá ser destituído da cargo a qualquer tempo, mediante realização de Reunião de Sócios ou em aditivo ao Contrato Social.

16ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBILIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

Parágrafo Segundo – O Diretor Executivo declara, sob as penas da lei, que não está impedido(a) de exercer a administração da Sociedade: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Clausula Décima Segunda: Compete ao Diretor Executivo a administração da Sociedade, praticando os atos e operações necessários ao seu regular funcionamento, tais como, mas não exclusivamente:

- a) Representar a Sociedade perante Pessoas Jurídicas de Direito Privado, Fornecedores e Prestadores, podendo firmar orçamentos; negociar; assinar; distratar; contestar; exigir pagamento de multas, reembolso de despesas, notas fiscais, comprovantes de recolhimento de impostos; de contratos de prestação de serviços, consultoria, assessoria, terceirização de mão de obra, fornecimento de matéria prima e insumos, aluguéis, compras de materiais e equipamentos necessários às atividades da empresa;
- b) Representar a Sociedade perante qualquer instituição bancária em todo território nacional; para abrir, movimentar e encerrar contas bancárias já existentes e futuras, de natureza corrente, poupança, de investimentos, de seguros ou garantias; realizar transações via internet banking; solicitar, utilizar e cancelar Token ou qualquer outro meio de segurança; fazer operações de câmbio de qualquer natureza; solicitar extratos e saldos bancários; preencher e assinar formulários de cadastro e informações; realizar saques, pagamentos ou transferências; autorizar débitos e ou remeter ordens de pagamento e documentos de crédito, inclusive do exterior ou para o exterior; receber cartão magnético de débito; escolher, registrar, alterar e desbloquear senhas; promover aplicações e resgates; solicitar crédito ou cartão do BNDS, BNB ou qualquer outra instituição financeira; contratar seguros, fiança bancária; assinar DUT, CRLV, vistorias de veículos;
- c) Outorgar, em nome da Sociedade, procurações a terceiros;
- d) Representar a Sociedade em Juízo e perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas e privadas, inclusive outorgar procuração para terceiro(s), podendo o(s) procurador(es) representar a Sociedade isoladamente ou em conjunto;
- e) Representar a Sociedade em licitações públicas, podendo concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas, fazer impugnações, reclamações, protestos, recursos, assinar contratos com o órgão público contratante, assinar termos de constituição de consórcio, contratos de constituição de sociedades de propósito específico, contratos de participação conjunta (joint venture agreements) e os demais atos e documentos necessários à operacionalização da licitação, inclusive outorgar procuração para terceiro(s), podendo o(s) procurador(es) representar a Sociedade isoladamente ou em conjunto;

Parágrafo Primeiro: As procurações outorgadas deverão mencionar expressamente os poderes conferidos e deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado, nunca superior a 1 (um) ano.



EM BRANCO

Parágrafo Segundo: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade e quaisquer terceiros, os atos praticados pelo Diretor Executivo, pelos membros do Conselho de Administração ou por qualquer um dos Sócios, procuradores ou empregados que envolvam a constituição de obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor ou desfavor de terceiros e Sócios, e empréstimos da Sociedade aos Sócios e administradores, exceto quando previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro: Resta manifestamente vedado ao Diretor Executivo autorizar a assinatura de quaisquer contratos e a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou alienar bens sociais do ativo permanente, inclusive vender, doar, transferir, dar em garantia, hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, aprovar a obtenção de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil ou operações de crédito em geral, pela Sociedade;

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

Cláusula Décima Terceira: Obedecidas as disposições previstas nos artigos 1.066 a 1.070 da Lei n.º 10.406/02, é facultado aos Sócios, a qualquer momento, mediante aprovação prévia tomada em Reunião de Sócios, instaurar Conselho Fiscal, que será composto por 3 (três) membros, todos não Sócios.

Parágrafo Primeiro: Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for aprovada, a Reunião de Sócios elegerá seus membros e estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na Reunião de Sócios que aprovar as demonstrações financeiras do exercício para o qual o Conselho Fiscal foi instaurado.

Parágrafo Segundo: As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula Décima Quarta: O exercício social da Sociedade terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro.

Cláusula Décima Quinta: Ao final de cada exercício, serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro: Obedecido o disposto no art. 1.078 da Lei n.º 10.406/02, anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, será realizada Reunião de Sócios para:

- Tomar as contas do(s) administrador(es) e deliberar sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico;
- Designar administradores, quando for o caso;
- Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

16ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.



EM BRANCO

Parágrafo Segundo: Os lucros líquidos anualmente apurados terão a destinação que lhes for determinada pelos Sócios. No caso de distribuição de dividendos, é garantida a todos os Sócios sua participação proporcional.

Parágrafo Terceiro: Os lucros líquidos poderão, ainda, ser reinvestidos na Sociedade, desde que aprovado em Reunião de Sócios.

Parágrafo Quarto: A Sociedade poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em menores períodos de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, se existir.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Décima Sexta: Nenhum sócio poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas a outro sócio ou a terceiros sem previamente oferecer aos demais Sócios o direito de adquiri-las.

Parágrafo Primeiro: O Sócio que pretender ceder e transferir suas quotas, total ou parcialmente, a outro Sócio ou a terceiros, deverá notificar, por escrito, os demais Sócios, os quais terão o direito de preferência para adquiri-las, nas mesmas condições, devendo o Sócio alienante informar o nome do interessado adquirente e todas as condições do negócio, sendo que o direito de preferência deverá ser exercido no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados do recebimento da notificação.

Parágrafo Segundo: O não exercício, por parte dos demais Sócios, do direito de preferência permitirá que o Sócio alienante efetue a transferência das quotas oferecidas nas condições da proposta apresentada, observado, em qualquer situação, o disposto da cláusula Décima Sétima.

Cláusula Décima Sétima: Observadas as regras de direito de preferência previstas no parágrafo primeiro da cláusula Décima Sexta, caso um dos Sócios deseje alienar suas quotas a um terceiro, os demais Sócios poderão exigir, sob pena de nulidade da venda, que o terceiro também adquira as suas quotas pelo mesmo preço e nas mesmas condições propostas ao Sócio ofertado. Para este fim, os demais Sócios deverão comunicar, no prazo previsto no parágrafo primeiro da cláusula Décima Sexta, sua intenção ao Sócio ofertado.

Cláusula Décima Oitava: Caso qualquer dos Sócios deseje se retirar da Sociedade, deverá comunicar sua decisão, por escrito, aos demais Sócios. No prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação, as quotas do Sócio retirante serão adquiridas pelos demais Sócios ou pela Sociedade, por valor a ser negociado, de boa-fé, entre os Sócios remanescentes e o Sócio retirante.

Cláusula Décima Nona: A Sociedade não entrará em dissolução e consequentemente liquidação por saída de qualquer de seus Sócios, independentemente de decisão por retirada, exclusão, recuperação judicial ou falência, insolvência ou incapacidade legal de qualquer dos Sócios.



EM BRANCO

Cláusula Vigésima: Nos casos de dissolução da Sociedade, que somente ocorrerá por deliberação da maioria absoluta dos Sócios, exercerá a função de liquidante o sócio majoritário, sendo que os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação integral das obrigações, e o remanescente, se houver, dividido, proporcionalmente ao capital, entre os Sócios.

Cláusula Vigésima Primeira: A maioria dos Sócios poderá excluir da Sociedade um ou mais Sócios por justa causa, quando eles estiverem colocando em risco a continuidade da Sociedade, em razão da prática de atos de inegável gravidade, sendo que a referida exclusão será efetuada mediante alteração do presente contrato social. Nesta hipótese, a Sociedade levantará balanço patrimonial especial para fins de apuração e pagamento dos haveres do(s) Sócio(s) excluído(s), deduzidos os valores dos prejuízos causados pelo(s) mesmo(s), na forma permitida pelo artigo 1.085 da Lei n.º 10.406/02.

Parágrafo Único: A exclusão por justa causa de que trata a presente cláusula será determinada, necessariamente, em reunião especialmente convocada para este fim, garantido tempo hábil ao Sócio que se pretende excluir exercício do direito de defesa.

Cláusula Vigésima Segunda: As dúvidas oriundas do presente contrato social e os casos omissos serão resolvidos pelos Sócios com base na Lei 10.406/2002 (Código Civil) e, supletivamente, na Lei n.º 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

Cláusula Vigésima Terceira: Os Sócios declaram, neste ato, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as atividades explicitadas acima, bem como estarem em pleno gozo de sua capacidade civil, podendo, portanto, exercer atividade de empresário, nos termos do artigo 1.011, § 1º da Lei n.º 10.406/02.

Cláusula Vigésima Quarta: Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Capital de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim, ajustados e contratados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma:

São Paulo - SP, 14 de Outubro de 2020.

AGLA PARTICIPAÇÕES S/A
Julia Rangel Rola Albuquerque
CPF: 006.699.863-80

MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA
Julia Rangel Rola Albuquerque
CPF: 006.699.863-80

HELIO BERNARDES DA SILVA
 Escriturante Autorizado
 Rua Princesa Isabel, 463 - B. Jd. Paulista
 04011-021 - São Paulo - SP - (011) 3041-1761
 AUTENTICAÇÃO - R\$ 3,90

13º Tabelião de Notas
AUTENTICAÇÃO:
 ESTA CÓPIA, APRESENTADA PELA PARTE,
 CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.

S.P. 15 JUN. 2021

111203
AUTENTICAÇÃO
AU1098BC0245028

JUCESP
23 NOV. 2020

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
CIESP - COMÉRCIO - JUCESP

615151 SIMONEA DESPIN
SECRETARIA GERAL

463.152/20-7

JUCESP

EM BRANCO

mobit

MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

**MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA****CNPJ 16.383.848/0001-87****NIRE 35230998240****15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL**

AGLA PARTICIPAÇÕES S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rodovia BR 116, nº 10.000 A, Bairro Jangurussu, Fortaleza – CE, CEP 60.850-012, inscrita no CNPJ sob o nº 24.228.303/0001-24, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC, sob o NIRE Nº 23300039611, neste ato representada por sua Diretora **JÚLIA RANGEL RÔLA ALBUQUERQUE**, brasileira, nascida em 25/05/1986, engenheira civil, casada sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF nº 006.699.863-80, portador do RG nº 2001002342200, SSP-CE, com endereço comercial na Avenida Dom Luís, 1200 – sala 811 – Torre Business, Bairro Aldeota, Fortaleza - CE, CEP 60.160-230.

MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária limitada, com sede na Rodovia BR 116, nº 10.000 A, Sala 04, Bairro Jangurussu, Fortaleza – CE, CEP 60.870-812, inscrita no CNPJ 19.517.939/0001-56, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC, sob o NIRE Nº 23201820853, neste ato representada por sua Sócia Administradora a Sr.ª **JÚLIA RANGEL RÔLA ALBUQUERQUE**, brasileira, nascida em 25/05/1986, engenheira civil, casada sob o regime de separação total de bens, inscrito no CPF nº 006.699.863-80, portador do RG nº 2001002342200, SSP-CE, com endereço comercial na Avenida Dom Luís, 1200 – sala 811 – Torre Business, Bairro Aldeota, Fortaleza - CE, CEP 60.160-230.

As partes são sócias da sociedade empresária limitada, **MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 16.383.848/0001-87, com sede na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, Conjunto 101, Bairro Vila Nova Conceição, São Paulo – SP, CEP 04.543-121, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35230998240, decidem alterar seu contrato social e o faz de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – As partes resolvem alterar a Cláusula Décima, que versa sobre as incumbências do Conselho de Administração, importando validade a seguinte redação:

Cláusula Décima: Além das atribuições decorrentes de outros preceitos do presente contrato social ou da lei, incumbe ao Conselho de Administração:

- Fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;*
- Convocar a Reunião de Sócios, sempre que necessário ou exigido por lei;*
- Zelar pela integridade, valores éticos e pelo atendimento das leis e normas reguladoras as quais a Sociedade se submeta;*
- Aprovar o orçamento anual, o orçamento de capital e o plano anual de investimento e desenvolvimento da Sociedade;*
- Aprovar o planejamento estratégico, bem como o respectivo plano de execução da Sociedade;*

15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIT – MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

- f) Supervisionar o gerenciamento de risco;
- g) Fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelo Diretor Executivo e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Sociedade, examinando, a qualquer tempo, livros e documentos da Sociedade, solicitando informações que entenda relevantes;
- h) Manifestar-se sobre o relatório de administração e sobre as contas apresentadas pelo Diretor Executivo, bem como sobre as demonstrações financeiras da Sociedade;
- i) Aprovar os programas de expansão e de investimentos, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados;
- j) Aprovar alterações relevantes na estrutura organizacional da Sociedade, necessárias ao suporte às estratégias definidas;
- k) Escolher e destituir os auditores independentes, bem como alterar a política contábil e fiscal da Sociedade;
- l) Propor a política de dividendos da Sociedade;
- m) Deliberar e declarar, no curso do exercício social e até a Reunião de Sócios, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total, à conta de lucros apurados em balanço semestral, trimestral ou em período menos de tempo ou de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes no último balanço;
- n) Sempre que for o caso, fixar diretrizes a serem observadas pelos representantes da Sociedade em quaisquer reuniões de grupo de controle e ou de quotistas ou Assembleias Gerais de empresas coligadas ou controladas, ou outras que envolvam consórcios, "joint ventures" ou alianças estratégicas de que a Sociedade participe;
- o) Autorizar a assinatura de quaisquer contratos e a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive vender, doar, transferir, dar em garantia, hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar;
- p) Aprovar a obtenção de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil ou operações de crédito em geral, pela Sociedade;
- q) Deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinária não compreendido na competência privativa da Reunião de Sócios;
- r) Aprovar a propositura pela Sociedade de qualquer medida ou ação, administrativa ou judicial ou extrajudicial, contra qualquer parte; e
- s) Fortalecer e zelar pela imagem institucional da Sociedade.

Parágrafo Primeiro: O Conselho de Administração poderá atribuir a seu Presidente e ou a seu Vice-Presidente ou, ainda, a qualquer de seus membros, o acompanhamento sistemático dos negócios sociais, de modo a assegurar a consecução plena dos objetivos da Sociedade e o cumprimento das decisões do próprio Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: O Conselho poderá, a seu exclusivo critério, deliberar pela criação de comitês específicos, a ele vinculados.

Parágrafo Terceiro: As deliberações previstas em todas as alíneas do caput desta cláusula, cabem exclusivamente ao Conselho de Administração, ou por procurador (es) indicado (s) por ele. As procurações outorgadas deverão mencionar expressamente os

15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

poderes conferidos e deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado, nunca superior a 1 (um) ano.

CLÁUSULA SEGUNDA – Os sócios, por UNANIMIDADE, resolvem destituir do cargo de administrador, na qualidade de Diretor Executivo, o Sr. **ANDRÉ MAZZEI DE CAMPOS**, brasileiro, engenheiro civil, casado, inscrito no CPF sob o n.º 256.005.538-46, portador da carteira de identidade n.º 238547334 SSP-SP, residente e domiciliado na Rua Antônio Clemente n.º 382, Bairro Jardim São Paulo, São Paulo- SP, CEP 02.039-020, **indicando e nomeando**, neste ato, a Sra. **CRISTIANE JOSINO PINHEIRO**, brasileira, casada, administradora, RG n.º 90002059628 SSPDS-CE, CPF n.º 231.989.073-49, com escritório profissional situado na Rodovia BR 116, n.º 10.000, bairro Jangurussu, na cidade de Fortaleza-Ceará. O prazo do mandato para o cargo de Diretor Executivo é de 2 (dois) anos, **a contar da data de assinatura do competente Termo de Posse de Administrador, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.**

Em razão da alteração proposta nessa CLÁUSULA, a Cláusula Décima Primeira passará a vigor com a seguinte redação:

***Clausula Décima Primeira:** Os Sócios indicam e nomeiam como Diretora Executiva da Sociedade a Sra. **CRISTIANE JOSINO PINHEIRO**, brasileira, casada, administradora, RG n.º 90002059628 SSPDS-CE, CPF n.º 231.989.073-49, com escritório profissional situado na Rodovia BR 116, n.º 10.000, bairro Jangurussu, na cidade de Fortaleza-Ceará. O mandato será de 2 (Dois) anos, a contar da data de assinatura do competente Termo de Posse de Administrador, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.*

***Parágrafo Primeiro** – O Diretor Executivo poderá ser destituído do cargo a qualquer tempo, mediante realização de Reunião de Sócios ou em aditivo ao Contrato Social.*

***Parágrafo Segundo** – O Diretor Executivo declara, sob as penas da lei, que não está impedido(a) de exercer a administração da Sociedade: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.*

CLÁUSULA TERCEIRA – As partes resolvem alterar a Cláusula Décima Segunda, que versa sobre as competências da Diretoria Executiva, passando a ter a seguinte redação:

***Clausula Décima Segunda:** Compete ao Diretor Executivo a administração da Sociedade, praticando os atos e operações necessários ao seu regular funcionamento, tais como, mas não exclusivamente:*

a) Representar a Sociedade perante Pessoas Físicas e Jurídicas de Direito Privado, Fornecedores e Prestadores, podendo firmar contratos, negociar, assinar; distratar;

15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIL - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

contestar; exigir pagamento de multas, reembolso de despesas, notas fiscais, comprovantes de recolhimento de impostos; de contratos de prestação de serviços, consultoria, assessoria, terceirização de mão de obra, fornecimento de matéria prima e insumos, alugueis, compras de materiais e equipamentos necessários às atividades da empresa;

b) Representar a Sociedade perante qualquer instituição bancária em todo território nacional; para abrir, movimentar e encerrar contas bancárias já existentes e futuras, de natureza corrente, poupança, de investimentos, de seguros ou garantias; realizar transações via internet banking; solicitar, utilizar e cancelar Token ou qualquer outro meio de segurança; fazer operações de câmbio de qualquer natureza; solicitar extratos e saldos bancários; preencher e assinar formulários de cadastro e informações; realizar saques, pagamentos ou transferências; autorizar débitos e ou remeter ordens de pagamento e documentos de crédito, inclusive do exterior ou para o exterior; receber cartão magnético de débito; escolher, registrar, alterar e desbloquear senhas; promover aplicações e resgates; solicitar crédito ou cartão do BNDES, BNB ou qualquer outra instituição financeira; contratar seguros, fiança bancária; assinar DUT, CRLV, vistorias de veículos;

c) Outorgar, em nome da Sociedade, procurações a terceiros;

d) Representar a Sociedade em Juízo e perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas e privadas, inclusive outorgar procuração para terceiro(s), podendo o(s) procurador(es) representar a Sociedade isoladamente ou em conjunto;

e) Representar a Sociedade em licitações públicas, podendo concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas, fazer impugnações, reclamações, protestos, recursos, assinar contratos com o órgão público contratante, assinar termos de constituição de consórcio, contratos de constituição de sociedades de propósito específico, contratos de participação conjunta (joint venture agreements) e os demais atos e documentos necessários à operacionalização da licitação, inclusive outorgar procuração para terceiro(s), podendo o(s) procurador(es) representar a Sociedade isoladamente ou em conjunto;

Parágrafo Primeiro: As procurações outorgadas deverão mencionar expressamente os poderes conferidos e deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado, nunca superior a 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade e quaisquer terceiros, os atos praticados pelo Diretor Executivo, pelos membros do Conselho de Administração ou por qualquer um dos Sócios, procuradores ou empregados que envolvam a constituição de obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor ou desfavor de terceiros e Sócios, e empréstimos da Sociedade aos Sócios e administradores, exceto quando previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro: Resta manifestamente vedado ao Diretor Executivo autorizar a assinatura de quaisquer contratos e a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo

15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive vender, doar, transferir, dar em garantia, hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, aprovar a obtenção de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil ou operações de crédito em geral, pela Sociedade.

CLÁUSULA QUARTA – Por fim, decidem os Sócios, por unanimidade de votos, consolidar as demais cláusulas do Contrato Social que passam a vigorar com a redação abaixo:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

Cláusula Primeira: A presente sociedade empresária, do tipo sociedade limitada, é constituída nos termos na Lei n.º 10.406/02 e girará sob a denominação **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA**. ("Sociedade"), e se regerá pelo presente contrato e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Cláusula Segunda: Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, Sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos, Manutenção e reparação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle, Provedores de acesso as redes de comunicações, Serviços de comunicação multimídia SCM, Provedores de voz sobre protocolo internet VOIP, Portais, provedores de conteúdo e serviços de informação na internet, Atividades auxiliares dos transportes terrestres, Fabricação de equipamentos para sinalização e alarme, Aluguel de maquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador, Instalação de equipamentos, Manutenção e reparação de aparelhos eletromedicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação, Manutenção e reparação de equipamentos e instrumentos ópticos, Serviços de engenharia, Concessionárias de rodovias, pontes, tuneis e serviços relacionados, Atividades de prestação de serviços de informação, Impressão de material de segurança, Serviços de acabamentos gráficos, exceto encadernação e plastificação, Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda, Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis, Consultoria em tecnologia da informação, Suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação, Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle, Comercio atacadista de maquinas e equipamentos partes e peças, Comercio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, Estacionamento de veículos, Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista, Locação de automóveis sem condutor, Locação de mão-de-obra temporária, Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, Serviços de operações de radares para órgãos públicos, Fabricação de lâmpadas, Fabricação de luminárias e equipamentos de iluminação, Comercio atacadista luminárias, Comercio atacadista de material elétrico, Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em serie e sob encomenda, Comercio atacadista de pré-moldados, Instalação e manutenção elétrica, Fabricação de fornos industriais, aparelhos e equipamentos não elétricos para instalações técnicas, peças e acessórios, Distribuição de energia elétrica, Geração de energia elétrica, Atividades de

**15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E
TECNOLOGIA LTDA**



EM BRANCO

coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica, Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, Demolição de edifícios e outras estruturas, Preparação de canteiro e limpeza de terreno, Obras de terraplenagem, Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, Pesquisas de mercado e de opinião pública.

Cláusula Terceira: A sociedade tem sede administrativa na Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387, Conjunto 101, Bairro Vila Nova Conceição, Cidade de São Paulo - SP, CEP: 04.543-121, e filiais nos endereços abaixo:

- a) Cidade de Juazeiro do Norte – CE, NIRE 23900597428, inscrita no CNPJ 16.383.848/0002-68, localizada na Rua Joaquim Figueiredo, nº 68, Bairro Triângulo, CEP 63.040-780;
- b) Cidade de Mossoró – RN, NIRE 24900293276, inscrita no CNPJ 16.383.848/0003-49, localizada na Rua Francisco Heronildes da Silva, nº 165, Bairro Nova Betânia, CEP 59607-477;
- c) Cidade de São Luís – MA, NIRE 21900295657, inscrita no CNPJ 16.383.848/0004-20, localizada na Rua Israel nº 13-B, Bairro Jardim São Cristóvão, São Luís – MA, CEP 65.056-420;
- d) Cidade de Natal – RN, NIRE 24900298669, inscrita no CNPJ 16.383.848/0005-00, localizada na Rua Raimundo Juvino de Oliveira, nº 2436, Bairro Lagoa Nova, Natal – RN, CEP 59.062-680;
- e) Cidade de Americana – SP, NIRE 35905351796, inscrita no CNPJ 16.383.848/0006-91, localizada na Rua Bolívia nº 245, edícula, Bairro Cechino, CEP 13.465-750;
- f) Cidade de Fortaleza – CE, NIRE 23900628366, inscrita no CNPJ 16.383.848/0007-72, localizada na Rodovia BR 116, nº 10.000 B, Bairro Jangurussu, CEP 60.870-812.
- g) Cidade de Sobral – CE, NIRE 23900642652, inscrita no CNPJ 16.383.848/0008-53, localizada na Travessa Manoel Rodrigues do Monte, nº 92, Bairro Domingos Olímpio, Sobral – CE, CEP 62.022-425,
- h) Cidade de Parauapebas – PA, NIRE 15900481229, inscrita no CNPJ 16.383.848/0009-34, localizada na Avenida Floriano Peixoto, nº S/N, Quadra 007 Lote 09/10/21/22, Bairro Loteamento Esplanada, CEP 68.515-000;

Parágrafo Primeiro: A Sociedade poderá abrir e fechar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, por deliberação dos Sócios.

Clausula Quarta: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPITULO II – DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta: O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 24.712.142,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e doze mil, cento e quarenta e dois reais), dividido em 24.712.142 (vinte e quatro milhões, setecentos e doze mil, cento e quarenta e duas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuído na seguinte proporção:

15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO



EM BRANCO



Parágrafo Segundo: A investidura de cada um dos membros eleitos do Conselho de Administração, e eventualmente do Conselho Fiscal, far-se-á em ato separado e declaração de desimpedimento para atuação no cargo.

Parágrafo Terceiro: A remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e do Diretor Executivo será fixada pela Reunião de Sócios.

Parágrafo Quarto: Os cargos de membro do Conselho de Administração e de Diretor Executivo não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Cláusula Nona: O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, composto por 3 (três) ou 5 (cinco) membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Reunião de Sócios.

Parágrafo Primeiro: A Reunião de Sócios determinará, antes da eleição dos membros do Conselho de Administração, o número de membros efetivos a serem eleitos.

Parágrafo Segundo: Uma vez nomeados pelos Sócios, os conselheiros efetivos elegerão o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, nos termos do regimento interno do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro: O mandato dos membros do Conselho de Administração é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Em caso de vacância, os conselheiros nomearão um substituto que ocupará o cargo até a próxima Reunião de Sócios, ocasião em que será eleito novo conselheiro, que completará o prazo de mandato do substituído. Ocorrendo a vacância da maioria dos cargos, a Reunião de Sócios deverá proceder à nova eleição no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quarto: O Conselho de Administração deverá se reunir 1 (uma) vez ao mês e sempre que for necessário aos interesses sociais.

Parágrafo Quinto: Os membros do Conselho de Administração deverão observar as regras de funcionamento, estrutura, organização, atribuições e responsabilidades do Conselho de Administração estabelecidas no Regimento Interno do órgão.

Cláusula Décima: Além das atribuições decorrentes de outros preceitos do presente contrato social ou da lei, incumbe ao Conselho de Administração:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- b) Convocar a Reunião de Sócios, sempre que necessário ou exigido por lei;
- c) Zelar pela integridade, valores éticos e pelo atendimento das leis e normas reguladoras as quais a Sociedade se submeta;
- d) Aprovar o orçamento anual, o orçamento de capital e o plano anual de investimento e desenvolvimento da Sociedade;
- e) Aprovar o planejamento estratégico, bem como o respectivo plano de execução da Sociedade;
- f) Supervisionar o gerenciamento de risco;

15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

- g) Fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelo Diretor Executivo e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Sociedade, examinando, a qualquer tempo, livros e documentos da Sociedade, solicitando informações que entenda relevantes;
- h) Manifestar-se sobre o relatório de administração e sobre as contas apresentadas pelo Diretor Executivo, bem como sobre as demonstrações financeiras da Sociedade;
- i) Aprovar os programas de expansão e de investimentos, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados;
- j) Aprovar alterações relevantes na estrutura organizacional da Sociedade, necessárias ao suporte às estratégias definidas;
- k) Escolher e destituir os auditores independentes, bem como alterar a política contábil e fiscal da Sociedade;
- l) Propor a política de dividendos da Sociedade;
- m) Deliberar e declarar, no curso do exercício social e até a Reunião de Sócios, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total, à conta de lucros apurados em balanço semestral, trimestral ou em período menos de tempo ou de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes no último balanço;
- n) Sempre que for o caso, fixar diretrizes a serem observadas pelos representantes da Sociedade em quaisquer reuniões de grupo de controle e ou de quotistas ou Assembleias Gerais de empresas coligadas ou controladas, ou outras que envolvam consórcios, "joint ventures" ou alianças estratégicas de que a Sociedade participe;
- o) Autorizar a assinatura de quaisquer contratos e a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive vender, doar, transferir, dar em garantia, hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar;
- p) Aprovar a obtenção de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil ou operações de crédito em geral, pela Sociedade;
- q) Deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinária não compreendido na competência privativa da Reunião de Sócios;
- r) Aprovar a propositura pela Sociedade de qualquer medida ou ação, administrativa ou judicial ou extrajudicial, contra qualquer parte; e
- s) Fortalecer e zelar pela imagem institucional da Sociedade.

Parágrafo Primeiro: O Conselho de Administração poderá atribuir a seu Presidente e ou a seu Vice-Presidente ou, ainda, a qualquer de seus membros, o acompanhamento sistemático dos negócios sociais, de modo a assegurar a consecução plena dos objetivos da Sociedade e o cumprimento das decisões do próprio Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo: O Conselho poderá, a seu exclusivo critério, deliberar pela criação de comitês específicos, a ele vinculados.

Parágrafo Terceiro: As deliberações previstas em todas a alíneas do caput desta cláusula, cabem exclusivamente ao Conselho de Administração, ou por procurador (es) indicado(s) por ele. As procurações outorgadas deverão mencionar expressamente os poderes conferidos e deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado, nunca superior a 1 (um) ano.

15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E



EM BRANCO



Clausula Décima Primeira: Os Sócios indicam e nomeiam como Diretora Executiva da Sociedade a Sra. **CRISTIANE JOSINO PINHEIRO**, brasileira, casada, administradora, RG nº 90002059628 SSPDS-CE, CPF nº 231.989.073-49, com escritório profissional situado na Rodovia BR 116, nº 10.000, bairro Jangurussu, na cidade de Fortaleza-Ceará. O mandato será de 2 (Dois) anos, a contar da data de assinatura do competente *Termo de Posse de Administrador*, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

Parágrafo Primeiro – O Diretor Executivo poderá ser destituído do cargo a qualquer tempo, mediante realização de Reunião de Sócios ou em aditivo ao Contrato Social.

Parágrafo Segundo – O Diretor Executivo declara, sob as penas da lei, que não está impedido(a) de exercer a administração da Sociedade: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Clausula Décima Segunda: Compete ao Diretor Executivo a administração da Sociedade, praticando os atos e operações necessários ao seu regular funcionamento, tais como, mas não exclusivamente:

- a) Representar a Sociedade perante Pessoas Jurídicas de Direito Privado, Fornecedores e Prestadores, podendo firmar orçamentos; negociar; assinar; distratar; contestar; exigir pagamento de multas, reembolso de despesas, notas fiscais, comprovantes de recolhimento de impostos; de contratos de prestação de serviços, consultoria, assessoria, terceirização de mão de obra, fornecimento de matéria prima e insumos, aluguéis, compras de materiais e equipamentos necessários às atividades da empresa;
- b) Representar a Sociedade perante qualquer instituição bancária em todo território nacional; para abrir, movimentar e encerrar contas bancárias já existentes e futuras, de natureza corrente, poupança, de investimentos, de seguros ou garantias; realizar transações via internet banking; solicitar, utilizar e cancelar Token ou qualquer outro meio de segurança; fazer operações de câmbio de qualquer natureza; solicitar extratos e saldos bancários; preencher e assinar formulários de cadastro e informações; realizar saques, pagamentos ou transferências; autorizar débitos e ou remeter ordens de pagamento e documentos de crédito, inclusive do exterior ou para o exterior; receber cartão magnético de débito; escolher, registrar, alterar e desbloquear senhas; promover aplicações e resgates; solicitar crédito ou cartão do BNDS, BNB ou qualquer outra instituição financeira; contratar seguros, fiança bancária; assinar DUT, CRLV, vistorias de veículos;
- c) Outorgar, em nome da Sociedade, procurações a terceiros;
- d) Representar a Sociedade em Juízo e perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas e privadas, inclusive outorgar procuração para terceiro(s), podendo o(s) procurador(es) representar a Sociedade isoladamente ou em conjunto;
- e) Representar a Sociedade em licitações públicas, podendo concordar com todos os seus termos, assistir a abertura de propostas, fazer impugnações, reclamações, protestos, recursos,

15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIL - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO



assinar contratos com o órgão público contratante, assinar termos de constituição de consórcio, contratos de constituição de sociedades de propósito específico, contratos de participação conjunta (joint venture agreements) e os demais atos e documentos necessários à operacionalização da licitação, inclusive outorgar procuração para terceiro(s), podendo o(s) procurador(es) representar a Sociedade isoladamente ou em conjunto;

Parágrafo Primeiro: As procurações outorgadas deverão mencionar expressamente os poderes conferidos e deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado, nunca superior a 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo: São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade e quaisquer terceiros, os atos praticados pelo Diretor Executivo, pelos membros do Conselho de Administração ou por qualquer um dos Sócios, procuradores ou empregados que envolvam a constituição de obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como, fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor ou desfavor de terceiros e Sócios, e empréstimos da Sociedade aos Sócios e administradores, exceto quando previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro: Resta manifestamente vedado ao Diretor Executivo autorizar a assinatura de quaisquer contratos e a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou alenar bens sociais do ativo permanente, inclusive vender, doar, transferir, dar em garantia, hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, aprovar a obtenção de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil ou operações de crédito em geral, pela Sociedade;

CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL

Cláusula Décima Terceira: Obedecidas as disposições previstas nos artigos 1.066 a 1.070 da Lei n.º 10.406/02, é facultado aos Sócios, a qualquer momento, mediante aprovação prévia tomada em Reunião de Sócios, instaurar Conselho Fiscal, que será composto por 3 (três) membros, todos não Sócios.

Parágrafo Primeiro: Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for aprovada, a Reunião de Sócios elegerá seus membros e estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na Reunião de Sócios que aprovar as demonstrações financeiras do exercício para o qual o Conselho Fiscal foi instaurado.

Parágrafo Segundo: As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula Décima Quarta: O exercício social da Sociedade terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro.

15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO



Cláusula Décima Quinta: Ao final de cada exercício, serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro: Obedecido o disposto no art. 1.078 da Lei n.º 10.406/02, anualmente, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, será realizada Reunião de Sócios para:

- Tomar as contas do(s) administrador(es) e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;
- Designar administradores, quando for o caso;
- Tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Segundo: Os lucros líquidos anualmente apurados terão a destinação que lhes for determinada pelos Sócios. No caso de distribuição de dividendos, é garantida a todos os Sócios sua participação proporcional.

Parágrafo Terceiro: Os lucros líquidos poderão, ainda, ser reinvestidos na Sociedade, desde que aprovado em Reunião de Sócios.

Parágrafo Quarto: A Sociedade poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em menores períodos de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, se existir.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Décima Sexta: Nenhum sócio poderá ceder ou transferir qualquer de suas quotas a outro sócio ou a terceiros sem previamente oferecer aos demais Sócios o direito de adquiri-las.

Parágrafo Primeiro: O Sócio que pretender ceder e transferir suas quotas, total ou parcialmente, a outro Sócio ou a terceiros, deverá notificar, por escrito, os demais Sócios, os quais terão o direito de preferência para adquiri-las, nas mesmas condições, devendo o Sócio alienante informar o nome do interessado adquirente e todas as condições do negócio, sendo que o direito de preferência deverá ser exercido no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados do recebimento da notificação.

Parágrafo Segundo: O não exercício, por parte dos demais Sócios, do direito de preferência permitirá que o Sócio alienante efetue a transferência das quotas oferecidas nas condições da proposta apresentada, observado, em qualquer situação, o disposto da cláusula Décima Sétima.

Cláusula Décima Sétima: Observadas as regras de direito de preferência previstas no parágrafo primeiro da cláusula Décima Sexta, caso um dos Sócios deseje alienar suas quotas a um terceiro, os demais Sócios poderão exigir, sob pena de nulidade da venda, que o terceiro também adquira as suas quotas pelo mesmo preço e nas mesmas condições propostas pelo ofertado. Para este fim, os demais Sócios deverão comunicar, no prazo previsto no parágrafo primeiro da cláusula Décima Sexta, sua intenção ao Sócio ofertado.

15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO

Cláusula Décima Oitava: Caso qualquer dos Sócios deseje se retirar da Sociedade, deverá comunicar sua decisão, por escrito, aos demais Sócios. No prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação, as quotas do Sócio retirante serão adquiridas pelos demais Sócios ou pela Sociedade, por valor a ser negociado, de boa-fé, entre os Sócios remanescentes e o Sócio retirante.

Cláusula Décima Nona: A Sociedade não entrará em dissolução e consequentemente liquidação por saída de qualquer de seus Sócios, independentemente da razão, seja por retirada, exclusão, recuperação judicial ou falência, insolvência ou incapacidade legal de qualquer dos Sócios.

Cláusula Vigésima: Nos casos de dissolução da Sociedade, que somente ocorrerá por deliberação da maioria absoluta dos Sócios, exercerá a função de liquidante o sócio majoritário, sendo que os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação integral das obrigações, e o remanescente, se houver, dividido, proporcionalmente ao capital, entre os Sócios.

Cláusula Vigésima Primeira: A maioria dos Sócios poderá excluir da Sociedade um ou mais Sócios por justa causa, quando eles estiverem colocando em risco a continuidade da Sociedade, em razão da prática de atos de inegável gravidade, sendo que a referida exclusão será efetuada mediante alteração do presente contrato social. Nesta hipótese, a Sociedade levantará balanço patrimonial especial para fins de apuração e pagamento dos haveres do(s) Sócio(s) excluído(s), deduzidos os valores dos prejuízos causados pelo(s) mesmo(s), na forma permitida pelo artigo 1.085 da Lei n.º 10.406/02.

Parágrafo Único: A exclusão por justa causa de que trata a presente cláusula será determinada, necessariamente, em reunião especialmente convocada para este fim, garantido tempo hábil ao Sócio que se pretende excluir exercício do direito de defesa.

Cláusula Vigésima Segunda: As dúvidas oriundas do presente contrato social e os casos omissos serão resolvidos pelos Sócios com base na Lei 10.406/2002 (Código Civil) e, supletivamente, na Lei n.º 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

Cláusula Vigésima Terceira: Os Sócios declaram, neste ato, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as atividades explicitadas acima, bem como estarem em pleno gozo de sua capacidade civil, podendo, portanto, exercer atividade de empresário, nos termos do artigo 1.011, § 1º da Lei n.º 10.406/02.

Cláusula Vigésima Quarta: Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Capital de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

13ª Tabela de Notas
AUTENTICAÇÃO:
ESTA CÓPIA, APRESENTADA PELA PARTE,
CONFERE COM O ORIGINAL DOU FE.

15 JUN 2021

HELIO FERNANDES JUNILVA
Escritório de Advocacia S/A
Rua Princesa Isabel, 353 - Brooklin Paulista
04561-001 - São Paulo - SP - Tel: 5041-7677
FATENTICAÇÃO - R\$ 3,90

13



EM BRANCO

mobit

MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.

E, por estarem assim, ajustados e contratados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma:

São Paulo - SP, 27 de julho de 2020.

[Assinatura]
AGLA PARTICIPAÇÕES S/A
Julia Rangel Rola Albuquerque
CPF: 006.699.863-80

[Assinatura]
MITRA PARTICIPAÇÕES LTDA
Julia Rangel Rola Albuquerque
CPF: 006.699.863-80

[Assinatura]
CRISTIANE JOSINO PINHEIRO
Diretora Executiva
CPF: 231.989.073-49

[Assinatura]
ANDRE MAZZEI DE CAMPOS
CPF: 256.005.538-46



23 Tabelão de Notas
AUTENTICAÇÃO:
 ESTA CÓPIA, APRESENTADA PELA MPPE,
 CONFERE COM O ORIGINAL, DOU FE.
S.P. 15 JUN. 2021
HELIO FERNANDES DA SILVA
 Escrevente Autenticado
 Processo MPPE 363 - Brasília Paulista
 São Paulo - SP - Tel: 5041-7677
 Autenticação - R\$ 3,80



15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIL - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA



EM BRANCO



MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.


MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA
CNPJ 16.383.848/0001-87
NIRE 35230998240
TERMO DE POSSE DE ADMINISTRADOR
Eleição realizada no 15º Aditivo ao Contrato Social em 27 de julho de 2020

Na data de 27 de julho de 2020, às 14h., **CRISTIANE JOSINO PINHEIRO**, brasileira, casada, administradora, RG nº 90002059628 SSPDS-CE, CPF nº 231.989.073-49, com escritório profissional situado na Rodovia BR 116, nº 10.000, bairro Jangurussu, na cidade de Fortaleza-Ceará, compareceu na sede **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.**, a fim de tomar posse no cargo de Administradora, na qualidade de Diretora Executiva da sociedade, para o qual foi eleita por intermédio da 15ª Alteração ao Contrato Social, celebrada na data de 27 de julho de 2020, sucedendo o Sr. **ANDRÉ MAZZEI DE CAMPOS**. O prazo do mandato para o cargo de Diretor Executivo é de 2 (dois) anos, a contar desta data de posse.

Neste ato, a Sra. **CRISTIANE JOSINO PINHEIRO**, acima qualificada, toma posse no cargo de **DIRETORA EXECUTIVA** da **MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.**, sendo investida nos poderes necessários para o exercício das atividades e funções pertinentes ao cargo. Indica o endereço acima para receber eventuais citações, intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de gestão da sociedade.

A Diretora Executiva eleita aceita o cargo e declara, sob as penas da lei, não estar impedida, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade e nem condenada ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Declara, ainda, que preenche todas as condições e requisitos previstos no artigo 1.011 do Código Civil e nos artigos 145 a 147 da Lei 6.404/76, estando plenamente em condições de assumir o cargo para o qual foi eleita.

São Paulo - SP, 27 de julho de 2020.


CRISTIANE JOSINO PINHEIRO
CPF: 231.989.073-49
15ª ALTERAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO - MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA


EM BRANCO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35230998240	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 29/06/2018	INÍCIO DAS ATIVIDADES 09/07/2012	PRAZO DE DURAÇÃO PRAZO INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL MOBIT - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA						TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
CNPJ 16.383.848/0001-87	ENDEREÇO RUA DOUTOR EDUARDO DE SOUZA ARANHA			NÚMERO 387	COMPLEMENTO CONJUNTO 101		
BARRIO VILA NOVA CONCEIÇÃO	MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 04543-121	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 37.974.119,71	

OBJETO SOCIAL
DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS IMPRESSÃO DE MATERIAL DE SEGURANÇA FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SÉRIE E SOB ENCOMENDA FABRICAÇÃO DE FORNOS INDUSTRIAIS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS NÃO-ELÉTRICOS PARA INSTALAÇÕES TÉRMICAS, PEÇAS E ACESSÓRIOS FABRICAÇÃO DE LÂMPADAS EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

SÓCIO			
NOME AGLA PARTICIPAÇÕES S/A			
ENDEREÇO AV DOM LUIS	NÚMERO 1200	COMPLEMENTO	
BARRIO ALDEOTA	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE	CEP 60160-230
NIRE 23300039611	CARGO SÓCIO	QUANTIDADE COTAS 37.958.930,06	

DIRETOR E ADMINISTRADOR				
NOME CRISTIANE JOSINO PINHEIRO				
ENDEREÇO RODOVIA BR-116	NÚMERO 10000	COMPLEMENTO		
BARRIO JANGURUSSU	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE	CEP 60870-812	RG 90002059628
CPF 231.989.073-49	CARGO DIRETOR E ADMINISTRADOR	QUANTIDADE COTAS		

SÓCIO



NOME MITRA PARTICIPACOES LTDA				
ENDEREÇO RODOVIA BR 116		NÚMERO 10000	COMPLEMENTO	
BARRIO JANGURUSSU	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE	CEP 60870-812	
NIRE 23201820853	CARGO SÓCIO			QUANTIDADE COTAS 15.189,65

REPRESENTANTE, DIRETOR, ADMINISTRADOR				
NOME JULIA RANGEL ROLA ALBUQUERQUE				
ENDEREÇO AAV DOM LUIS		NÚMERO 1200	COMPLEMENTO SL 811	
BARRIO ALDEOTA	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE	CEP 60160-230	RG 2001002342200
CPF 006.699.863-80	CARGO REPRESENTANTE, DIRETOR, ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS

REPRESENTANTE, DIRETOR				
NOME MARCUS PINTO ROLA FILHO				
ENDEREÇO AV DOM LUIS		NÚMERO 1200	COMPLEMENTO SL 811	
BARRIO ALDEOTA	MUNICÍPIO FORTALEZA	UF CE	CEP 60160-230	RG 2005006004662
CPF 029.256.683-21	CARGO REPRESENTANTE, DIRETOR			QUANTIDADE COTAS

FILIAIS				
NIRE 23900642652		CNPJ 16.383.848/0008-53		
ENDEREÇO TRAVESSA MANOEL RODRIGUES DO MONTE		NÚMERO 92	COMPLEMENTO	
BARRIO DOMINGOS OLÍMPIO	MUNICÍPIO SOBRAL	UF CE	CEP 62022-425	
NIRE 35905351796		CNPJ 16.383.848/0006-91		
ENDEREÇO RUA BOLIVIA		NÚMERO 245	COMPLEMENTO EDICULA	
BARRIO CECHINO	MUNICÍPIO AMERICANA	UF SP	CEP 13465-750	
NIRE 15999044012		CNPJ		
ENDEREÇO AVENIDA FLORIANO PEIXOTO		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO QD 007 LT 09	
BARRIO	MUNICÍPIO	UF	CEP	



LOTEAMENTO ESPLANAD	PARAUPEBAS	PA	68515-000
NIRE 21999022021	CNPJ		
ENDEREÇO AVENIDA JACOB	NÚMERO 16	COMPLEMENTO	
BARRIO JARDIM TROPICAL	MUNICÍPIO IMPERATRIZ	UF MA	CEP 65910-727

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO

DATA 27/04/2021	NÚMERO 125.861/21-7	
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 37.974.119,71 (TRINTA E SETE MILHÕES, NOVECIENTOS E SETENTA E QUATRO MIL, CENTO E DEZENOVE REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS).		
REMANESCENTE CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: BRANCA, CPF: 231.989.073-49, RG/RNE: 90002059628 - CE, RESIDENTE À RODOVIA BR-116, 10000, JANGURUSSU, FORTALEZA - CE, CEP 60870-812, COMO DIRETOR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE AGLA PARTICIPACOES S/A, NIRE 23300039611, SITUADA À AV DOM LUIS, 1200, ALDEOTA, FORTALEZA - CE, CEP 60160-230, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 37.958.930,06.		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MITRA PARTICIPACOES LTDA, NIRE 23201820853, SITUADA À RODOVIA BR 116, 10000, JANGURUSSU, FORTALEZA - CE, CEP 60870-812, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 15.189,65.		
REMANESCENTE JULIA RANGEL ROLA ALBUQUERQUE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 006.699.863-80, RG/RNE: 2001002342200 - CE, RESIDENTE À AAV DOM LUIS, 1200, SL 811, ALDEOTA, FORTALEZA - CE, CEP 60160-230, REPRESENTANDO AGLA PARTICIPACOES S/A E MITRA PARTICIPACOES LTDA, COMO DIRETOR E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.		
REMANESCENTE MARCUS PINTO ROLA FILHO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 029.256.683-21, RG/RNE: 2005006004662 - CE, RESIDENTE À AV DOM LUIS, 1200, SL 811, ALDEOTA, FORTALEZA - CE, CEP 60160-230, REPRESENTANDO AGLA PARTICIPACOES S/A, COMO DIRETOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.		
ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS, IMPRESSÃO DE MATERIAL DE SEGURANÇA, FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SÉRIE E SOB ENCOMENDA, FABRICAÇÃO DE FORNOS INDUSTRIAIS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS NÃO-ELÉTRICOS PARA INSTALAÇÕES TÉRMICAS, PEÇAS E ACESSÓRIOS, FABRICAÇÃO DE LÂMPADAS., DATADA DE: 15/04/2021.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35230998240
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 17/05/2021



Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucespnet.sp.gov.br sob o número de autenticidade 152071994, segunda-feira, 17 de maio de 2021 às 11:20:04.





AGUIAR
8º Tabelionato

NOTÁRIOS PÚBLICOS
Dr. ANTONIO CLAUDIO MOTA DE ALENCAR - Dr. LUIZ CARLOS AGUIAR TELHO
Tabelião Substituto

Fls.

271

INSTRUMENTO PÚBLICO DE PROCURAÇÃO

SAIBAM todos quantos este público instrumento de PROCURAÇÃO virem que, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte (25/08/2020), nesta cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, República Federativa do Brasil, a este Notariado, sito na Av. Desembargador Moreira, nº 1000-A, Aldeota, compareceu perante mim - ANDREZZA TALIA SANTIAGO - escrevente deste 8º Tabelionato Aguiar, como OUTORGANTES - MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87, com sede à Rua Doutor Eduardo de Souza Aranha, nº 387 - Conjunto 101, Vila Nova Conceição, São Paulo, São Paulo, MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0002-68, com sede à Rua Joaquim Figueiredo, nº 68, Triângulo, Juazeiro do Norte, Ceará, MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0003-49, com sede à Rua Francisco Heronildes da Silva, nº 165, Nova Betânia, Mossoró, Rio Grande do Norte, MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0004-20, com sede à Rua Israel, nº 13-B, Jardim São Cristóvão, São Luís, Maranhão, MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0005-00, com sede à Rua Raimundo Juvino de Oliveira, nº 2436, Lagoa Nova, Natal, Rio Grande do Norte, MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0006-91, com sede à Rua Bolívia, nº 245 - Edícula, Cechino, Americana, São Paulo, MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0007-72, com sede à Rodovia BR 116, nº 10.000 B, Jangurussu, Fortaleza, Ceará, MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0008-53, com sede à Travessa Manoel Rodrigues do Monte, nº 92, Domingos Olímpio, Sobral, Ceará e MOBILIDADE, ILUMINAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0009-34, com sede à Avenida Floriano Peixoto, nº S/N, Quadra 007 - Loteamento Esplanada, Parauapebas, Pará, todas neste ato representadas por sua diretora executiva, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, nascida em 05/22/1965, brasileira, casada, administradora, Cédula

90002059628/SSPDS-CE (CNH-00943098245/DETRAN-CE), CPF/MF 231.989.073-49, com escritório profissional situado na Rodovia BR 116, n° 10.000, Jangurussu, na cidade de Fortaleza-Ceará, reconhecida como a própria por mim escrevente, conforme os documentos apresentados, de cujas capacidade jurídica dou fé, e por ela, representante das Outorgantes, me foi dito que por este instrumento nomeiam e constituem seus procuradores, ora denominados OUTORGADOS - EQUIPE 01 - ANDRE MAZZEI DE CAMPOS, brasileiro, casado, engenheiro civil, Cédula de Identidade 23.854.733-4/SSP-SP, CPF/MF 256.005.538-46, residente e domiciliado na Rua Antonio Clemente, n° 382, Jardim São Paulo, na cidade de São Paulo-São Paulo, MONIQUE RANGEL DAS CHAGAS COELHO CINTRA, brasileira, casada, engenheira civil, Cédula de Identidade 2003002206701/SSP-CE, CPF/MF 938.213.287-20, residente e domiciliada na Rua Silva Jatahy, n° 400 - ap. 1201, Bloco B, Meireles, nesta cidade de Fortaleza-Ceará, ALEX AILTON DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, engenheiro civil, Cédula de Identidade Profissional 140703024-8/CREA-MG, CPF/MF 027.330.736-30, residente e domiciliado na Rua dos Heliotropios, n° 355, Mirandópolis, na cidade de São Paulo-São Paulo, WALDEN MEIRELES PRATA, brasileiro, casado, engenheiro, Cédula de Identidade 458786/SSP-CE (CNH-02912923005/DETRAN-CE), CPF/MF 073.486.903-78, residente e domiciliado na Rua Otacilio Mota, n° 97 - casa 22, Luciano Cavalcante, na cidade de Fortaleza-Ceará, TELMO DE JESUS ALFREDO, brasileiro, casado, comerciante, Cédula de Identidade 2007944065-1/SSP-CE, CPF/MF 033.498.178-66, residente e domiciliado na Rua Francisca Xerez, n° 140 - ap. 201, torre B, Guararapes, nesta cidade de Fortaleza-Ceará. EQUIPE 02 - JOSÉ MANUGUERRA, brasileiro, casado, engenheiro, Cédula de Identidade 16865739/SSP-SP, CPF/MF 125.511.038-43, residente e domiciliado na Rua Mapuá, n° 28, Chácara Monte Alegre, na cidade de São Paulo-São Paulo e RONALDO DA SILVA LIMA, brasileiro, solteiro, coordenador de licitações, Cédula de Identidade 20014588/SSP-SP, CPF/MF 093.173.718-41, residente e domiciliado na Rua Guaxumã, n° 304, Vila Rio Branco, na cidade de São Paulo-São Paulo, aos quais conferem os seguintes PODERES: os Outorgados da EQUIPE 01 poderão representar, em conjunto ou isoladamente, a Outorgante nas licitações públicas de qualquer modalidade, seja Concessões e/ou Permissões Públicas, Concorrência Tomada de preços, convite, pregão presencial ou eletrônico, concorrência leilão, Registro de Preços ou atas de adesão(carona), junto aos órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Paraestatais, Secretarias de Governo, outros órgãos, em todo o território Nacional, podendo ditos procuradores, requerer vista dos autos do processo administrativo; assinar as competentes sessões públicas ou reuniões realizadas; impetrar, apresentar e



NOTÁRIOS PÚBLICOS
EEL ANTONIO CLAUDIO MOTA DE AGUIAR - EEL MIZ CARLOS AGUIAR FILHO
Tabelião Substituído

desistir de recursos administrativos contra quaisquer decisões seja em qualquer fase do procedimento licitatório; efetuar impugnação; fazer pedidos de esclarecimentos, anuir, consentir, transigir, assinar denúncia e/ou representação no âmbito dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios; assinar termos de constituição de consórcio; fazer propostas de preço; ofertar lances, rebaixas e descontos em pregões e qualquer modalidade de licitação; assinar contratos de fornecimento, execução, locação, prestação de serviços, declarações e formulários destinados à Licitação; assinar contratos administrativos e seus aditivos, ofícios, oriundos de licitação pública; credenciar prepostos, efetuar visitas técnicas; enfim, praticar todos os atos legais e necessários ao fiel cumprimento deste mandato. Autorizados, ainda, a representar, em conjunto ou isoladamente, a OUTORGANTE perante os conselhos profissionais, especialmente CREA's e CRA's, em todo território nacional. Os Outorgados da EQUIPE 02 poderão representar, em conjunto ou isoladamente, a Outorgante em licitações públicas de qualquer modalidade, seja Concessões e/ou Permissões Públicas, Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Pregão Presencial ou Eletrônico, Concurso, Leilão, junto aos órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, Paraestatais, Secretarias de Governo, outros órgãos em todo o território nacional, podendo os ditos procuradores, requerer vista dos autos do processo administrativo; assinar as competentes atas das sessões públicas ou reuniões realizadas; impetrar, apresentar e desistir de recursos administrativos contra quaisquer decisões seja em qualquer fase do procedimento licitatório; efetuar impugnação; fazer pedidos de esclarecimentos, anuir, consentir, transigir, fazer propostas de preço; ofertar lances, rebaixas e descontos em pregões e qualquer modalidade de licitação; efetuar visitas técnicas; enfim, praticar todos os atos legais e necessários ao fiel cumprimento deste mandato. Autorizados, ainda, a representar, em conjunto ou isoladamente, a OUTORGANTE perante os conselhos profissionais, especialmente CREA's e CRA's, em todo território nacional. É vedado o substabelecimento. Esta procuração é válida por 06 (seis) meses, a contar desta data. (sob minuta). E, assim o disse e me pediu que fosse lavrado este instrumento que lhes sendo lido, aceita e assina, perante mim, escrevente autorizado. **DECLARAÇÃO FINAL** - O(A) **OUTORGANTE(S)**

Escritura
Procuração
Reconhecimento de firma
Autenticação
Ata Notarial
Testamento
Protesto
Divórcio
Inventário

111203
AUTENTICAÇÃO
AU1098BC0235974

declarou(aram) que se responsabiliza(m) pela exatidão da qualificação e identificação do(a)(s) OUTORGADO(a)(s), bem como pelos dados fornecidos relacionados ao objeto e teor deste mandato. (A) ANDREZZA TALIA SANTIAGO, ESCRIVENTE AUTORIZADA, (AA) CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO, CRISTIANE JOSINO PINHEIRO. TRASLADADA HOJE. Fortaleza, 25 de agosto de 2020. Eu ANDREZZA TALIA SANTIAGO, ANDREZZA TALIA SANTIAGO, escrevente a digitei e conferi. E eu ANDREZZA TALIA SANTIAGO, ESCRIVENTE AUTORIZADA, subscrevo e assino em público e raso do que uso. **VÁLIDA SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE.** Emolumentos R\$ 299,79, Fermoju R\$ 37,80, FAADep R\$ 15,03, Selo R\$ 48,69, ISS R\$ 15,03, FRMP R\$ 15,03, Total R\$ 431,37, Digitalização R\$ 6,43. Conforme Portaria 2749/2015 TAJSE, Leis Estaduais 14.826/10 e 15.249/12 e Provimento 14/2018 CGJCe.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE,

ANDREZZA TALIA SANTIAGO
ESCRIVENTE AUTORIZADA (A)
(Matrícula 080118)



CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES	
Nº do Atendimento:	100580
Total Emolumentos:	R\$ 299,79
Total FERMOJU:	R\$ 37,80
Total Selos:	R\$ 48,69
Valor Total:	R\$ 386,28
Base de Cálculo / Alíq. com Valor Declarado	
Semifigação 1: R\$ 0,00	
Detalhamento da cobrança / Listagem dos códigos da tabela de emolumentos envolvidos	
Códigos: 2003	





1 JUN. 2021
 REGISTRO DE NOTAS
 HELIO FERNANDES DA SILVA
 Rua do Brasil, 100 - 1º andar - 61.130-000
 Caixa de Correio 100 - 61.130-000
 Caixa de Correio 100 - 61.130-000
 Caixa de Correio 100 - 61.130-000



EM BRANCO



EM BRANCO

EM BRANCO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DO RIO DE JANEIRO		REGISTRO GERAL	08.403.579-9
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL		DATA DE EXPEDIÇÃO	17/12/2013
DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL		NOME	LUIZ ANTONIO PENNA FRANCA
0333		PELAÇÃO	LUIZ CARLOS PENNA FRANCA
Polegar Direito		SOLANGE FURTADO DE MENDONÇA PENNA FRANCA	DATA DE NASCIMENTO
Assinatura do Titular		RIO DE JANEIRO	11/05/1970
		DOC. ORIGEM	C. CASH LIV 881 FLS 135 TERM 428 C 001
		MEDES	RJ
		CPF	013.842.847-61
		2 Via	PIS 12492284419
		0333	0333
		LEI Nº 7.116 DE 20/08/83	

ESTADO DE SÃO PAULO
 S.P. 06 NOV. 2010
 TABELAÇÃO DE NOTAS
 AUTENTICAÇÃO
 COMPROVADA PELA PARTE
 COM O ORIGINAL DO TITULO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
RONALDO DA SILVA LIMA

DOC. IDENTIDADE / CNH, PASSAPORTE / UF
20014588 SSP/SP

CPF **DATA NASCIMENTO**
093.173.718-41 **31/05/1971**

RELACÃO
ADONILTO JOSE DE LIMA
CLEONICE DA SILVA LIMA

PROFISSÃO **SEX** **CAT. VEH.**
 C

UF RESIDÊNCIA **VALIDADE** **1ª HABILITAÇÃO**
05404567742 **29/11/2021** **13/11/1989**

345050594

REGISTRO PLASTIFICAR

31410148783
SPB36094824

DATA EMISSÃO
30/11/2016

LOCAL
SAO PAULO, SP

EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA

INSCRIÇÃO

DETTRAN SP (SAO PAULO)

SECRETARIA DE TRANSPORTES E TRÁFICO

FORO JUDICIAL - JUAN CORRESPONDIA GENERAL DE JUSTICIA

OFICIO DE REGISTRO CIVIL E TAB. DE NOTAS - LOBO LEITE
CONGOINHAS - MG

Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.

Congonhas/MG, 28/06/2021.

 seu carimbo: EPC0001

SELO CONSULTA: EPR00001

CÓDIGO SEGURANÇA: 522391923555555

Quêrêdo de nos praticados.

Ato(s) praticado(s) por: Edmundo Fernandes dos Reis - Escrevente
Autorizado

Embol: R\$ 6,92 - TFJ: R\$ 1,81 - Valor final: R\$ 7,74 - ISS: R\$ 0,11

Conozca la validez de este sitio en el sitio <http://datos.bancomundial.org>



Nº DA
ETIQUETA
AA1492809



VERSOS
EM BRANCO



173999918/57

06 NOV. 2020

HÉLIO FERNANDES

Rua Esmeralda

06 NOV. 2020

151203
AUTENTICACAO
AUT098889030081



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021**OBJETO:** CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.**DOCUMENTAÇÃO EM VERSÃO DIGITALIZADA**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021

OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.

Documentação em versão digitalizada



EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021**OBJETO:** CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.**TERMO DE ENCERRAMENTO**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 46/2021**OBJETO:** CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA - MG.**TERMO DE ENCERRAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**Contagem/MG, 28 de **JUNHO** de 2021

À
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
Município de Santa Luzia / Minas Gerais

Ref.: Edital de Concorrência Pública Nº 46/2021 - Termo de Encerramento dos Documentos de Habilitação

CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA ("PROponente"), constituído pelas empresas **SIGMA** Engenharia Indústria e Comércio Ltda (Empresa Líder), inscrita no CNPJ sob o nº 25.898.180/0001-00, sediada à Av. Tito Fulgêncio, 1.176, 1º Andar, Salas: 104/106, Jardim Industrial, CEP: 32215-000, Contagem/MG; **SITRAN** Sinalização de Trânsito Industrial Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 16.502.551/0001-00, sediada à R. Nair Camillo dos Reis, 850, CDI Jatobá, CEP: 30664-002, Belo Horizonte/MG; **SELT** Engenharia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 19.187.475/0001-67, sediada à Av. Raja Gabaglia, 2.640, 3º Andar, Estoril, CEP: 30494-170, Belo Horizonte/MG; e **MOBIT** – Mobilidade, Iluminação e Tecnologia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 16.383.848/0001-87, sediada à R. Doutor Eduardo de Souza Aranha, 387, Conj: 101, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-121, São Paulo/SP; por seu representante legal, declara que, este volume contém **181 (CENTO E OITENTA E UMA)** folhas numeradas sequencialmente de **001 à 181**.



CLEYSON ALEXANDRE ALVES
Representante Legal do Consórcio
RG: MG-4.362.381 SSP/MG
CPF: 801.362.066-20

CONSÓRCIO CONCIP SANTA LUZIA